



Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO
DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
EXERCÍCIO 2024

PROCESSO N.º:	1850083/2024
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
CNPJ:	03.214.160/0001-21
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITO MUNICIPAL:	JACOB ANDRE BRINGSKEN
RELATOR:	WALDIR JÚLIO TEIS
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
NÚMERO OS:	3597/2025
EQUIPE TÉCNICA:	ELIA MARIA ANTONIETO SIQUEIRA





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO	13
2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	13
2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023	13
2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024	14
2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS	16
2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA	17
3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	17
3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)	18
3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA	18
3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	19
3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	22
3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	23
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	28
4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	28
4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	29
4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO	29
4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	31
4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA	33
4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	35
4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	37
4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	37
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS	39
5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	42
5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	43
5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO	44
5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL	45
5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)	46





5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO	47
5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL	47
5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO	49
5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS	50
5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	51
5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS	52
5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS	54
5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS	55
5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	57
5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA	57
5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA	57
5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA	58
5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA	58
5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA	59
5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA	59
5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA	60
5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA	60
5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	61
5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)	61
5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)	63
5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	64
5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR	64
5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	65
5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	67
5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS	67
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	68





6. 1. DÍVIDA PÚBLICA	69
6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)	69
6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)	71
6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)	72
6. 2. EDUCAÇÃO	73
6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	76
6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO	80
6. 3. SAÚDE	81
6. 4. DESPESAS COM PESSOAL	83
6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF	84
6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO	85
6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL	86
6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF	89
7. REGIME PREVIDENCIÁRIO	93
7. 1. NORMAS GERAIS	93
7. 1. 1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP	93
7. 1. 2. PRÓ-GESTÃO RPPS	96
7. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP	97
7. 1. 4. UNIDADE GESTORA ÚNICA	98
7. 1. 5. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS	100
7. 1. 5. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS	101
7. 1. 5. 2. ADIMPLÊNCIA DE PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	101
7. 1. 6. ATRASO NO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS	103
7. 1. 6. 1. ATRASO DE REPASSE DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS	103
7. 1. 6. 2. ATRASO DE PAGAMENTO DE PARCELAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	103
7. 2. GESTÃO ATUARIAL	104
7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA	104
7. 2. 2. AVALIAÇÃO ATUARIAL	107





7. 2. 2. 1. RESULTADO ATUARIAL	110
7. 2. 3. RESULTADO CORRENTE DOS RPPS	113
7. 2. 4. ÍNDICES DE COBERTURA	114
7. 2. 4. 1. ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	114
7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS	116
7. 2. 5. PLANO DE CUSTEIO	118
7. 2. 5. 1. DA COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO COM A AVALIAÇÃO ATUARIAL	120
7. 2. 5. 2. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO	122
8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS	125
8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO	126
9. POLÍTICAS PÚBLICAS	127
9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO	127
9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS	128
9. 1. 2. IDEB	129
9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT	132
9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE	133
9. 2. 1. DESMATAMENTO	134
9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA	136
9. 3. INDICADORES DE SAÚDE	139
9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE	141
9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI	141
9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA	142
9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO	143
9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT	144
9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA	145
9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB	145
9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL	147
9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH	148
9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP	149
9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS	150
9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS	151





9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES	152
9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE	153
9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS	154
9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE	155
9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL	156
9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE	156
9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE	158
9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES	160
10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO	160
10. 1. COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO	160
10. 2. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDA NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO	161
10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	162
10. 4. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO	162
10. 5. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	163
11. PRESTAÇÃO DE CONTAS	164
11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE	164
12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO	166
13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT	168
13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	172
13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)	173
13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)	176
13. 4. OUVIDORIA	178
14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO	180
14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	180
14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO	183
14. 3. APÊNDICES	188
Anexo: 1 - ORÇAMENTO	190
Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária	190
	28





Quadro: 1.2 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit	
Quadro: 1.3 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito	27
Quadro: 1.4 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação	206
Quadro: 1.5 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias	211
Quadro: 1.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento	212
Anexo: 2 - RECEITA	216
Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita	216
Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)	217
Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)	217
Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)	218
Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)	218
Anexo: 3 - DESPESA	220
Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica	220
Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo	221
Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução	223
Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	225
Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS	225
Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário	
Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS	227
Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR	240
Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados	240
Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)	241
Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)	251
	252





**Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder
Legislativo (Inclusive Intra)**

Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES	253
Quadro: 6.1 - Dívida Ativa	253
Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS	253
Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS	254
Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS	260
Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS	261
Quadro: 6.6 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS	262
Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)	262
Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar	263
Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO	263
Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO	265
Anexo: 7 - EDUCAÇÃO	266
Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)	266
Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB	266
Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS	267
Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB	268
Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício	269
Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB	79
Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA	271
Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício	271
Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO	272
	272





**Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro
aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB**

**Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos
Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício** 273

**Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar
inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino** 275

**Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE
para Fins de Limites Constitucionais** 76

**Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino** 276

**Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE
classificadas em outras funções** 276

Anexo: 8 - SAÚDE 278

**Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima
de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde** 278

**Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos
Base de Aplicação em ASPS** 279

**Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos
nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)** 280

**Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços
Públicos de Saúde** 281

**Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como
ASPS. Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502** 282

Anexo: 9 - PESSOAL 283

**Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo
(Arts. 18 a 22 da LRF)** 283

**Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18
a 22 LRF)** 283

**Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual
- MCASP - STN** 284

Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado 286

Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA 288

**Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita
Base (art. 29-A, CF)** 288

**Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A
da CF)** 288





Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)	289
Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos	289
Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88	289
Anexo: 11 - METAS FISCAIS	291
Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)	291
Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)	291
Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A	292
Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF	292
Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO	293
Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)	293
Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)	303
Apêndice A - Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias - RPPS	
Apêndice B - RECEITAS COM DIVERGÊNCIAS	





1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 e ao art. 1º, incisos I e X da Resolução Normativa n.º 16/2021/TCE-MT, apresenta-se o Relatório Preliminar de Instrução de Contas com o resultado do exame das contas anuais **e da Previdência Municipal** do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** - exercício financeiro de **2024** - com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

O ano de 2024 representa uma fase de transição nas administrações municipais no Brasil. Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Senado Federal estabelecem normas para garantir o equilíbrio das contas públicas, prevenindo ações que possam comprometer a sustentabilidade fiscal. Este relatório inclui a análise do cumprimento das disposições sobre o encerramento de mandato, conforme os artigos 42, parágrafo único, da LRF; 15, caput, da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001; 38, IV, "b" da LRF em consonância com o artigo 15, §2º da Resolução do Senado n.º 43/2001; e 21, II da LRF.

A análise das contas considerou as informações e os documentos apresentados nas prestações de contas mensais encaminhadas pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como dos demais órgãos da Administração Indireta que prestam contas individualmente ao TCE-MT, e a carga especial de Contas de Governo, encaminhadas por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas - Aplic, em atendimento à Resolução Normativa n.º 03/2020 /TCE-MT/TP.

Destaca-se, ainda, que nos casos em que a equipe técnica detectou irregularidades nos registros contábeis de receitas e despesas houve alteração dos valores para efeito de todos os cálculos dos limites constitucionais e legais, prevalecendo o valor considerado correto após fiscalização realizada em valores específicos, conforme detalhamento que será apresentado em cada tópico deste Relatório.





Por fim, ressalta-se que o auditor Eduardo Benjino Ferraz foi o responsável pela instrução técnica do Item 7 (Regime Previdenciário), e a Auditora Élia Maria Antoniêto Siqueira, pelos demais.

2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Data de Criação do Município	19/03/1752
Área Geográfica	13484,71 km²
Distância Rodoviária do Município à Capital	521 km
População do Município - IBGE - 2024	17.384

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal

2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023

Ressalta-se, que está disposta no Tópico 13 deste Relatório Técnico, a síntese da verificação do cumprimento das recomendações propostas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023.

Exercício	Protocolo/Ano	Decisão /Ano	Ordenador	Relator	Situação
Parecer Prévio					
2019	88811/2019	84/2021	WAGNER VICENTE DA SILVEIRA	JOSÉ CARLOS NOVELLI	Favorável
2020	101184/2020	214/2021	WAGNER VICENTE DA SILVEIRA	JOSÉ CARLOS NOVELLI	Favorável
2021	412856/2021	140/2022	JACOB ANDRE BRINGSKEN, WAGNER VICENTE DA SILVEIRA	VALTER ALBANO DA SILVA	Favorável com ressalvas
2022	90050/2022	110/2023	JACOB ANDRE BRINGSKEN	VALTER ALBANO DA SILVA	Favorável com ressalvas
2023	537950/2023	108/2024	JACOB ANDRE BRINGSKEN	WALDIR JÚLIO TEIS	Favorável com ressalvas

https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras





2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024

O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - IGF-M trata-se de indicador que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso, o qual é subsidiado pelos dados recebidos pelo TCE via Aplic durante a análise das Contas Anuais de Governo Municipal.

É importante ressaltar que os índices apresentados neste relatório para os exercícios anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido à possível correção dos dados após apontamentos feitos durante as análises das contas anuais.

A análise da evolução do IGF-M nos últimos cinco anos permite compreender qual é o cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

Portanto, o indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
4. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS: Avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:





- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,80 pontos.
b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,61 e 0,80 pontos.
c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,40 e 0,60 pontos.
d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,40 pontos.

Destaca-se que o detalhamento dos índices e classificação dos conceitos deste indicador encontram-se no endereço eletrônico <https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF-M do município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** :

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Investimento	IGFM - Liquidez	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
O município possui RPPS							SIM	1
2020	0,36	0,39	0,80	0,42	0,68	0,29	0,49	114
2021	0,37	0,74	0,46	0,73	0,59	0,32	0,55	123
2022	0,34	0,45	0,71	0,00	0,59	0,39	0,40	140
2023	0,01	0,60	0,67	0,00	0,75	0,34	0,36	136
2024	0,37	0,53	0,34	0,92	0,94	0,40	0,56	-

<https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>

Analisando os indicadores do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, referentes ao exercício de 2024, podemos tirar algumas conclusões, a saber:

- O **Índice de Receita Própria** do município ficou com conceito de “Gestão Crítica”, nos últimos cinco anos;
- O **Índice de Gasto com Pessoal** apresentou o conceito de “Gestão Crítica” em 2020; “Boa Gestão” em 2021 e “Gestão em Dificuldade” em 2022, 2023 e 2024;
- O **“Índice de Investimento”** ficou com o conceito de “Boa Gestão” em 2020, 2022 e 2023; “Gestão em Dificuldade” em 2021; e “Gestão Crítica” em 2024;
- O **Índice de Liquidez** recebeu conceito de “Gestão em Dificuldade” em 2020; “Boa Gestão” em 2021; “Gestão Crítica” em 2022 e 2023; e “Gestão de Excelência” em 2024;

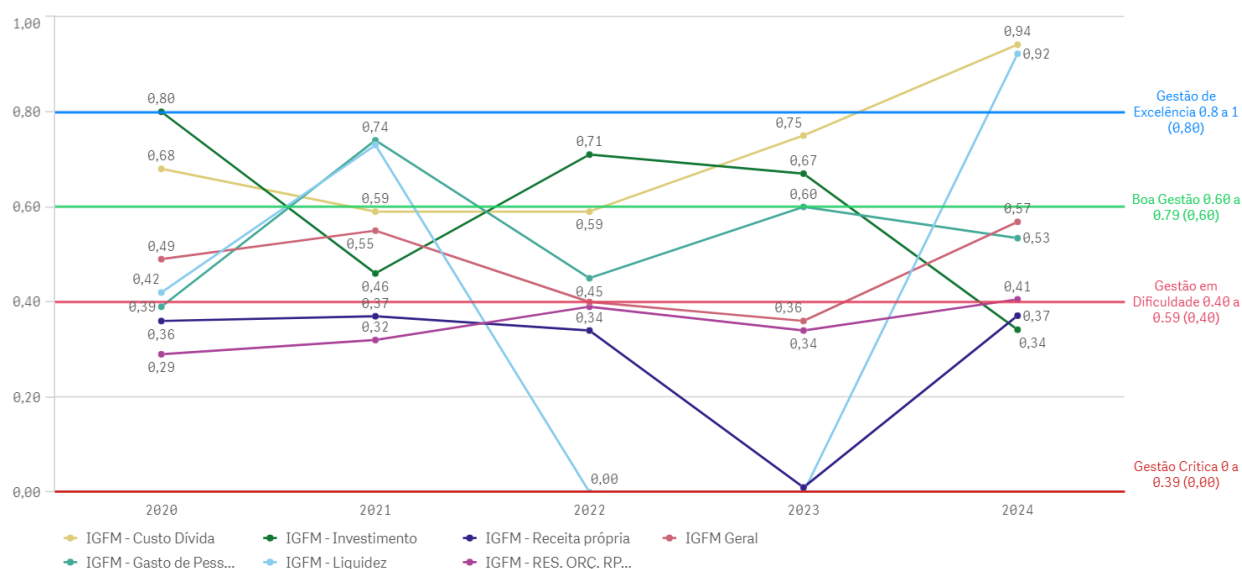




- O **Índice de Custo da Dívida** recebeu o conceito de “Boa Gestão” em 2020 e 2023; “Gestão em Dificuldade” em 2021 e 2022; e “Gestão de Excelência” em 2024;
- O **Índice de Resultado Orçamentário do RPPS** ficou com o conceito de “Gestão Crítica” nos últimos cinco exercícios;
- No **IGFM Geral** o município ficou com o score de 0,56 que é de “Gestão em Dificuldade”.

Segue representação gráfica dos indicadores:

IGFM - Índice de Gestão Fiscal dos Municípios



2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS

As contas do Município no exercício de **2024** estiveram sob gestão dos seguintes agentes responsáveis:





ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
GESTORES E RESPONSÁVEIS			
PREFEITURA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	JULIANA RAFAELLA SOARES NAVA MIOTTO	30/03/2010 a 31/03/2025
PREFEITURA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	JACOB ANDRE BRINGSKEN	04/01/2021 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	ISALEIA BORGES DE SOUZA	15/01/2013 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	SANDER MÁRCIO FERNANDES LEITE	13/09/2010 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	ELIAS DA CONCEIÇÃO SILVA	01/01/2023 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	OSVALDO CARVALHO DE MELLO	01/01/2015 a 31/12/2024

Sistema Control-P

2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

ENTIDADE
PODER EXECUTIVO
FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Sistema APLIC

3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos utilizados pelos Entes Federativos para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:





- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- Lei Orçamentária Anual - LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

Ressalta-se que as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 171, incisos I e II, da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2021-TP, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Assim, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações, a fim de verificar as situações encontradas, mediante critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

A seguir, serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA

O Plano Plurianual - PPA, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 1º, é instituído por lei a cada quatro anos, para vigor no quadriênio subsequente. Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.





O PPA do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** para o quadriênio 2022 a 2025, foi instituído pela Lei n.º 1514 de 17/11/2021, a qual foi protocolada sob o n.º 3018/2022, no TCE-MT.

Em **2024**, segundo dados do Sistema Aplic, o PPA não foi alterado em 2024.

3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** para o exercício de 2024, foi instituída pela Lei Municipal n.º 1618, de 11 de setembro de 2023, a qual foi protocolada sob o n.º 1771248/2024, no TCE-MT.

A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, dispõe no § 1º do artigo 4º, que o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste anexo serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração do orçamento e sua execução. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de





empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2024, Secretaria do Tesouro Nacional. - 14ª ed., pág.243)

Entende-se por:

- **Dívida Consolidada Líquida:** Valor obtido deduzindo-se da Dívida Consolidada o valor do Ativo Disponível e dos haveres financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados.
- **Resultado Nominal:** Diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida - DCL no final do período de referência e o saldo ao final do período anterior, representando a intenção do ente em contrair ou reduzir obrigações financeiras.
- **Resultado Primário:** Diferença entre os totais das receitas e despesas não-financeiras, demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Consta na LDO/2024 o Anexo de Metas Fiscais, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, § 1º), estabelecendo para o exercício de 2024 as seguintes metas:

- a. a meta de resultado primário para o Município é de superávit de R\$ 871.440,00 (doc. digital n.º 404817/2024, fl. 40), significando que as receitas primárias projetadas serão suficientes para bancar as despesas primárias projetadas para o exercício;
- b. a meta de resultado nominal para o Município é de R\$ 0,00;
- c. o montante da dívida consolidada líquida para 2024 ficou estabelecida em R\$ 0,00.


O cumprimento da meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO será objeto de análise específica pela equipe técnica e as conclusões serão apresentadas no Capítulo 7 deste Relatório.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, nos termos do art. 4º, § 3º, da LRF, a fim de evidenciar os principais riscos capazes de influenciar no alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrentar.





Assim, para que esses riscos não afetem as metas fiscais propostas, foram definidas na LDO/2024 do Município as seguintes providências:



MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2024

Página: 1 / 1

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
DESPESAS EMERGÊNCIAS - PANDEMIAS	200.000,00	ABERTURA DE CRDITOS EXTRAORDINÁRIOS	200.000,00
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
TOTAL	200.000,00	TOTAL	200.000,00

Fonte: Sistema Planejamento - Beta Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE. Emissão: 03/03/2024, às 14:05:49.

Nota(s) Explicativa(s):

Sobre a elaboração do LDO é possível afirmar que:

- 1) As metas fiscais de resultado nominal e primário foram previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF).
- 2) A LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF).
- 3) A Lei 1618/2023, LDO do exercício de 2024, encontra-se divulgada no Portal Transparência do Município, no endereço: <https://transparencia.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/Legislacao/Leis/>
- 4) A Lei n.º 1618/2023, LDO do exercício de 2024, foi publicada no Jornal Eletrônico dos Municípios, edição 4.317, de 12 de setembro de 2023 (doc. digital n.º 404817 /2024, fl. 78) , conforme arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar n.º 101/2000.
- 5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF.
- 6) Consta da LDO o percentual 1% para a Reserva de Contingência, conforme art.13.





3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os Orçamentos Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** para o exercício de **2024** foi publicada em conformidade com a Lei Municipal n.º 1629, de 22/12/2023, a qual foi protocolada sob o n.º 1771132/2024, no TCE-MT.

A LOA/2024 estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 166.000.000,00, conforme seu art. 1º, sendo este valor desdobrado nos seguintes orçamentos:

- Orçamento Fiscal: R\$ 98.001.964,80
- Orçamento da Seguridade Social: R\$ 67.998.035,20
- Orçamento de Investimento: R\$ 0,00

Sobre a elaboração da LOA é possível afirmar que:

1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos (art. 165, § 5º da CF).

2) A Lei Orçamentária do exercício de 2024 foi regularmente divulgada no endereço <https://leismunicipais.com.br/a/mt/v/vila-bela-da-santissima-trindade/lei-ordinaria/2023/162/1629/lei-ordinaria-n-1629-2023-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-do-municipio-de-vila-bela-da-santissima-trindade-para-o-exercicio-de-2024>, em obediência aos arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

3) A Lei 1629/2023, lei Orçamentária do exercício de 2024, foi publicada no Jornal Eletrônico dos Municípios, edição 4.394 de 05 de janeiro de 2024, em obediência aos arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar n.º 101/2000.





4) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF/1988)

3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Municipal nº1629/2023 (LOA/2024) definiu o seguinte parâmetro para as alterações orçamentárias:

Art. 4º - O Poder executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a:

I - (...)

II – Realizar Operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada, nos termos da Legislação em vigor;

III – Realizar Operações de crédito de longo prazo (dívida fundada) para financiar obras ou bens públicos, até o limite de 10% (dez por cento) da receita corrente líquida, nos termos da Legislação em vigor;

IV - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa orçada, nos termos do art. 7º e do artigo 23 da Lei 1.618/2023 (LDO-2024), excluem-se desse limite os créditos adicionais e suplementares, decorrentes de leis municipais aprovadas no exercício;

V - Abrir créditos suplementares a conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei;

V – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência do exercício.

Posteriormente, as leis abaixo autorizaram a abertura de créditos orçamentários:





- Lei n.º 1634/2024 autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 200.000,00, por anulação;
- Lei n. 1639/2024 autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 217.000,00, com recursos de superávit financeiro;
- Lei n.º 1645/2024 autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 277.000,00, por anulação;
- Lei n.º 1650/2024 autoriza a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 340.293,45, com recursos de superávit financeiro;
- Lei n.º 1657/2024 autoriza a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 474.000,00, com recursos de anulação.

Na tabela abaixo demonstram-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSP.	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUP.	ESP.	EXTRA.				
R\$ 166.000.000,00	R\$ 51.224.504,46	R\$ 1.397.293,45	R\$ 287.000,00	R\$ 0,00	R\$ 42.586.556,50	R\$ 176.322.241,41	6,21%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	30,85%	0,84%	0,17%	0,00%	25,65%	106,21%	-

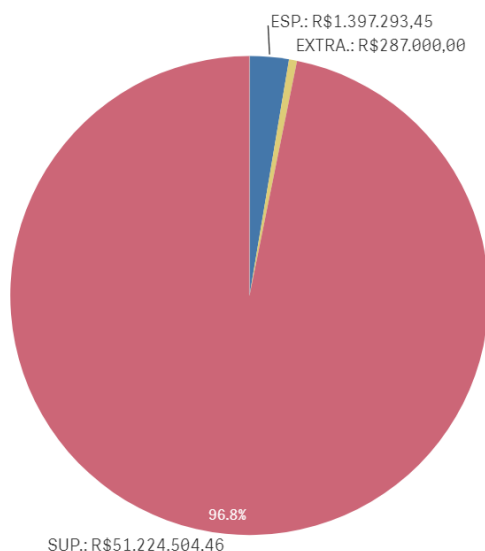
Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

Apresenta-se a seguir de forma gráfica a participação dos créditos adicionais em relação ao total dos créditos abertos no exercício.





Créditos Adicionais do Período



O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc nº 611042/2025, pg 19) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 176.322.241,41, igual ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas, conforme informações do Sistema Aplic.

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2024	R\$ 166.000.000,00	R\$ 52.908.797,91	31,87%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

De acordo com o quadro acima, constata-se que as alterações orçamentárias em **2024** totalizaram 31,87% do Orçamento Inicial.

Na tabela a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 42.309.556,50
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 9.804.242,96
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 794.998,45

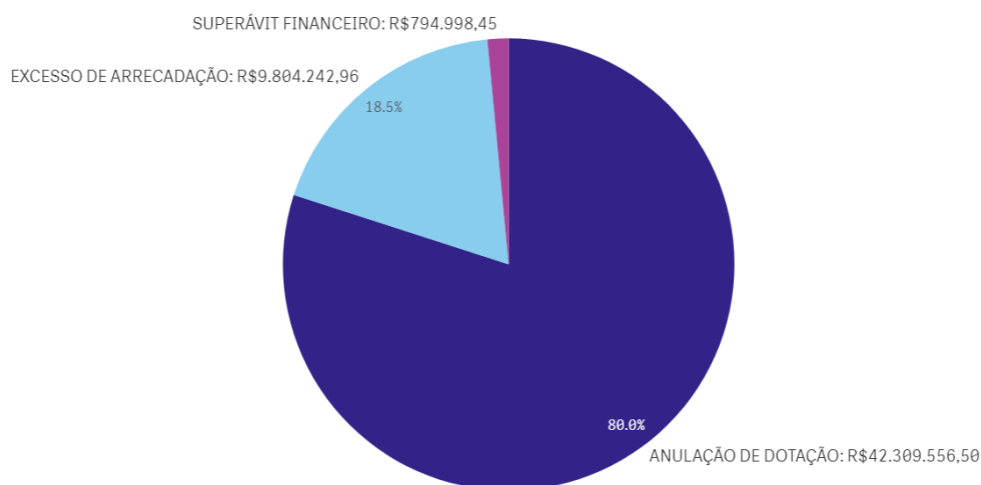




RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 52.908.797,91

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).

Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

A partir da análise das alterações orçamentárias realizadas, por meio de créditos adicionais, constatou-se o que segue:

1) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964). FB03.

Dispositivo Normativo:

Art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964.

1.1) *Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964) - FB03*





Conforme demonstrado no Quadro: 1.3 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito, foram abertos R\$ 2.074.984,86 em créditos adicionais por excesso de arrecadação nas fontes de recursos 500, 540, 569, 621, 660 e 700, as quais não tinham excesso de arrecadação suficiente para amparar a abertura dos referidos créditos adicionais, conforme apresentado a seguir:

Anexo: ORÇAMENTO						
Quadro: Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito						
FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e)=d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f, Se
500	Vinculados de Impostos	73.135.933,14	67.049.457,72	6.086.475,42	309.940,00	309.940,00
540	FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	24.572.064,00	24.320.870,82	251.193,18	500.133,86	500.133,86
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	1.064.192,96	400.084,45	664.108,51	398.500,00	398.500,00
621	a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	4.932.250,00	3.186.957,88	1.745.292,12	500.000,00	500.000,00
660	Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - de Convênios ou Instrumentos	261.800,00	244.232,86	17.567,14	103.411,00	103.411,00
700	Congêneres da União	19.866.420,00	1.648.523,06	18.217.896,94	263.000,00	263.000,00
					2.074.984,86	2.074.984,86

2) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. IV da Lei nº 4.320/1964).

3) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964). FB03.

Dispositivo Normativo:





Art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964

3.1) Abertura de R\$ 246.896,80 em créditos adicionais por conta de recursos inexistente de superávit financeiro nas fontes de recursos 661 e 759 (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, da Lei nº 4.320/1964). - **FB03**

Conforme demonstrado no Quadro: 1.2 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit, foram abertos R\$ 246.896,80 em crédito adicional por superávit financeiro nas fontes de recursos 661 e 750, acima do superávit financeiro apresentado nas referidas fontes de recursos, conforme apresentado a seguir:

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E ≤ 0; F); Se (E > F; 0; F-E)
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit						
661	Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 296.844,78	R\$ 0,00	R\$ 296.844,78	R\$ 517.293,45	R\$ 220.448,67
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 150.256,87	R\$ 0,00	R\$ 150.256,87	R\$ 176.705,00	R\$ 26.448,13
					R\$ 794.998,45	R\$ 246.896,80

4) Não houve abertura de créditos adicionais sem indicação de recursos orçamentários objeto da anulação parcial ou total de dotações. (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. III da Lei nº 4.320/1964)

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2024**, a Receita total prevista após as deduções e considerando a receita Intraorçamentária, foi de **R\$ 175.527.242,96**, sendo arrecadado o montante de **R\$ 140.655.797,46**, conforme demonstrado no Quadro 2.1 do Anexo 2.





4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Entre as receitas auferidas no exercício de **2024**, foram selecionadas algumas Transferências Constitucionais e Legais efetuadas pela União e pelo Estado para verificação da consistência entre os valores informados na prestação de contas e os dados públicos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Banco do Brasil.

4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco do Brasil disponibilizam consultas aos valores repassados pela União e pelo Estado aos municípios como transferências constitucionais e legais pelos links abaixo:

- Transferências Constitucionais <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>
- Demonstrativo DAF: <https://demonstrativos.apps.bb.com.br/arrecadacao-federal>

O total dos valores repassados no decorrer do exercício foram comparados com os valores registrados como receita arrecadada:

Transferências da União:

Descrição	Informações Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 19.386.612,91	R\$ 19.310.725,00	R\$ 75.887,91
Cota-Parte ITR	R\$ 8.278.853,51	R\$ 8.278.853,51	R\$ 0,00
IOF-Ouro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União)	R\$ 904.226,55	R\$ 904.226,55	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de			





Descrição	Informações Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Complementação da União ao Fundeb - VAAF	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente

Transferências do Estado:

Descrição	Fonte Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota-Parte do ICMS	R\$ 25.329.460,54	R\$ 25.329.460,54	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPVA	R\$ 1.493.332,25	R\$ 1.493.332,25	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPI - Municípios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte da CIDE	R\$ 52.332,78	R\$ 52.332,78	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de Transferências do Fundeb	R\$ 24.259.850,40	R\$ 24.261.029,68	-R\$ 1.179,28

APLIC > APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente

1) As Transferências Constitucionais e Legais não foram contabilizadas adequadamente. CB04.

Dispositivo Normativo:

Arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis





1.1) *Divergência nos registros das receitas das transferências constitucionais, quando se compara os registros da prefeitura com as informações do Banco do Brasil e STN. - CB04*

O quadro do tópico 4.1.1.1 demonstra as receitas recebidas da União e estado de acordo com informações da STN e do Banco do Brasil. Ao se comparar esses valores informados com os contabilizados pela prefeitura, constata-se divergências nos valores relativos à (Apêndice B):

- Cota-Parte do FPM - R\$ 75.887,91 - contabilizado a menor;
- Transferências do FUNDEB - R\$ 1.179,28 - contabilizado a menor.

Considerando as divergências elencadas, é necessário ser demonstrado pela prefeitura os valores reais dos repasses recebidos.

4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das receitas orçamentárias no período de 2020/2024, revela crescimento significativo na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)	R\$ 82.824.735,73	R\$ 97.223.869,08	R\$ 110.361.682,27	R\$ 120.636.823,87	R\$ 138.335.734,74
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 6.574.321,79	R\$ 7.747.425,90	R\$ 7.875.498,52	R\$ 11.159.999,52	R\$ 11.071.850,74
Receita de Contribuição	R\$ 2.696.567,56	R\$ 3.331.721,06	R\$ 3.499.457,33	R\$ 3.986.280,62	R\$ 4.593.181,81
Receita Patrimonial	R\$ 43.509,40	R\$ 859.499,05	R\$ 3.513.371,53	R\$ 1.817.340,19	R\$ 3.054.479,73
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 287.532,60	R\$ 398.573,30	R\$ 1.446.278,98	R\$ 1.497.048,31	R\$ 998.982,85
Transferências Correntes	R\$ 72.949.651,70	R\$ 84.758.107,33	R\$ 93.738.781,04	R\$ 102.028.594,40	R\$ 117.235.295,95
Outras Receitas					





Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
Correntes	R\$ 273.152,68	R\$ 128.542,44	R\$ 288.294,87	R\$ 147.560,83	R\$ 1.381.943
RECEITAS DE CAPITAL (Exceto intra)	R\$ 2.889.578,27	R\$ 850.605,00	R\$ 6.352.766,06	R\$ 14.800.431,22	R\$ 9.650.432,71
Operações de crédito	R\$ 679.932,49	R\$ 7.355,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Alienação de bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de capital	R\$ 2.209.645,78	R\$ 843.250,00	R\$ 6.352.766,06	R\$ 14.800.431,22	R\$ 9.650.432,71
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS (Exceto Intra)	R\$ 85.714.314,00	R\$ 98.074.474,08	R\$ 116.714.448,33	R\$ 135.437.255,09	R\$ 147.986.167,45
DEDUÇÕES	-R\$ 6.593.375,50	-R\$ 9.145.623,54	-R\$ 10.909.455,15	-R\$ 11.624.187,73	-R\$ 13.139.882,42
RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)	R\$ 79.120.938,50	R\$ 88.928.850,54	R\$ 105.804.993,18	R\$ 123.813.067,36	R\$ 134.846.285,03
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 3.902.148,32	R\$ 3.336.819,64	R\$ 3.548.034,78	R\$ 4.566.748,82	R\$ 5.809.512,43
Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	R\$ 83.023.086,82	R\$ 92.265.670,18	R\$ 109.353.027,96	R\$ 128.379.816,18	R\$ 140.655.797,46
Receita Tributária Própria	R\$ 6.574.321,79	R\$ 7.747.425,90	R\$ 7.875.059,77	R\$ 11.157.995,81	R\$ 11.000.003,04
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	7,93%	7,96%	7,13%	9,24%	7,95%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	8,04%				

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) , Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

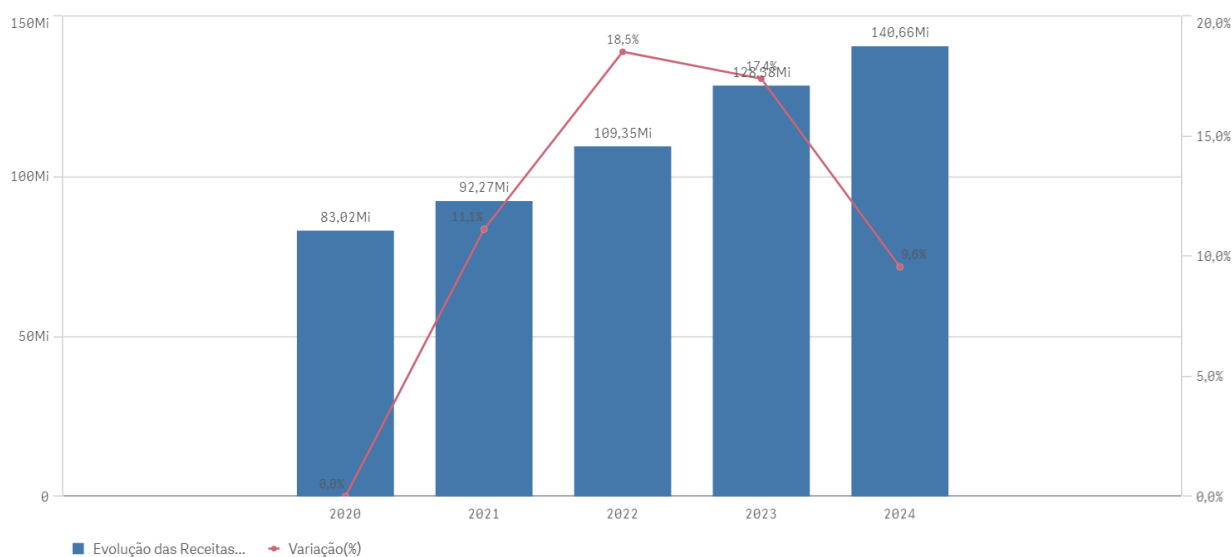
Verifica-se no quadro acima que as receitas de Transferências Correntes representaram em **2024** a maior fonte de recursos na composição da receita municipal, totalizando o valor de R\$ 117.235.295,95, o que corresponde a 79,22% do total da receita orçamentária, exceto a intra (corrente e de capital) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 147.986.167,45.





Segue demonstrado graficamente essa evolução das Receitas Orçamentárias nos últimos cinco exercícios, considerando os valores informados no quadro anterior:

Evolução das Receitas Orçamentárias



4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

A receita tributária própria em relação ao total de receitas correntes arrecadadas atingiu o percentual de **7,95%**.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2020 a 2024, destacando-se, individualmente, os impostos:

Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
IPTU	R\$ 81.398,17	R\$ 104.888,76	R\$ 210.487,45	R\$ 489.523,63	R\$ 140.550,53
IRRF	R\$ 292.922,05	R\$ 2.375.860,05	R\$ 2.114.410,96	R\$ 2.745.697,87	R\$ 3.632.333,83
ISSQN	R\$ 4.035.421,12	R\$ 1.540.291,43	R\$ 2.011.436,49	R\$ 1.772.853,67	R\$ 2.729.315,59
ITBI	R\$ 2.027.130,22	R\$ 3.524.382,89	R\$ 3.079.904,01	R\$ 4.985.978,71	R\$ 3.933.376,84

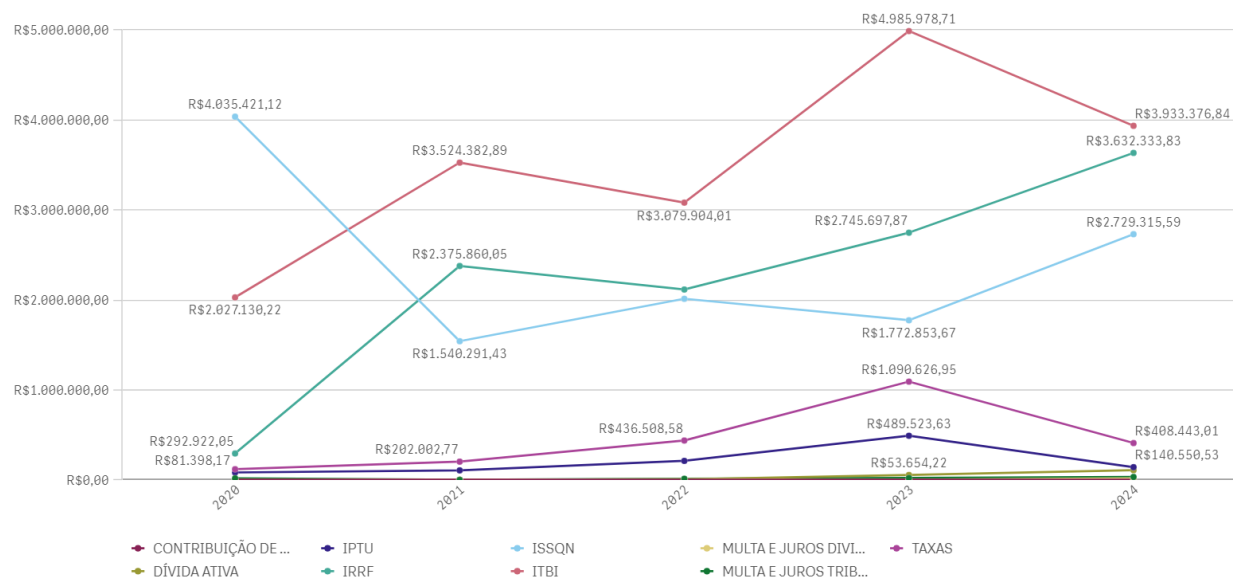




Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
TAXAS	R\$ 118.085,62	R\$ 202.002,77	R\$ 436.508,58	R\$ 1.090.626,95	R\$ 408.443,01
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 16.960,49	R\$ 0,00	R\$ 11.944,70	R\$ 19.660,76	R\$ 31.753,75
DÍVIDA ATIVA	R\$ 1.852,44	R\$ 0,00	R\$ 6.251,16	R\$ 53.654,22	R\$ 107.569,19
MULTA E JUROS DIVIDA ATIVA	R\$ 551,68	R\$ 0,00	R\$ 4.116,42	R\$ 0,00	R\$ 16.660,30
TOTAL	R\$ 6.574.321,79	R\$ 7.747.425,90	R\$ 7.875.059,77	R\$ 11.157.995,81	R\$ 11.000.003,04

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Aplic) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Série Histórica da Receita Tributária Própria por Tributo

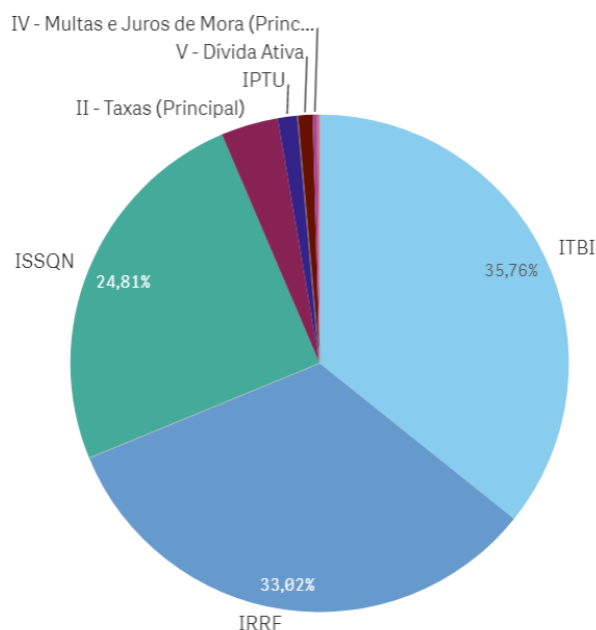


Segue ilustrado no gráfico abaixo a composição da Receita Tributária Própria em **2024**:





% Composição da Receita Tributária Própria



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não po...

4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

O art. 30, III, da Constituição Federal, estabelece a competência dos Municípios em instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas. Além disso, os municípios dispõem do recebimento das receitas não tributárias as quais se somam ao montante de recursos arrecadados pelo município para a consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a previsão constitucional de repasses financeiros da União e do Estado para o Município garante uma receita mínima independentemente de sua capacidade financeira de arrecadação própria, podendo fazer com que os municípios dependam de recursos externos para manutenção de sua estrutura político-administrativa.





O Grau de Autonomia Financeira do Município é caracterizada pelo percentual de participação das receitas próprias do município em relação à receita total arrecadada. Em outras palavras, a autonomia financeira é a capacidade do município de gerar receitas, sem depender das receitas de transferências.

Descrição	Valor - R\$
Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) (A)	R\$ 147.986.167,45
Receita de Transferência Corrente (B)	R\$ 117.235.295,95
Receita de Transferência de Capital (C)	R\$ 9.650.432,71
Total Receitas de Transferências D = (B+C)	R\$ 126.885.728,66
Receitas Próprias do Município E = (A-D)	R\$ 21.100.438,79
Índice de Participação de Receitas Próprias F = (E/A)*100	14,25%
Percentual de Dependência de Transferências G = (D/A)*100	85,74%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Receita > Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita.

A autonomia financeira de **14,25%** indica que, a cada R\$ 1,00 recebido, o município apenas contribuiu com R\$ 14,25 de receita própria. Assim, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência foi na ordem de **85,74%**

A tabela a seguir apresentam o grau de dependência financeira do município no período de 2020 a 2024:

Dependência de Transferência					
Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual de Participação de Receitas Próprias	14,89%	13,57%	14,24%	13,73%	14,25%
Percentual de Dependência de Transferências	85,10%	86,42%	85,75%	86,26%	85,74%

Fonte: Relatórios Contas de Governo - Tópico: Grau de Autonomia Financeira.

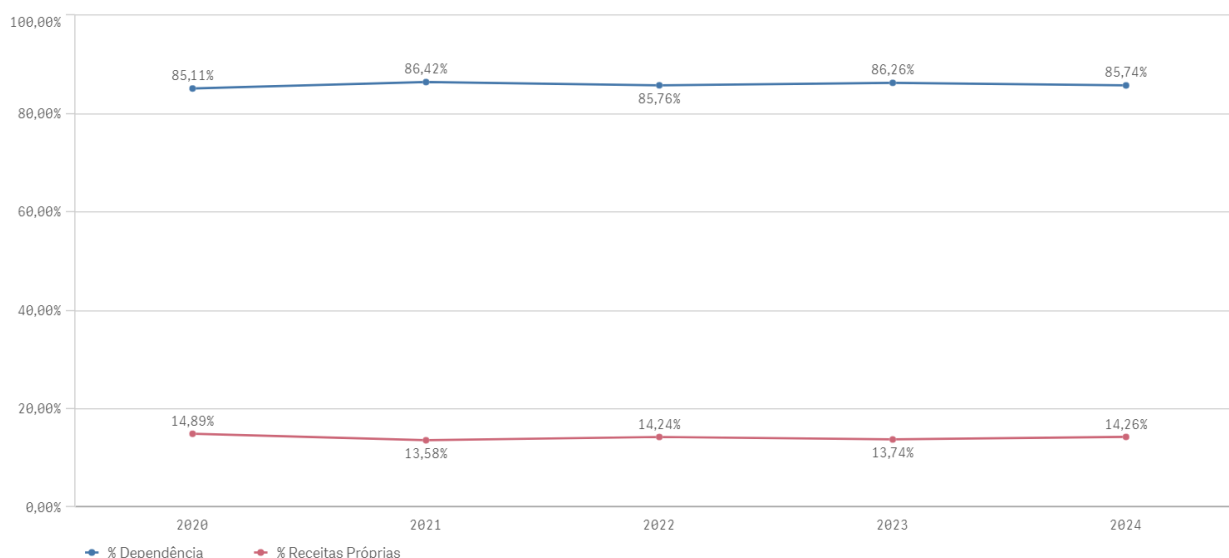
Verifica-se no quadro acima que o índice de participação de receitas próprias no exercício de 2024 foi de **14,25%** evidenciando um aumento em relação ao exercício de 2023.

Segue demonstrado graficamente a série histórica do Índice de Participação de Receitas Próprias:





Série Histórica - Dependência Financeira



4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2024**, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de **R\$ 176.322.241,41**, sendo realizado (empenhado) o montante de **R\$ 126.172.499,55**, liquidado **R\$ 121.772.185,49** e pago **R\$ 120.553.417,30**.

4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2020/2024, revela aumento da despesa realizada, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Grupo de despesas	2020	2021	2022	2023	2024
Despesas correntes	R\$ 73.285.500,13	R\$ 75.725.769,47	R\$ 96.277.639,76	R\$ 98.240.458,66	R\$ 113.895.309,64
Pessoal e encargos sociais	R\$ 34.521.804,03	R\$ 38.885.371,19	R\$ 48.602.050,44	R\$ 50.506.240,76	R\$ 58.390.188,73





Grupo de despesas	2020	2021	2022	2023	2024
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 82.910,92	R\$ 130.000,00	R\$ 0,00	R\$ 77.341,17	R\$ 0,00
Outras despesas correntes	R\$ 38.680.785,18	R\$ 36.710.398,28	R\$ 47.675.589,32	R\$ 47.656.876,73	R\$ 55.505.120,91
Despesas de Capital	R\$ 7.516.868,32	R\$ 6.055.857,42	R\$ 13.428.139,21	R\$ 23.138.203,43	R\$ 6.425.280,13
Investimentos	R\$ 7.361.356,68	R\$ 5.816.978,17	R\$ 12.996.785,95	R\$ 22.958.203,43	R\$ 6.076.055,45
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 155.511,64	R\$ 238.879,25	R\$ 431.353,26	R\$ 180.000,00	R\$ 349.224,68
Total Despesas Exceto Intra	R\$ 80.802.368,45	R\$ 81.781.626,89	R\$ 109.705.778,97	R\$ 121.378.662,09	R\$ 120.320.589,77
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 4.002.598,14	R\$ 3.265.619,08	R\$ 3.696.864,13	R\$ 4.662.241,04	R\$ 5.851.909,78
Total das Despesas	R\$ 84.804.966,59	R\$ 85.047.245,97	R\$ 113.402.643,10	R\$ 126.040.903,13	R\$ 126.172.499,55
Variação - %	Variação_2020	0,28%	33,34%	11,14%	0,10%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

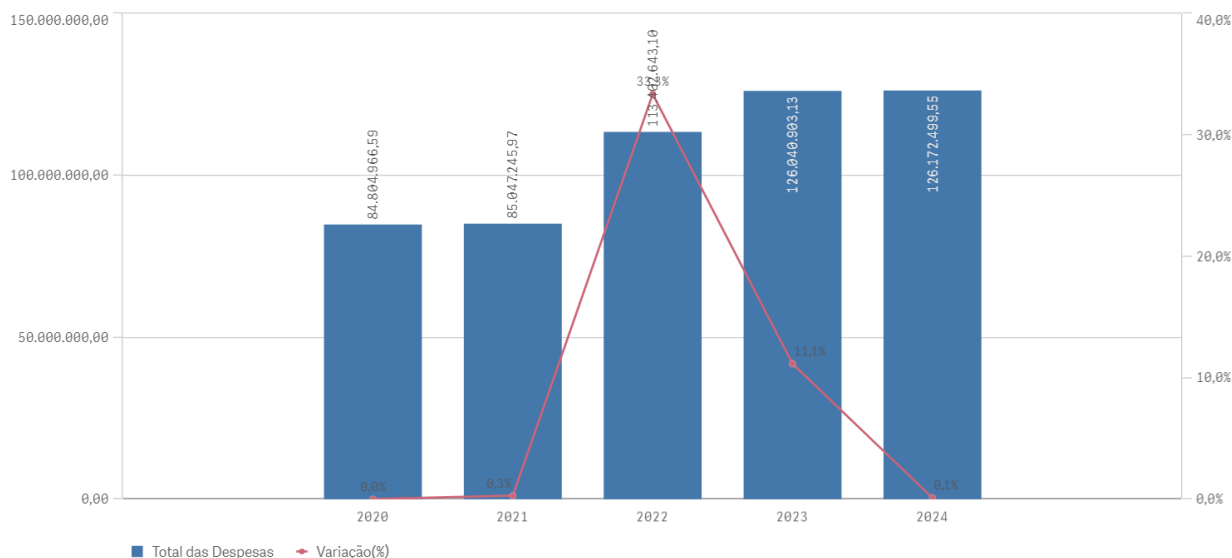
Verifica-se no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação em 2024 na composição da despesa orçamentária municipal foi Pessoal e Encargos, totalizando o valor de R\$ 58.390.188,73, o que corresponde a 48,52% do total da despesa orçamentária (Exceto a intra) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 120.320.589,77.

Segue demonstrado graficamente a evolução das despesas orçamentárias ocorridas nos últimos cinco exercícios, verificada no quadro acima:





Série Histórica - Despesas Orçamentárias



Verifica-se no quadro acima que nos exercícios de 2022 e 2023 as despesas tiveram um crescimento, em relação a 2020 e 2021. Já em 2024, as despesas permaneceram quase nos mesmos valores realizados em 2023.

Ressalta-se que consta demonstrado no Anexo 3, Quadro 3.3, o resultado da execução dos programas de governo previstos no orçamento.

5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município e é por meio dos balanços consolidados que são feitas as análises.

O ponto de partida para a realização das análises deste tópico é a apresentação pelo Chefe do Poder Executivo das Demonstrações Contábeis. Assim, foi verificado se:

1) As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 foram regularmente divulgadas no Portal Transparência da Prefeitura no endereço: <https://transparencia.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/Contabilidade/Contas-publicas/>





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

2) As Demonstrações Contábeis não foram publicadas em veículo oficial. NB06.

Dispositivo Normativo:

Art. 37 da Constituição Federal

2.1) *Ausência de publicação, em diário oficial, dos balanços consolidados enviados na prestação de contas anuais de governo - NB06*

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade enviou na sua prestação de Contas de Governo, os balanços consolidados, no entanto, esses balanços não foram publicados em diário oficial para dar validade as informações contidas nos balanços consolidados

Consta no Sistema APLIC que a Prefeitura enviou comprovante da publicação dos balanços, conforme abaixo:

Resultado(s) da consulta						
Cód Documento	Exercício Documento	Mês Comp Documento	Código Tipo	Descrição	Arquivo PDF	Publicações
00000000218/2024	2024	20	30	Anexo 17 (consolidado Ente)	DD_202420_00030.pdf	0
00000000220/2024	2024	20	32	Relação dos restos a pagar da saúde (ASPS) i.	DD_202420_00032.pdf	0
00000000221/2024	2024	20	33	Relação dos restos a pagar da educação (MDE	DD_202420_00033.pdf	0
00000000222/2024	2024	20	34	Relação dos restos a pagar do Fundeb (70%), in.	DD_202420_00034.pdf	0
00000000223/2024	2024	20	35	Relação dos restos a pagar do Fundeb (30%), p.	DD_202420_00035.pdf	0
00000000224/2024	2024	20	36	Relação dos restos a pagar da saúde (ASPS) p.	DD_202420_00036.pdf	0
00000000225/2024	2024	20	37	Relação dos restos a pagar da educação (MDE	DD_202420_00037.pdf	0
00000000226/2024	2024	20	38	Relação dos restos a pagar do Fundeb (70%), p.	DD_202420_00038.pdf	0
00000000227/2024	2024	20	39	Relação dos restos a pagar do Fundeb (30%), p.	DD_202420_00039.pdf	0
00000000229/2024	2024	20	128	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC - MC	DD_202420_00128.pdf	0
00000000230/2024	2024	20	150	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (L	DD_202420_00150.pdf	0
00000000231/2024	2024	20	151	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e do	DD_202420_00151.pdf	0
00000000232/2024	2024	20	152	Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e	DD_202420_00152.pdf	0
00000000233/2024	2024	20	153	Lista de Dirigentes integrantes do DFGS e respect	DD_202420_00153.pdf	0
00000000234/2024	2024	20	154	Lista de Conselheiros Públicos que o Ente partici	DD_202420_00154.pdf	0
00000000235/2024	2024	20	155	Notas explicativas ao Balanço Orçamentário, co	DD_202420_00155.pdf	0
00000000236/2024	2024	20	156	Notas explicativas ao Balanço Financeiro, conf	DD_202420_00156.pdf	0
00000000237/2024	2024	20	157	Notas explicativas ao Balanço Patrimonial, conf	DD_202420_00157.pdf	0
00000000238/2024	2024	20	158	Notas explicativas à DVP, conforme orientação	DD_202420_00158.pdf	0
00000000239/2024	2024	20	159	Notas explicativas à DFC, conforme orientação	DD_202420_00159.pdf	0
00000000240/2024	2024	20	160	Norma (decreto) sobre o encerramento do exerc	DD_202420_00160.pdf	0
00000000244/2024	2024	20	161	Alto de criação da Ouvidoria Documento que for	DD_202420_00161.pdf	0
00000000245/2024	2024	20	162	Alto de nomeação do responsável (Ouvidor) Alto	DD_202420_00162.pdf	0
00000000246/2024	2024	20	163	Alto que normaliza a Ouvidoria Documento que	DD_202420_00163.pdf	0
00000000247/2024	2024	20	164	Carta de Serviços Documento que informa os s	DD_202420_00164.pdf	0
00000000248/2024	2024	20	165	Lei ou normativa que regulamenta a remunerac	DD_202420_00165.pdf	0
00000000249/2024	2024	20	166	Comprovante de remuneração dos ACS e ACE	DD_202420_00166.pdf	0
00000000251/2024	2024	20	167	Alto normativo que regulamenta o adicional de in	DD_202420_00167.pdf	0
00000000250/2024	2024	20	168	Alto normativo que regulamenta a concessão de	DD_202420_00168.pdf	0
00000000256/2024	2024	20	171	Relação do quantitativo de servidores Eleivos...	DD_202420_00171.pdf	0
00000000257/2024	2024	20	172	Relação do quantitativo de servidores ativos e L	DD_202420_00172.pdf	0
00000000259/2024	2024	20	173	Questionário sobre ações preventivas de "viola	DD_202420_00173.pdf	0
00000000259/2024	2024	20	174	Comprovante de Publicação dos Balanços Co	DD_202420_00174.pdf	0
00000000260/2024	2024	20	176	Controle de prestação de serviços de implantaç	DD_202420_00176.pdf	0

Todavia, foi enviado como arquivo cópia do Jornal Eletrônico dos Municípios, edição 4.691, de 10 de março de 2025, na qual não consta publicação dos balanços da Prefeitura.



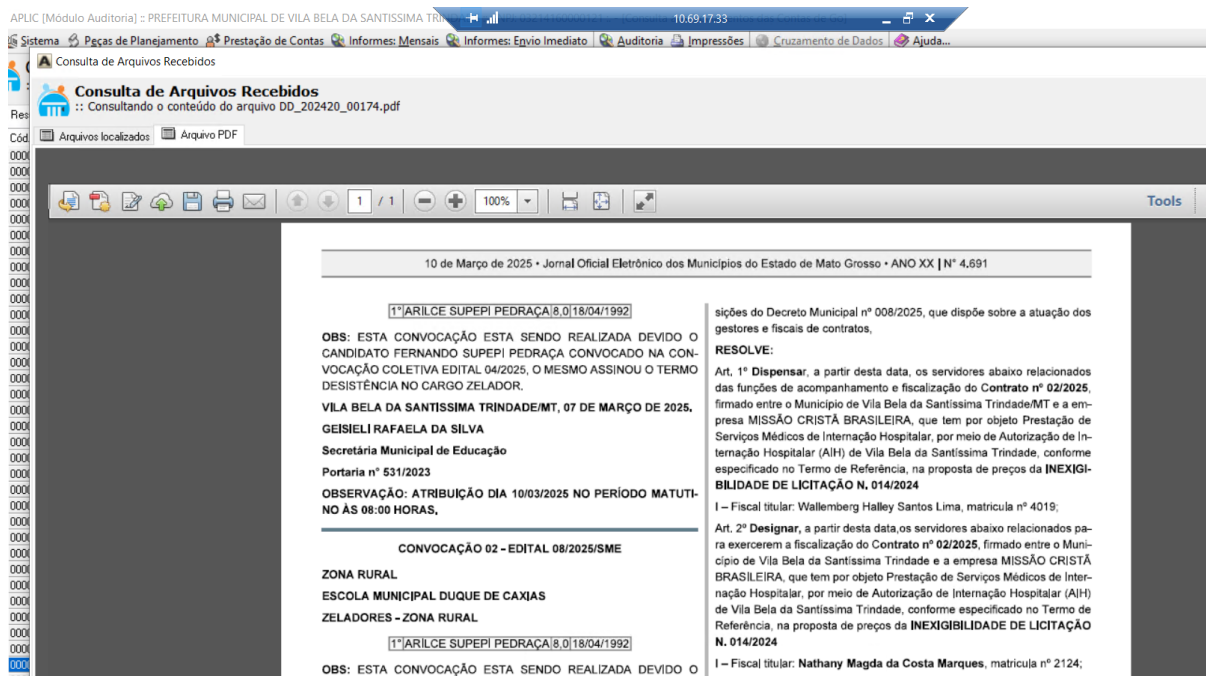


Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br



3) As Demonstrações foram apresentadas de forma consolidada.

4) As Demonstrações contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo (Protocolo Control-P n.º 611042/2025) não foram assinadas pelo titular da Prefeitura ou o seu representante legal e pelo contador legalmente habilitado. CB08.

Dispositivo Normativo:

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330/2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946.

4.1) *As Demonstrações contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo não foram assinadas pelo titular da Prefeitura ou o seu representante legal e pelo contador legalmente habilitado. - CB08*





As Demonstrações contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo (Protocolo Control-P n.º 611042/2025) não foram assinadas pelo titular da Prefeitura ou o seu representante legal e pelo contador legalmente habilitado.

5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Portaria n.º 184, de 25/08/2008, do Ministério da Fazenda dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O aumento da globalização dos negócios exige transparência das demonstrações financeiras em uma jornada rumo à harmonização contábil, uma vez que cada país possui regulamentação própria e entendimentos específicos quanto às técnicas contábeis, o que gera, assim, divergência em muitos aspectos.

A existência de padrões contábeis uniformes e consistentes eleva a qualidade da informação contábil para fins de avaliação e comparação do desempenho e da eficiência orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, bem como facilita a compreensão dos dados e promove a transparência. No cenário atual, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes evidenciações de informações geradas para prestações de contas, responsabilização, desempenho e transparência dos resultados da gestão.

A Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de padronizar os procedimentos contábeis no âmbito da federação sob a mesma base conceitual, publica regularmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Este manual, é de observância obrigatória para todos os entes da Federação e está alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS, assim como está de acordo com a legislação que dá embasamento à





contabilidade patrimonial no setor público e à normatização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público por parte da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Federal de Contabilidade.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A convergência das demonstrações contábeis refere-se à conciliação das práticas contábeis aos padrões internacionais visando diminuir as diferenças dos procedimentos da área e com isso viabilizar a comparação de informações em qualquer lugar do mundo. Já a consistência contábil se trata da verificação da uniformização dos critérios contábeis de modo a atingir a convergência das demonstrações contábeis.

Dessa forma, foi verificada a consistência na elaboração das Demonstrações Contábeis apresentadas no Sistema Aplic, referentes ao exercício de **2024**, considerando a Portaria do STN n.º 877/2018 e as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPCs n.ºs. 04, 05, 06, 07 e 08 expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Abaixo são apresentados os quesitos analisados, bem como as inconsistências de estrutura e omissões verificadas na análise:

5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Inclui no quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica, origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar e separadas: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de créditos/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais).	SIM	ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal da despesa orçamentária, por		





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação e separadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reservas de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit.	SIM	ATENDIDO
3 Composto por um quadro principal; um quadro da execução dos Restos a Pagar não Processados e um quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e não processados liquidados e inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar não Processados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo.	SIM	ATENDIDO
4 Inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, pagos, cancelados e saldo.	SIM	ATENDIDO
5 Demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior.	SIM	ATENDIDO
6 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: S das contas filhas = S das contas mães.	SIM	ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- 1) O Balanço Orçamentário apresentado/divulgado está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Demonstra a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte ("caixa e equivalente de caixa" e "depósitos restituíveis e valores vinculados").	SIM	ATENDIDO
2 Apresenta informações do exercício anterior e do exercício		





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
atual.	SIM	ATENDIDO
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas= S das contas mães.	SIM	ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) O Balanço Financeiro apresentado/divulgado está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composto por quadro principal dos Ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado, Intangível).	SIM	ATENDIDO
2 Composto por quadro principal dos Passivos, incluindo na coluna do Passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, provisões a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).	SIM	ATENDIDO
3 Inclui no quadro principal na coluna do Patrimônio Líquido no mínimo o Patrimônio Social, Capital Social e Resultados Acumulados.	SIM	ATENDIDO
4 Inclui no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial.	SIM	ATENDIDO
5 Inclui no quadro das contas de compensação: atos potenciais ativos e atos potenciais passivos.	SIM	ATENDIDO
6 Inclui no quadro de Superávit/Déficit Financeiro: Código, descrição e saldos das fontes de recursos.	SIM	ATENDIDO
7 Apresenta informações comparáveis com o exercício anterior.	SIM	ATENDIDO
8 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo -		





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
Equação: Soma das contas filhas = Soma das contas mães.	SIM	ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) O Balanço Patrimonial apresentado/divulgado está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)

Demonstra-se a seguir os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos iniciais apresentados no exercício de 2024:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Ativo Circulante	R\$ 106.609.478,18	R\$ 106.206.538,72	R\$ 402.939,46
ARLP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ativo Imobilizado	R\$ 83.558.736,24	R\$ 83.558.736,24	R\$ 0,00
Ativo Intangível	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 190.168.214,42	R\$ 189.765.274,96	R\$ 402.939,46
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Passivo Circulante	R\$ 3.441.596,97	R\$ 3.202.567,65	R\$ 239.029,32
Passivo Não Circulante	R\$ 52.254.612,23	R\$ 52.252.985,91	R\$ 1.626,32
Patrimônio Líquido	R\$ 134.472.005,22	R\$ 151.690.945,87	-R\$ 17.218.940,65
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 190.168.214,42	R\$ 207.146.499,43	-R\$ 16.978.285,01

APLIC>Prestação de Contas>Contas de Governo>Balanço patrimonial

Com base nas informações acima, verifica-se que:

1) Não há convergência entre os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos apresentados no exercício de 2024 provenientes do exercício anterior.

Ao se comparar o saldo inicial de 2024 demonstrado no Balanço Patrimonial Consolidado, percebe-se que há diferença nos valores do Ativo, quando se compara com o saldo de fechamento do Balanço Patrimonial do exercício de 2023, ou seja, o saldo de fechamento de 2023 não é o mesmo de abertura de 2024.





Contudo, ao se analisar o Balanço Patrimonial de 2023, verifica-se que ele foi apresentado de forma desequilibrada, ou seja, o Ativo estava menor que o Passivo.

Aparentemente a correção foi realizada no exercício de 2024, porém não há nenhuma menção a qualquer ajuste de exercícios anteriores, no balanço nem nas notas explicativas.

Considerando que a causa da diferença aparentemente ocorreu no exercício de 2023, não será apontada irregularidade referente à estrutura do balanço, mas sim sobre as notas explicativas, no tópico adequado

5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO

Demonstra-se a seguir quadro com os saldos dos subgrupos do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial do exercício de 2024:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)
Ativo Circulante	R\$ 136.410.717,94	Passivo Circulante	R\$ 3.841.583,79
ARLP	R\$ 0,00	Passivo Não Circulante	R\$ 94.242.272,18
Investimentos	R\$ 26.019.902,78	Patrimônio Líquido	R\$ 158.599.177,33
Ativo Imobilizado	R\$ 94.252.412,58		
Ativo Intangível	R\$ 0,00		
TOTAL DO ATIVO (I)	R\$ 256.683.033,30	TOTAL DO PASSIVO (II)	R\$ 256.683.033,30
DIFERENÇA (III) = I - II	R\$ 0,00		

APLIC>Prestação de Contas> Contas de Governo>Balanço Patrimonial

Da análise do quadro acima, constata-se que:

1) Na conferência de saldos do Balanço Patrimonial foi verificado que o total do Ativo e o Passivo são iguais entre si.

5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

O quadro a seguir tem por objetivo demonstrar acerca da apropriação do Resultado Patrimonial no Patrimônio Líquido do Ente:





DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Patrimônio Líquido de 2023 (I)	R\$ 134.472.005,22
Patrimônio Líquido de 2024 (II)	R\$ 158.599.177,33
Variação do PL (III) = II - I	R\$ 24.127.172,11
Saldo final de ajustes de Exercícios anteriores registrados em 2024 (IV)	R\$ 0,00
Resultado patrimonial evidenciado na DVP (V)	R\$ 24.311.510,34
Diferença (VI) = III - IV - V	-R\$ 184.338,23

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais

Com base nas informações acima, verifica-se que:

1) O total do Patrimônio Líquido (Exercício de 2023) adicionado ao resultado patrimonial apurado na DVP (Exercício de 2024) e os ajustes de exercícios anteriores (se houver) não convergem com o total do Patrimônio Líquido do Exercício de 2024. Foi identificada divergência de R\$ 184.338,23. CB05.

Dispositivo Normativo:

Arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1.1) O total do Patrimônio Líquido (Exercício de 2023) adicionado ao resultado patrimonial apurado na DVP (Exercício de 2024) e os ajustes de exercícios anteriores (se houver) não convergem com o total do Patrimônio Líquido do Exercício de 2024. - CB05

O total do Patrimônio Líquido (Exercício de 2023) adicionado ao resultado patrimonial apurado na DVP (Exercício de 2024) e os ajustes de exercícios anteriores (se houver) não convergem com o total do Patrimônio Líquido do Exercício de 2024. Foi constatada diferença de R\$ 184.338,23.





5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO

As informações apresentadas abaixo, tem por objetivo evidenciar a convergência do Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros/Permanentes e o apurado no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro por fontes de recursos:

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	Exercício Atual (2024)	Exercício Anterior (2023)
Ativo Financeiro	R\$ 21.815.067,22	R\$ 61.723.630,79
(-) Passivo Financeiro	R\$ 18.417.698,27	R\$ 73.805.259,51
Resultado Financeiro (I = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro)	R\$ 3.397.368,95	-R\$ 12.081.628,72

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VERSUS QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO			
DESCRIÇÕES	QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	QUADRO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO	DIFERENÇA
Resultado financeiro 2024	R\$ 3.397.368,95	R\$ 62.305.064,14	-R\$ 58.907.695,19
Resultado financeiro 2023	-R\$ 12.081.628,72	R\$ 40.564.079,00	-R\$ 52.645.707,72

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial

Assim, verifica-se que:

1) Foi verificado que o total do resultado financeiro não é convergente com o total das fontes de recursos. CB05.

Dispositivo Normativo:

Arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

1.1) *O total do resultado financeiro não é convergente com o Quadro do Superávit /Déficit Financeiro por fontes de recursos. - CB05*





No Balanço Patrimonial, enviado na prestação de Contas de Anuais de Governo (doc. digital 611042/2025, folha 26 a 28), consta o quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, no qual consta que o Ativo Financeiro, no final de 2024, era de R\$ 21.815.067,22. Da mesma forma consta o Passivo Financeiro como sendo de R\$ 18.417.698,27. Assim, fazendo a diferença entre Ativo e Passivo Financeiro, tem-se como resultado financeiro do exercício, um superávit de R\$ 3.397.368,95.

O próximo quadro do Balanço Patrimonial é o quadro do superávit /déficit financeiro, que deve refletir o valor do superávit ou do déficit financeiro, detalhado por cada fonte. Assim, esse quadro deveria detalhar as fontes que compõe o superávit de R\$ 3.397.368,95, demonstrado no parágrafo anterior. Ocorre que esse demonstrativo, conforme consta nas folhas 27 e 28, mostra o total de recursos por fonte como sendo de R\$ 62.305.064,14, valor esse totalmente incompatível com o resultado financeiro demonstrado no quadro dos Ativos e Passivos Financeiro, que demonstrou R\$ 3.397.368,95.

Essa incompatibilidade abrange também os valores de 2023, apresentados no balanço como saldo anterior.

5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Compõe a VPA: (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; Transferências e Delegações Recebidas; Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas).	SIM	ATENDIDO
2 Compõe a VPD: (Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas		





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas).	SIM	ATENDIDO
3 Apresenta o resultado patrimonial do período.	SIM	ATENDIDO
4 Apresenta informações do exercício anterior e exercício atual.	SIM	ATENDIDO
5 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas = S das contas mães.	SIM	ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) apresentada/divulgada está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composta por quadro principal; quadro de transferências recebidas e concedidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função; e quadro de juros e encargos da dívida.	SIM	ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (ingressos e desembolsos); Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (ingressos e desembolsos); e Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.	SIM	ATENDIDO
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas= S das contas mães.	SIM	ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresentada/divulgada está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.





5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 As notas explicativas apresentam informações gerais da entidade; Resumo das políticas contábeis significativas; Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis e outras informações relevantes.	NÃO	NÃO ATENDIDO
2 As notas explicativas foram apresentadas de forma sistemática e cada quadro ou item nas demonstrações contábeis a que uma nota se aplique teve referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	NÃO	NÃO ATENDIDO
3 O Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante, é evidenciado em notas explicativas; Há evidência do detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário); A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário é evidenciado em notas explicativas; As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária são evidenciadas em notas explicativas; O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente é registrado em notas explicativas; Há evidência do detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada; Há evidência do montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício (Déficit Orçamentário).	NÃO	NÃO ATENDIDO
4 O Balanço Financeiro deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: as receitas orçamentárias líquidas de deduções. Observar se o detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos estão apresentados em quadros anexos ou em notas explicativas.	NÃO	NÃO ATENDIDO
5 O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de notas explicativas que indiquem: evidência do detalhamento das seguintes contas: Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; Imobilizado; Intangível; Obrigações Trabalhistas,		





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo; evidencição das políticas contábeis relevantes que tenham reflexos no patrimônio sejam evidenciadas, como as políticas de depreciação, amortização e exaustão; Há evidencição em notas explicativas dos ganhos e perdas decorrentes da baixa de imobilizado estão reconhecidos no resultado Patrimonial e devidamente evidenciados em nota explicativa; Há evidencição em notas explicativas, dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e de realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo; Há evidencição de ativos e passivos contingentes em contas de controle e notas explicativas; A depreciação, amortização e exaustão para cada período é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo	NÃO	NÃO ATENDIDO
6 A Demonstração das Variações Patrimoniais deverá ser acompanhada de notas explicativas que indiquem: evidencição em notas explicativas da origem e do destino dos recursos provenientes de alienação de ativos, em atendimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar 101/2000 (LRF).	NÃO	NÃO ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) As Notas Explicativas apresentadas/divulgadas não estão de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN. CC09 e CC11.

Dispositivo Normativo:

Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

1.1) *As Notas Explicativas apresentadas não foi elaborada em conformidade com o disposto nas Instruções de Procedimentos Contábeis. - CC09*

Foram verificadas as seguintes inconsistências nas Notas Explicativas:

- não apresentam as informações gerais da entidade;
- não apresentam o resumo das políticas contábeis significativas;
- não apresentam informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis e outras informações relevantes;





- d. não foram apresentadas de forma sistemática e cada quadro ou item nas demonstrações contábeis a que uma nota se aplique teve referência cruzada com a respectiva nota explicativa

1.2) Não apresentação de notas explicativas ao Balanço Patrimonial que justifique a não congruência do saldo final do Ativo demonstrado no Balanço Patrimonial de 2023 com o saldo inicial de 2024, nesse mesmo balanço. - CC11

O saldo final do Ativo demonstrado no Balanço Patrimonial Consolidado, do exercício de 2023, era de R\$ 189.765.274,96. Contudo, o valor do Ativo de abertura do Balanço Patrimonial de 2024 foi de R\$ 190.168.214,42, ou seja, há uma diferença de R\$ 402.939,46.

Contudo, ao se analisar o Balanço Patrimonial de 2023, verifica-se que ele foi apresentado de forma desequilibrada, ou seja, o Ativo estava menor que o Passivo. Aparentemente a correção foi realizada no exercício de 2024, porém não há nenhuma menção a qualquer ajuste de exercícios anteriores, no balanço nem nas notas explicativas.

Considerando que a causa da diferença aparentemente ocorreu no exercício de 2023, deveria ter sido apresentada uma Nota Explicativa para justificar a correção realizada na contabilidade, em 2024, que alterou o valor do Ativo de fechamento de 2023, apresentando um valor diferente na abertura de 2024.

5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Além da análise quanto à estrutura das demonstrações contábeis, e, em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, foi verificado se o Município divulgou em notas explicativas informações sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, conforme estabelecido no artigo 1º, na Portaria do STN n.º 548, de 24 de setembro de 2015:





§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

Dessa análise, observou-se que o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade não divulgou o estágio de implementação do PIPCP em notas explicativas.

Assim, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação do Prefeito Municipal de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**:

Faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que, as notas explicativas das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2025, sejam integradas por informações acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria STN 548/2015 e visando subsidiar análises futuras nas Contas de Governo. Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes.

5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

Um dos procedimentos patrimoniais exigidos pela Portaria do STN n.º 548 /2015 é a apropriação por competência das obrigações decorrentes de benefícios a empregados, dentre eles a gratificação natalina e férias.

Segundo o MCASP (STN, 10ª Ed, p. 307):

O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência... e para o reconhecimento dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias deve-se realizar a apropriação mensal em conformidade com o regime de competência.





A apropriação mensal das férias, do abono constitucional de 1/3 e da gratificação natalina por competência deve ser registrada em contas de Variações Patrimoniais Diminutivas.

O prazo para implementação do reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados para municípios com mais de 50 mil habitantes encerrou-se em 2018 e para os municípios com até 50 mil habitantes encerrou-se em 2019.

A consulta a movimentação contábil das contas de variações patrimoniais diminutivas

31111012200 13º salário

31111012100 férias vencidas e proporcionais

31111012400 férias abono constitucional

registrada no Sistema Aplic evidencia que foram efetuados os registros contábeis por competência das férias vencidas e proporcionais, do adicional de 1/3 das férias e da gratificação natalina.

1) Ausência de apropriação mensal das provisões trabalhistas das férias vencidas, de abono constitucional de férias e décimo terceiro. A consulta ao Razão contábil das contas de variações patrimoniais diminutivas 31111012200, 13º salário e 31111012400, férias abono constitucional registrados no Sistema Aplic, referente ao exercício de 2024, evidencia que não foram efetuados os registros contábeis por competência da gratificação natalina, das férias e do adicional de 1/3 das férias. CB03.

Dispositivo Normativo:

Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1.1) *Não foi realizada a apropriação mensal das férias e 13º salário, em desacordo com os itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.*
- **CB03**

A consulta ao Razão contábil das contas patrimoniais 21111010251 e 21111010351 (atributos P) evidencia que não foram efetuados os registros contábeis por competência da gratificação natalina, das férias e do adicional das férias.





5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação orçamentária referente ao exercício de **2024** do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor.

5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Líquida Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 97.344.959,36	R\$ 104.990.695,37	R\$ 161.051.860,87	R\$ 200.027.591,77	R\$ 170.767.142,96
Receita Líquida Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 79.120.938,50	R\$ 88.928.850,54	R\$ 105.804.993,18	R\$ 123.813.067,36	R\$ 134.846.285,03
Quociente de execução da Receita (QER)=B/A	0,8127	0,8470	0,6569	0,6189	0,7896

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Verifica-se na tabela acima, que nos últimos 5 anos a receita líquida arrecadada (Exceto Intra) foi menor do que a prevista, sendo 81,27% em 2020; 84,70% em 2021; 65,69% em 2022, 61,89% em 2023 e 78,96% em 2024, indicando frustração de receita para a cobertura de despesas.





5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Corrente Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 93.053.959,36	R\$ 101.456.915,37	R\$ 138.868.860,87	R\$ 142.954.589,43	R\$ 142.854.002,19
Receita Corrente Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 82.824.735,73	R\$ 97.223.869,08	R\$ 110.361.682,27	R\$ 120.636.823,87	R\$ 138.335.734,74
Quociente execução da receita corrente (QERC)=B/A	0,8900	0,9582	0,7947	0,8438	0,9683

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Verifica-se na tabela acima, que nos últimos 5 anos a receita corrente arrecadada (Exceto Intra) foi menor do que a prevista, sendo 89,00% em 2020; 95,82% em 2021; 79,47% em 2022; 84,38% em 2023 e 96,83% em 2024, indicando frustração de receita corrente em todos os exercícios.

5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita de Capital Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 11.665.000,00	R\$ 12.329.964,00	R\$ 32.695.000,00	R\$ 69.813.002,34	R\$ 41.366.580,77
Receita de Capital Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 2.889.578,27	R\$ 850.605,00	R\$ 6.352.766,06	R\$ 14.800.431,22	R\$ 9.650.432,71
Quociente execução da receita de capital (QRC)=B/A	0,2477	0,0689	0,1943	0,2120	0,2332

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Nos exercícios de 2020 a 2024, a receita de capital arrecadada foi menor do que a prevista, correspondendo a 24,77% em 2020; 6,89% em 2021; 19,43% em





2022; 21,20% em 2023 e 23,32% em 2024, demonstrando frustração de receita de capital em todos os exercícios.

5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 98.063.796,24	R\$ 106.522.571,63	R\$ 165.611.904,72	R\$ 205.347.394,62	R\$ 170.088.230,94
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 80.802.368,45	R\$ 81.781.626,89	R\$ 109.705.778,97	R\$ 121.378.662,09	R\$ 120.320.589,77
Quociente execução da despesa (QED)+B/A	0,8239	0,7677	0,6624	0,5910	0,7074

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Verifica-se que nos últimos 5 exercícios, o resultado indica que a despesa orçamentária realizada (Exceto Intra) foi menor do que a autorizada, representando a 82,39% em 2020 do valor inicial orçado; 76,77% em 2021; 66,24% em 2022; 59,10% em 2023 e 70,74% em 2024, indicando economia orçamentária ou reflexo de contingenciamento efetuado no decorrer do exercício.





5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 79.646.998,83	R\$ 86.050.174,48	R\$ 103.842.198,46	R\$ 115.217.688,96	R\$ 124.066.371,52
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 73.285.500,13	R\$ 75.725.769,47	R\$ 96.277.639,76	R\$ 98.240.458,66	R\$ 113.895.309,64
Quociente execução da Despesa Corrente (QEDC)=B/A	0,9201	0,8800	0,9271	0,8526	0,9180

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Nos exercícios de 2020 a 2024, o resultado indica que a despesa corrente realizada (Exceto Intra) realizada foi menor do que a autorizada, sendo, 92,01% em 2020; 88,00% em 2021; 92,71% em 2022; 85,26% em 2023 e 91,80% em 2024, demonstrando economia orçamentária em todos os exercícios.

5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 17.160.897,41	R\$ 19.228.565,15	R\$ 58.878.383,26	R\$ 84.238.305,66	R\$ 44.467.459,42
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 7.516.868,32	R\$ 6.055.857,42	R\$ 13.428.139,21	R\$ 23.138.203,43	R\$ 6.425.280,13
Quociente execução da Despesa de Capital (QDC)=A/B	0,4380	0,3149	0,2280	0,2746	0,1444

Relatórios dos Exercícios 2020-2023





Nos exercícios de 2020 a 2023, a despesa de capital realizada foi menor do que a estimada, sendo 43,80% em 2020; 31,49% em 2021; 22,80% em 2022; 27,46% em 2023 e 14,44% em 2024.

5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT n.º 43/2013, a qual dispõe sobre as diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados, conforme demonstrados no Anexo 4 - Análise da Situação Orçamentária, Quadro 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS.

5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)

O art. 167, III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Complementar a esse ditame, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32, § 3º, enfatiza que são consideradas para essa análise, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados e o das despesas de capital executadas.

Assim, denomina-se Regra de Ouro a vedação de que os ingressos financeiros provenientes de endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).





O objetivo é impedir que o ente se endivide para o pagamento de despesas correntes como: pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública. Categoricamente a regra determina que a Receita de Capital não deve ultrapassar o montante da Despesa de Capital.

Apresenta-se abaixo a série histórica para verificação do cumprimento da regra de ouro:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (A)	R\$ 7.516.868,32	R\$ 6.055.857,42	R\$ 13.428.139,21	R\$ 23.138.203,43	R\$ 6.425.280,13
Operações de Créditos (B)	R\$ 679.932,49	R\$ 7.355,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Regra de Ouro B/A	0,0904	0,0012	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

As operações de crédito contratadas em 2020 e 2021 representaram 9,4% em 2020 e menos de 1% em 2021 das despesas de capital.

Não foram contratadas operações de crédito nos exercícios de 2022, 2023 e 2024.

1) C. GOV M - REGRA DE OURO

As receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital.

Houve obediência da regra de ouro, uma vez que as receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital, conforme estabelece o Art. 167, III, CF.





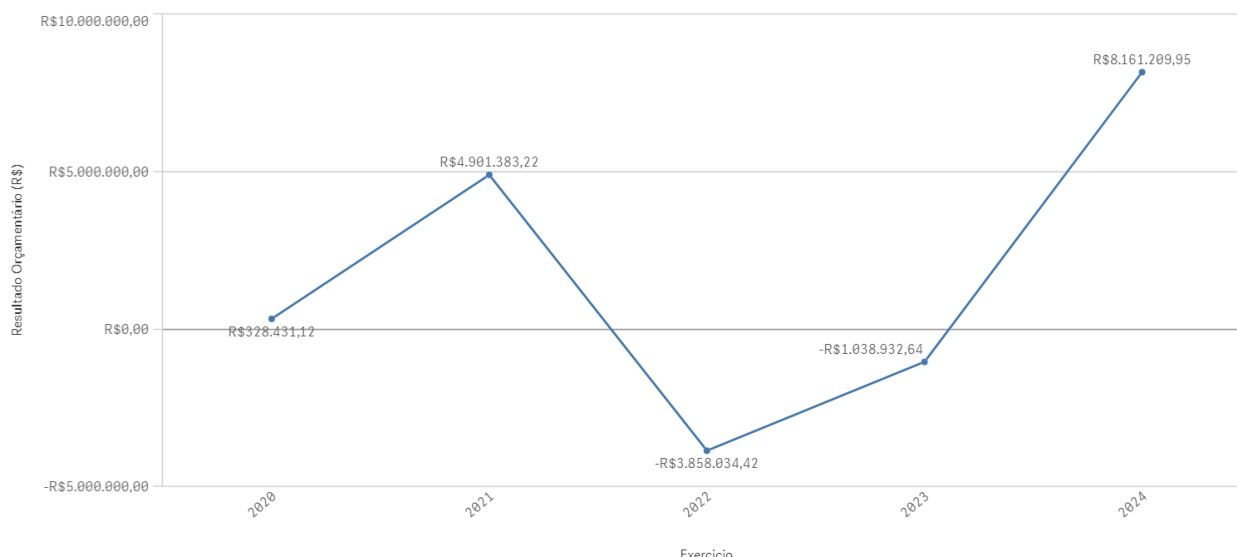
5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

A seguir, apresenta-se o histórico da execução orçamentária de 2020 a 2024:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro - Créditos Adicionais (A)	R\$ 0,00	R\$ 251.127,40	R\$ 4.669.263,57	R\$ 330.182,26	R\$ 522.932,55
Despesa Orçamentária Consolidada Ajustada (B)	R\$ 76.633.257,66	R\$ 80.889.527,89	R\$ 108.589.416,63	R\$ 120.745.384,16	R\$ 120.020.980,68
Receita Orçamentária Consolidada Ajustada (C)	R\$ 76.961.688,78	R\$ 85.539.783,71	R\$ 100.062.118,64	R\$ 119.376.269,26	R\$ 128.182.190,63
QREO--->2020 a 2023=C+A/B Exercício 2024= Se (C-B)<0; (C+A/B); (C /B)	1,0042	1,0605	0,9644	0,9914	1,0680

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Série Histórica - Execução Orçamentária





No período de 2020, 2021 e 2024 constatou-se que a receita orçamentária consolidada ajustada é superior à despesa orçamentária consolidada ajustada, sendo 0,42% em 2020; 6,5% em 2021 e 6,80% em 2024.

Já nos exercícios de 2022 e 2023, a receita orçamentária consolidada ajustada é menor do que a despesa orçamentária ajustada, sendo, 96,44% em 2022 e 99,14% em 2023.

A partir da análise do quociente da situação orçamentária, constatou-se o que segue:

1) C. GOV M - Quociente da Execução Orçamentária

Esse resultado apurado, conforme diretrizes estabelecidas na Resolução Normativa n.º 43/2013, indica que receita arrecadada é maior que a despesa realizada - superávit de execução orçamentária.

5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de **2024** do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor, bem como ajustes apurados pela equipe técnica.

5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante o Exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.





O Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados, do Anexo 5 (Restos a Pagar) apresentam os valores existentes de Restos a Pagar Processados de R\$ 1.656.400,21, e de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 15.646.183,77.

5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado no Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

O Município deve garantir recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo os restos a pagar não processados do exercício ao final de 2024.

Disciplinando o assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece da seguinte forma sobre o controle da disponibilidade de caixa:

“como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios”. (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional - 14ª ed., pág. 567).

De modo a garantir o princípio do equilíbrio financeiro, neste mesmo sentido há decisão deste Tribunal de Contas sobre a necessidade de garantir recursos para o pagamento tanto dos restos a pagar processados quanto não processados do exercício, conforme transcrição a seguir:





1. Para efeito de verificação do cumprimento das disposições constantes no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a relação entre a assunção de obrigação de despesa e a suficiente disponibilidade de caixa deve ser calculada, individualmente, por fontes de recursos. Inclui-se como assunção de obrigação de despesa tanto os restos a pagar processados quanto os não processados, inscritos no exercício." (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Parecer Prévio n.º 41 /2017-TP. Julgado em 03/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 24 /10/2017. Processo n.º 8.385-2/2016).(Item 7.8. Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 30)

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar Não Processados e Demais Obrigações Financeiras).

Apresenta-se a seguir o quadro da série histórica:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Disp. Bruto - Exceto RPPS (A)	R\$ 6.863.776,75	R\$ 10.273.941,40	R\$ 8.226.040,96	R\$ 17.861.271,31	R\$ 21.113.657,86
Demais Obrigações - Exceto RPPS (B)	R\$ 8.054,72	R\$ 494.000,21	R\$ 1.341.351,73	R\$ 856.223,59	R\$ 1.026.423,22
Restos a Pagar Processados - Exceto RPPS (C)	R\$ 7.004.961,40	R\$ 2.971.007,36	R\$ 3.590.176,52	R\$ 2.270.223,43	R\$ 1.651.549,21
Restos a Pagar Não Processados - Exceto RPPS (D)	R\$ 4.988.387,78	R\$ 7.952.994,48	R\$ 8.824.669,35	R\$ 19.679.643,90	R\$ 15.643.411,54
Quociente Disponibilidade Financeira (QDF)= (A-B)/(C+D)	0,5716	0,8952	0,5545	0,7747	1,1614

Relatórios dos Exercícios 2020-2023





Nos exercícios de 2020 a 2023, as disponibilidades líquidas eram insuficientes para o pagamento de valores inscrito em Restos a Pagar.

No exercício de 2024, o resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 1,16 de disponibilidade financeira, conforme detalhado nos Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5.

5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Inscrição de Restos a Pagar no Exercício (A)	R\$ 8.610.348,05	R\$ 8.490.678,14	R\$ 11.457.957,16	R\$ 19.503.693,15	R\$ 5.619.082,25
Total Despesa - Execução (B)	R\$ 84.804.966,59	R\$ 85.047.245,97	R\$ 113.402.643,10	R\$ 126.040.903,13	R\$ 126.172.499,55
Quociente inscrição de restos a pagar (QIRP)=A/B	0,1015	0,0998	0,1010	0,1547	0,0445

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Os resultados indicam que, das despesas empenhadas, foram inscritos em restos a pagar 10,15% em 2020; 9,98% em 2021; 10,10% em 2022; 15,47% em 2023 e 4,45% em 2024.

5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS

Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte, desde que respeitadas a fonte e





a destinação de recursos específicas. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei n.º 4.320/64.

O cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 6.2 do Anexo 6 (Análise da Situação Financeira e Patrimonial) deste Relatório de Contas de Governo.

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Ativo Financeiro - Exceto RPPS (A)	R\$ 7.265.054,97	R\$ 10.675.219,62	R\$ 8.722.010,30	R\$ 18.465.167,73	R\$ 21.728.430,42
Total Passivo Financeiro - Exceto RPPS (B)	R\$ 13.224.509,95	R\$ 11.332.877,20	R\$ 13.671.072,75	R\$ 22.714.007,75	R\$ 18.229.300,80
Quociente Situação Financeira (QSF)=A/B	0,5493	0,9419	0,6379	0,8129	1,1919

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Os resultados indicam que nos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 não houve Superávit Financeiro.

No exercício de 2024, o resultado indica que houve **Superávit financeiro** no valor de R\$ 3.499.129,62, considerando todas as fontes de recursos.

Registra-se que há divergências entre o Total do Ativo e Passivo Financeiro demonstrado acima e o apresentado no mesmo quadro do Balanço Patrimonial encaminhado pela Prefeitura (doc. digital n.º 611042/2025, fl. 26).

6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo, seguem análises dos cumprimentos dos limites constitucionais e legais, que devem ser observados pelo Município:





6. 1. DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no art. 29, inciso I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inciso III, da Resolução n.º 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos (art. 1º, § 1º, inciso V, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal).

6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)

Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 7.1 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 7 (Limites Constitucionais e Legais).

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).





Assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

-	2020	2021	2022	2023	2024
DCL (A)	R\$ 1.304.013,92	-R\$ 7.624.860,26	-R\$ 2.812.954,67	-R\$ 14.192.684,79	-R\$ 18.268.023,68
RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO (B)	R\$ 74.072.156,57	R\$ 84.689.178,71	R\$ 93.709.352,58	R\$ 104.577.594,25	R\$ 118.532.454,33
Quociente Limite de Endividamento (QLE) = $SE(A \leq 0, 0, A/B)$	0,0176	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de 2020, a dívida consolidada líquida ajustada representava 1,76% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

Em relação aos exercícios de 2021, 2022, 2023 e 2024, constata-se que o QLE ficou zerado, porque a DCL foi negativa. Isso significa que o ente público possui mais ativos financeiros (disponibilidade de caixa e outros haveres) do que dívidas consolidadas.

1) C. GOV M - Quociente do Limite de Endividamento (QLE)

Este resultado indica que a dívida consolidada líquida ao final do exercício representa 0,00% da receita corrente líquida.

O resultado de (0,0000) indica que a DCL ao final do exercício está dentro do limite estabelecido na Resolução do Senado nº 40/2001.

A dívida consolidada líquida é negativa, pois as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada conforme demonstrado no Quadro 6.5 deste Relatório.





6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas “operações de crédito”, definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº43/2001, como “os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros”.

O art. 7º, inciso I, da supracitada Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

Segue, abaixo, a série histórica do indicador:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 74.072.156,57	R\$ 84.689.178,71	R\$ 93.709.352,58	R\$ 104.577.594,25	R\$ 118.532.454,33
Total Dívida Contratada (B)	R\$ 679.932,49	R\$ 7.355,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Quociente Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC) =B/A	0,0091	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de 2020 e 2021, a dívida contratada representou menos de 1% da RCL Ajustada.

Nos exercícios de 2022 a 2024, não foram contratadas dívidas consolidadas.

1) C. GOV M - Quociente da Dívida Pública Contratada no Exercício (QDPC)





Este resultado indica que a dívida contratada no exercício representou 0,00% da receita corrente líquida ajustada para fins de endividamento.

Esse resultado indica cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)

Os dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, inciso II, da Resolução n.º 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

Apresenta-se, a seguir, a série histórica do quociente:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 74.072.156,57	R\$ 84.689.178,71	R\$ 93.709.352,58	R\$ 104.577.594,25	R\$ 118.532.454,33
Total Dispendio da Dívida Pública (B)	R\$ 238.422,56	R\$ 368.879,25	R\$ 431.353,26	R\$ 257.341,17	R\$ 349.224,68
Quociente Dispendios da Dívida Pública (QDDP)=B/A	0,0032	0,0043	0,0046	0,0024	0,0029

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Nos exercícios de 2020 a 2024, os dispêndios com a dívida pública representam, 0,32% em 2020 da RCL Ajustada; 0,43% em 2021; 0,46% em 2022; 0,24% em 2023 e 0,29% em 2024.

1) C. GOV M - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP)





Este resultado indica que os dispêndios da dívida pública efetuados no exercício representaram 0,29% da Receita Corrente Líquida Ajustada para fins de Endividamento.

O resultado de 0,0029 indica que os dispêndios da Dívida Pública estão dentro do limite estabelecido na legislação vigente.

6. 2. EDUCAÇÃO

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Quanto à formação da base de cálculo da MDE, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005, que excluía o IRRF da referida base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Até o exercício de 2020, o TCE-MT para verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do ensino considerava as despesas após a sua regular liquidação conforme Resolução Normativa TCE-MT n.º 14/2012. Todavia, em função da revogação do item que trata do cálculo da aplicação em MDE da citada Resolução, ocorrida na Sessão Presencial realizada em 03 de maio de 2022, por ocasião do julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Governo do estado de Mato





Grosso, o cálculo passou a ser pela despesa empenhada, conforme item c.1 do Acórdão 207/2022-TP (Sessão de Julgamento 3-5-2022 - Tribunal Pleno - Processo n.º 22.153-8/2020) transcrito abaixo:

c.1) para efeito de verificação anual do cumprimento dos limites referentes à aplicação em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb, deve-se considerar as despesas empenhadas, conforme critério previsto no art. 24, II, da LC n.º 141/2012, que dispõe sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde; e, c.2) para efeito de verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Mato Grosso, deve-se incluir as despesas empenhadas com o ensino superior, sendo inaplicável, neste caso, o que dispõe a Resolução de Consulta n.º 21/2008.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2020/2024, indica que a administração municipal de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** cumpriu com a exigência constitucional nos exercícios de 2020, 2022 e 2023 e não cumpriu nos exercícios de 2021 e 2024, conforme se pode observar:

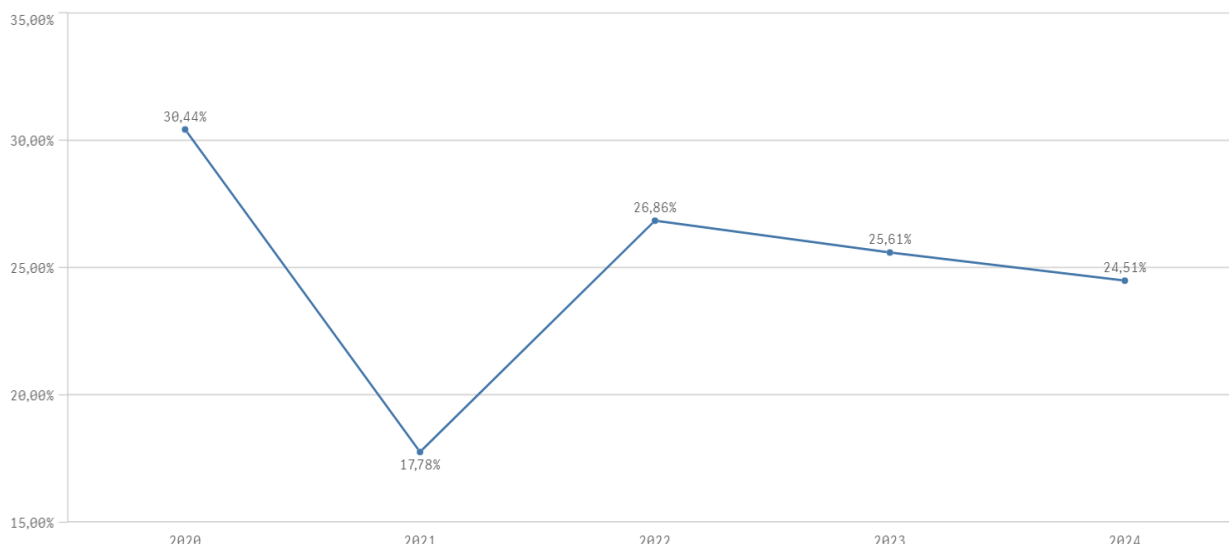
HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	30,44%	17,78%	26,86%	25,61%	24,50%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).





Série Histórica - Aplicação na Educação



Nesse sentido, da análise das informações, é possível verificar o descumprimento desse dever constitucional por parte do Município, constatou-se que:

1) C. GOV M - Aplicação em MDE

Esse resultado indica que o limite mínimo não foi cumprido.

O percentual aplicado (24,50%) não assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal. AA01.

Dispositivo Normativo: Art. 212 da Constituição Federal; art. 1º da Lei nº 14.113/2020

1.1) *Não foi aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal. - AA01*





Conforme Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais o município aplicou R\$ 19.121.645,24 que corresponde a 24,50% da Receita base da MDE de R\$ 78.030.304,18.

6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, regulamentado pela Lei n.º 11.494, de 20/06/2007 e pelo Decreto n.º 6.253/2007, trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional 108, de 26/08/2020, dá nova redação ao art. 212-A, da Constituição Federal:

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;

O inciso XI, dessa EC, determina que a proporção não inferior a 70% (setenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. (Antes era 60%)





Diante disso, a Lei n.º 14.113, de 25/12/2020, regulamenta o Fundeb e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Lei n.º 11.494/2007, ressalvado o caput do art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020. Além disso, o Decreto n.º 10.656, de 22/03/2021, revoga o Decreto n.º 6.253/2007, sendo a nova norma regulamentadora do Fundeb.

Essa lei definiu os seguintes parâmetros:

- a) haverá complementação da União aos recursos do Fundeb, sendo que a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais, será destinada à educação infantil (art. 3º, § 2º; art. 4º, art. 5º, art. 13, art. 16, § 2º, art. 28, da Lei n.º 14.113/2020);
- b) até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. (art. 25, § 3º) (antes era 5%)

Ressalta-se que o superávit de 10% se refere somente ao Fundeb 30%, sendo que a parte de 70%, destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicado integralmente até o final do exercício em que os recursos forem recebidos.

Nesse sentido, a jurisprudência do TCE/MT, na vigência da Lei 11.494/2007:

Educação. Superávit nos recursos do Fundeb 40%. Aplicação no exercício subsequente. Parte Fundeb 60%. Utilização exclusiva no exercício corrente.

1. Sendo apurado superávit financeiro de até 5% nos recursos recebidos do Fundeb no exercício corrente, poderá ser aplicado no primeiro trimestre do exercício subsequente, mediante abertura de créditos adicionais (art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007). Tal previsão legal aplica-se exclusivamente à parte disponível do Fundeb 40%.

2. A parte do Fundeb 60%, vinculada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicada anualmente, sendo incabível, neste caso, a possibilidade prevista no art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro





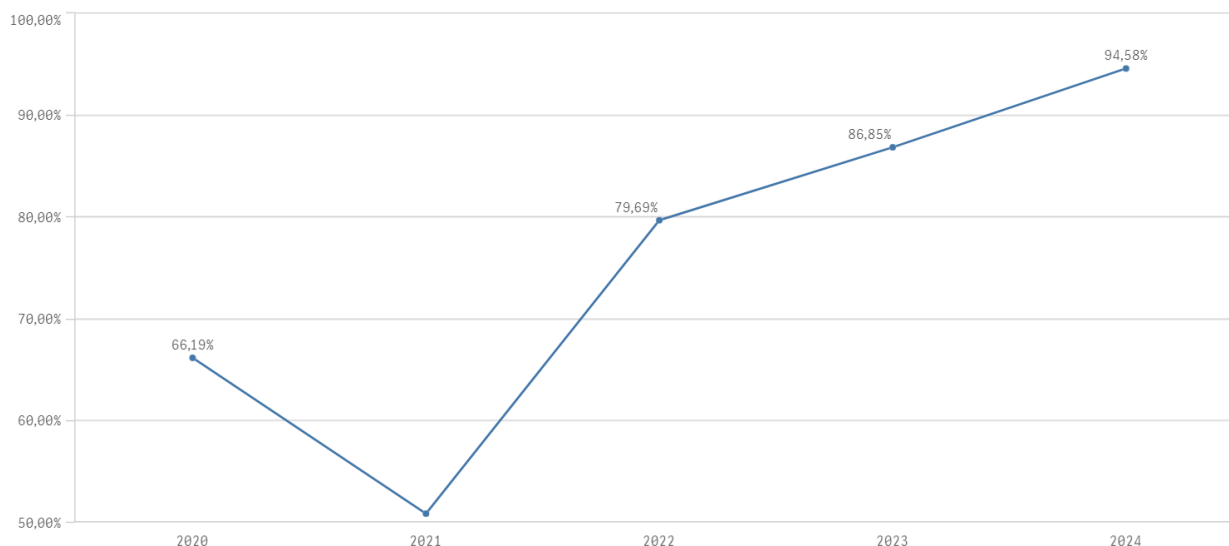
Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio n.º 81/2017-TP. Julgado em 28/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 14/12/2017. Processo n.º 7.816-6/2016). (Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada. fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, p. 39)

Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais da Educação Básica, período 2020/2024, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	66,19%	50,90%	79,69%	86,85%	94,58%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). A partir de 2021 o % mínimo de Aplicação é de 70%.

Série Histórica - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica



Nesse sentido, da análise das informações das quais é possível verificar o **cumprimento** desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:





1) C. GOV M - FUNDEB 70%

Este resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual destinado para os profissionais da educação básica em efetivo exercício (94,58%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação.

Conforme Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB o município aplicou na remuneração dos profissionais da educação básica o total de R\$ 23.003.254,12 que corresponde a 94,58% da Receita Base de R\$ 24.320.870,82.

2) C. GOV M - FUNDEB - Aplicação Mínimo 90%

O Resultado de (0,00%) indica o cumprimento do limite estabelecido no art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020.

Conforme consta no quadro 7.9, do Anexo 7 deste relatório, o município de Vila Bela da Santíssima Trindade, aplicou em 2024, 100% dos recursos recebidos, tendo cumprido dessa forma, o limite estabelecido no art. 25, § 3º, da Lei n.º 14.113 /2020.

3) Não foi aplicado até o encerramento do primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente 100% dos recursos creditados pelo Fundeb no exercício. AA04.

Dispositivo Normativo:

Art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020.

3.1) Não foi aplicado até o encerramento do primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente 100% dos recursos creditados pelo Fundeb no exercício. - AA04





Conforme Quadro 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB, no exercício de 2023, ficou o valor de R\$ 1.393.101,41, referente ao FUNDEB, que não foi aplicado dentro do exercício.

Nos termos do artigo 25, § 3º da Lei nº 14.113/2020, esse valor deveria ser aplicado até o primeiro quadrimestre de 2024, contudo, não houve abertura de créditos adicionais para utilização desse recurso, contrariando o citado mandamento legal.

6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

A Complementação da União ao FUNDEB é um mecanismo de repasse de recursos federais para a educação básica pública, com o objetivo de promover equidade na distribuição dos recursos, reduzindo desigualdades regionais e socioeconômicas.

A complementação da União é distribuída em três modalidades, de acordo com critérios específicos:

- **Valor Anual por Aluno FUNDEB (VAAF) - 50% da complementação**
Destinado a estados e municípios que não atingem um valor mínimo de investimento por aluno com os recursos próprios do FUNDEB.
- **Valor Anual Total por Aluno (VAAT) - 35% da complementação**
Beneficia redes de ensino cuja arrecadação total vinculada à educação (incluindo outros impostos e transferências) não atinge um patamar mínimo por aluno.
 1. Pelo menos 50% dos recursos da complementação VAAT, nos municípios, devem ser aplicados na educação infantil.
 2. No mínimo 15% desses recursos devem ser aplicados em despesas de capital.
- **Valor Anual por Aluno para Equidade e Qualidade (VAAR) - 15% da complementação**
Mecanismo que reconhece o esforço das redes de ensino na redução de desigualdades educacionais e na melhoria da qualidade da educação.





Dessa forma, os municípios que recebem recursos da Complementação VAAT devem cumprir duas exigências principais:

1. Mínimo de 50% dos recursos destinados à Educação Infantil

- Aplicação prioritária em creches e pré-escolas, visando ampliar e qualificar a oferta de atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

2. Mínimo de 15% dos recursos aplicados em Despesas de Capital

Esses recursos devem ser investidos em melhorias permanentes na rede de ensino.

Da análise das informações do exercício atual é possível verificar que:

1) C. GOV M - FUNDEB 50% - Ed. Infantil - COMPL UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do FUNDEB/Complementação da União.

2) C. GOV M - FUNDEB 15% - DESP CAPITAL - COMPL UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do FUNDEB/Complementação da União.

6. 3. SAÚDE

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b" e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.





Atendendo ao comando do art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, foi publicada a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecendo em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Quanto à formação da base de cálculo para as ASPS, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005, que exclui o IRRF da base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

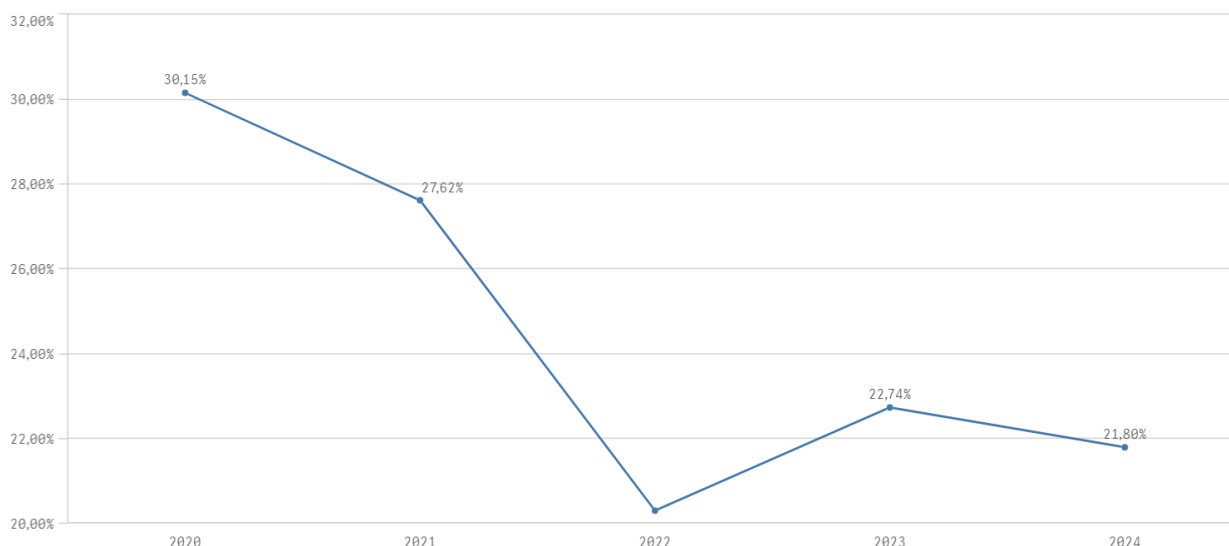
No período 2020/2024, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, **atenderam** à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	30,15%	27,62%	20,31%	22,74%	21,80%
Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde - APLIC). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).					





Série Histórica - Aplicação na Saúde



Assim, da análise das informações, constata-se que:

1) C. GOV M - Aplicação em ASPS

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado (21,80%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

De acordo com o Quadro 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), o município aplicou R\$ 16.614.472,16 em Ações e Serviços Públicos de Saúde, que corresponde a 21,80% da Receita Base de R\$ 76.207.185,98.

6. 4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar n.º 101/2000, em seu art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.





6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF

A Lei Complementar n.º 101/2000, em seu art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2020/2024, mantiveram-se/não mantiveram abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2020	2021	2022	2023	2024
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					
Aplicado - %	49,65%	43,04%	48,74%	45,72%	46,85%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					
Aplicado - %	2,48%	2,11%	2,30%	2,27%	2,46%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	52,13%	45,15%	51,04%	47,99%	49,31%
Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).					

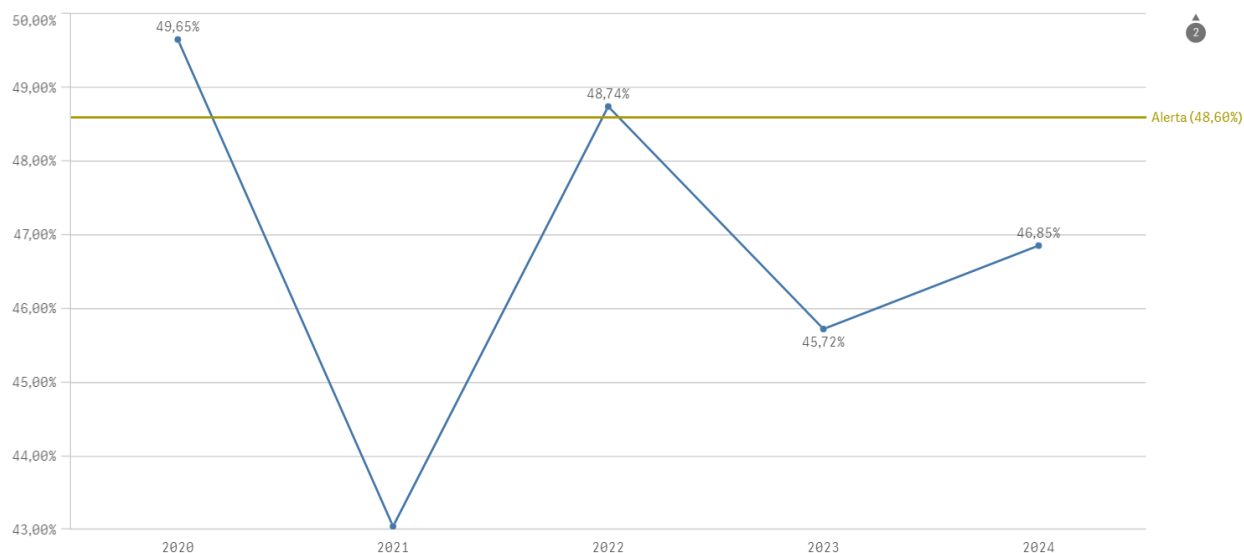
Em resposta ao Ofício Circular n.º 2/2025 expedido por esta SECEX, a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima declarou que não ocorreu a terceirização de serviços com execução de atividades por Organizações Sociais – OS, Organização de Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, Cooperativas ou quaisquer outras entidades sem fins lucrativos. (doc. digital n.º 591044/2025).





Série Histórica - Limites com Pessoal - LRF

Limite máximo Fixado - Poder Executivo



A partir da análise das informações sobre o total de gastos com pessoal do Poder Executivo é possível verificar o que segue:

1) C. GOV M - Pessoal _Limite_LRF

Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 55.535.259,81, correspondente a 46,85% da RCL Ajustada de R\$, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF.

6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO

O total da despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo (Quadros 9.3 e 9.4 do Anexo 9 - Pessoal) foi de R\$ 55.535.259,81 que correspondeu





a 46,85% da Receita Corrente Líquida Ajustada, estando abaixo do Limite de Alerta (48,6%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que corresponde a 90% do valor máximo permitido para gastos com pessoal.

6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 29-A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;
- II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;
- III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;
- IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;
- V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;
- VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

Além disso, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29-A, CF;
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.





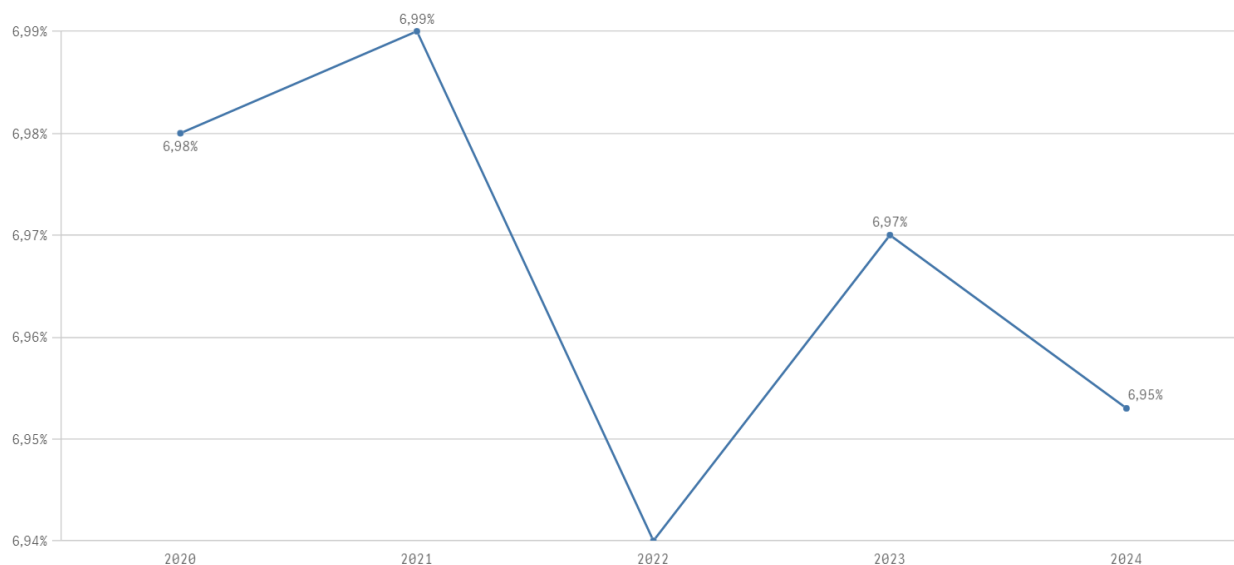
No caso do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, com Estimativa de População do Município - IBGE - 2024 de **17.384** habitantes, o percentual de repasse fica estabelecido em **7,00%** da Receita Base.

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2020/2024 está apresentada a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,98%	6,99%	6,94%	6,97%	6,95%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Repasse Legislativo



A partir da análise dos quadros 10.1 e 10.2, constantes no Anexo 10 - Repasse à Câmara Municipal deste relatório, constata-se:

1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram superiores aos limites definidos no art. 29-A da Constituição Federal.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Consta no Quadro 10.2 do Anexo 10 deste relatório que foi repassado ao Poder Legislativo o valor de R\$ 4.974.333,28, que confere com informações do sistema Aplic, no caminho: Aplic/informes mensais/contabilidade/lançamento contábil /razão contábil /conta 35112020100.

2) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, III, CF).

Foi estabelecido na LOA o montante de R\$ 4.700.000,00 (doc. digital n.º 404779/2024, fl. 3), e foi repassado R\$ 4.974.333,28, que corresponde ao estabelecido na LOA, mais créditos adicionais.

3) Os repasses ao Poder Legislativo não ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, II, CF).

Conforme informações do sistema Aplic, da Unidade Câmara Municipal, no caminho: Aplic/informes mensais/contabilidade/lançamento contábil /razão contábil /conta 35112020100, representado na figura abaixo, os repasses ao Poder Legislativo não ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF).

APLIC [Módulo Auditoria] - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

10:69:17:33

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes Mensais Informes Emissão Imediato Auditoria Impressões Cruzamento de Dados Ajuda...

Razão Contábil

:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Mês de referência: DEZEMBRO

Conta contábil: 35112020100

Pesquisar [Enter]

Data	C.	Num.	Seq.	Cód.	Conta	Descrição	L.	Val. débito	Val. crédito	Detalhamento	Histórico
10/01/2024	2	1893	4	3511202		REPASSE CONCE		391.000,00	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 391 REPASSE CONCE
09/02/2024	2	5887	2	3511202		REPASSE CONCE		391.000,00	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 423 REPASSE CONCE
13/03/2024	2	6110	4	3511202		REPASSE CONCE		360.000,00	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 522 REPASSE CONCE
22/03/2024	2	6110	4	3511202		REPASSE CONCE		31.000,00	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 555 REPASSE CONCE
10/04/2024	2	6110	1	3511202		REPASSE CONCE		391.000,00	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 657 REPASSE CONCE
14/05/2024	2	6111	2	3511202		REPASSE CONCE		391.000,00	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 812 REPASSE CONCE
21/05/2024	2	6111	1	3511202		REPASSE CONCE		35.291,66	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 826 REPASSE CONCE
10/06/2024	2	6111	4	3511202		REPASSE CONCE		426.291,66	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 908 REPASSE CONCE
10/07/2024	2	6939	1	3511202		REPASSE CONCE		426.291,66	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 1123 REPASSE CONCE
20/08/2024	2	6939	2	3511202		REPASSE CONCE		426.291,66	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 1294 REPASSE CONCE
18/09/2024	2	6940	2	3511202		REPASSE CONCE		426.291,66	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 1472 REPASSE CONCE
11/10/2024	2	6940	3	3511202		REPASSE CONCE		426.291,66	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 1567 REPASSE CONCE
12/11/2024	2	6940	1	3511202		REPASSE CONCE		426.291,66	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 1747 REPASSE CONCE
10/12/2024	2	6941	1	3511202		REPASSE CONCE		426.291,66	0,00	1131812150000000000	PAGAMENTO DE DESPESA EXTRAORDINAMENTARIA N 1891 REPASSE CONCE

4.974.333,28 0,00

Município selecionado: VII - A RFI e DA SANTÍSSIMA TRINDADE Exercício: 2024 Usuário: FIA Versão: 3.0.0.10





Conforme demonstrado acima, nos meses de março e maio, os repasses foram realizados com pequenos atrasos, sendo, no mês de março/2024, atraso de 2 dias e no mês de maio atraso de 1 dia.

Dessa forma, por se tratar de atraso insignificante, o fato não será apontado como irregularidade, contudo, será sugerido ao Exmo Relator que determine ao Poder Executivo Municipal que os repasses para o Poder Legislativo sejam realizados até o dia 20 de cada mês, em obediência ao art. 29-A, §2º, inc. II. da CF.

6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF

O dispositivo constitucional 167-A preconiza que:

Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;





b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e;

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:





I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente

§ 5º As disposições de que trata este artigo.

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifo nosso)

Em linhas gerais, o artigo 167-A da Constituição Federal prevê que nos casos em que a relação entre as despesas e receitas correntes do Ente atingir o limite de 95%, algumas restrições deverão ser adotadas visando controlar as despesas com pessoal, como, por exemplo, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença





judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (...).

Importa constar que conforme redação do dispositivo constitucional mencionado, trata-se de uma “faculdade” aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, quando apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento).

Todavia, se o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos Órgãos e Poderes a que se refere.

Os Tribunais de Contas serão responsáveis por atestar o percentual da relação entre a receita e a despesa corrente e, caso esse percentual supere 95% (noventa e cinco por cento), atestar a adoção dos mecanismos de ajustes fiscal estabelecidos.

A seguir apresenta a relação entre despesas correntes e receitas correntes dos exercícios de 2021 a 2024:

Exercício	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 91.415.065,18	R\$ 75.075.997,47	R\$ 3.915.391,08	86,41%
2022	R\$ 103.000.261,90	R\$ 96.213.103,68	R\$ 3.761.400,21	97,06%
2023	R\$ 113.579.384,96	R\$ 99.836.247,09	R\$ 3.066.452,61	90,60%
2024	R\$ 131.005.364,75	R\$ 116.291.835,24	R\$ 3.455.384,18	91,40%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

Verifica-se na tabela acima, que no exercício de 2022, as despesas correntes do município de Vila Bela da Santíssima Trindade ultrapassaram o percentual de 95% das receitas correntes. Nos exercícios de 2020, 2023 e 2024 o município manteve as despesas correntes abaixo do percentual de 95% das receitas correntes.





7. REGIME PREVIDENCIÁRIO

Os servidores efetivos do município estão vinculados Regime Próprio de Previdência - RPPS e os demais ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

7. 1. NORMAS GERAIS

7. 1. 1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP

O Índice de Situação Previdenciária - ISP-RPPS é um instrumento do Ministério da Previdência Social que mede a qualidade da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos entes federativos. Criado para avaliar a gestão, sustentabilidade financeira e equilíbrio atuarial dos RPPS, o índice utiliza dados informados pelos próprios entes no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

A Portaria SPREV n.º 14.762/2020 estabelece a composição, metodologia de aferição e periodicidade do Indicador de Situação Previdenciária e autoriza sua publicação. Nos termos de seu art. 4º, tem-se que a metodologia do ISP-RPPS envolve a análise de três dimensões principais: gestão e transparência, situação financeira e situação atuarial. Cada uma dessas dimensões é composta por indicadores específicos, como regularidade previdenciária, envio de informações, modernização da gestão, suficiência financeira, acumulação de recursos e cobertura de compromissos previdenciários. Os entes federativos recebem classificações A, B ou C, conforme o desempenho em cada indicador.

Portaria SPREV n.º 14.762/2020

Art. 4º A classificação do ISP-RPPS será determinada com base na análise dos indicadores abaixo, relacionados aos seguintes aspectos:

I - gestão e transparência:

a) Indicador de Regularidade;





b) Indicador de Envio de Informações;

c) Indicador de Modernização da Gestão;

II - situação financeira:

a) Indicador de Suficiência Financeira;

b) Indicador de Acumulação de Recursos;

III - situação atuarial: Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.

§ 1º A cada indicador será atribuída uma **classificação A, B ou C**.

§ 2º Para os indicadores a que se referem os incisos II e III do caput, será atribuída a classificação C caso os demonstrativos utilizados em seu cálculo não tenham sido enviados no prazo previsto no inciso I do caput do art. 2º. (grifado)

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 assim dispõe:

Portaria MTP n.º 1.467/2022

Art. 238. O Índice de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social - ISP-RPPS será aferido anualmente segundo conceitos, critérios de composição, metodologia de cálculo e periodicidade estabelecidos pela SPREV.

§ 1º Para apuração do ISP-RPPS serão utilizadas as informações de que trata o art. 241, relativas ao exercício anterior ao de sua divulgação, encaminhadas até a data-base estabelecida pela SPREV.

§ 2º Para fins de cálculo e divulgação do ISP-RPPS os regimes próprios serão segregados em grupos, conforme seu porte, calculado pelas quantidades de segurados e beneficiários do RPPS, e subgrupos, de forma a refletir o grau de maturidade da sua massa.

§ 3º As informações detalhadas sobre a composição e metodologia de aferição do ISP-RPPS serão disponibilizadas pela SPREV na página da Previdência Social na Internet por meio de relatório anual, com a correspondente memória de cálculo do índice.





§ 4º Após ser publicado o relatório anual de que trata o § 3º, os interessados terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar à SPREV, impugnação aos resultados apresentados, cuja apreciação e decisão serão informadas aos interessados em até 30 (trinta) dias contados do encerramento do prazo para apresentação da impugnação, procedendo-se, então, se for o caso, à revisão do ISP-RPPS que será considerado válido até a próxima divulgação anual do índice.

§ 5º Caso ocorra alteração de composição ou de metodologia de aferição do ISP-RPPS antes do prazo de 3 (três) anos da última alteração, os resultados com a antiga metodologia deverão continuar a ser divulgados até o término desse período.

Na edição de 2024, incorporou-se o Indicador de Reforma RPPS e Vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC. Essa métrica reflete a adoção de reformas previdenciárias pelos entes, conforme exigências da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

O índice é essencial para avaliar a saúde previdenciária dos estados e municípios, influenciando a concessão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, que não busca comparar diretamente os entes, mas garantir que boas práticas sejam seguidas para um sistema previdenciário sustentável.

De acordo com o Relatório Final do Indicador de Situação Previdenciária, publicado em 03/12/2024, pelo Ministério da Previdência Social, o Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** apresenta a classificação C, conforme se demonstra a seguir:

ENTE	UF	GRUPO	SUBGRUPO	ISP	PERFIL AUTARIAL
VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	MT	MÉDIO PORTE	MENOR MATURIDADE	C	II

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria>

Nesse sentido, recomenda-se ao gestor municipal que promova ações conjuntas com o RPPS, a fim de adotar medidas para fortalecer a governança e gestão, aprimorar a suficiência financeira, a acumulação de recursos, bem como a melhoria da situação atuarial. Essas ações visam garantir uma administração mais





eficiente e sustentável dos recursos previdenciários, contribuindo para a melhoria da classificação no ISP.

7. 1. 2. PRÓ-GESTÃO RPPS

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS foi instituído pela Portaria MPS n.º 185/2015 e objetiva incentivar a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária pelos RPPS, de forma a melhorar o controle dos ativos e passivos e dar maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade, consoante estabelece o art. 236 da Portaria MTP n.º 1.467/2022. Em seu §1º, prevê que a adesão ao Pró-Gestão é facultativa e deve ser formalizada por termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS, conforme cita-se a seguir:

Portaria MTP n.º 1.467/2022:

Art. 236. O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS n.º 185, de 14 de maio de 2015, tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

§ 1º A adesão ao Pró-Gestão RPPS é facultativa, devendo ser formalizada por meio de termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS.

O Programa possui 3 dimensões - Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária - e 4 níveis de aderência conforme a complexidade, o porte e a estrutura organizacional que os RPPS podem alcançar, sendo o Nível I o mais simples e o Nível IV o mais avançado, com prazo de validade de 3 anos.





Como vantagens proporcionadas pela certificação, o Manual do Pró-Gestão RPPS elenca:

- a) Melhoria na organização das atividades e processos;
- b) Aumento da motivação por parte dos colaboradores;
- c) Incremento da produtividade;
- d) Redução de custos e do retrabalho;
- e) Transparência e facilidade de acesso à informação;
- f) Perpetuação das boas práticas, pela padronização; e
- g) Reconhecimento no mercado onde atua.

Em consulta ao Radar Previdência, na data de 18/07/2025, verifica-se que o RPPS de Vila Bela da Santíssima Trindade não possui a certificação, tampouco aderiu ao Pró-Gestão. Nesse sentido, recomenda-se a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185/2015, para a sua implementação e obtenção da certificação institucional, conforme Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008/2024.

7. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Previdência Social, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.





1) Na análise das informações extraídas no [CADPREV](#), constatou-se que o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, por meio do CRP n.º 989109-245118, encontra-se REGULAR com o Certificado de Regularidade Previdenciária (via administrativa).



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Vila Bela da Santíssima Trindade UF: MT
CNPJ Principal: 03.214.160/0001-21

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 10/07/2025
VÁLIDO ATÉ 06/01/2026

N.º 989109 -
245118

7. 1. 4. UNIDADE GESTORA ÚNICA

A Portaria n.º 1.467, de 02/06/2022, disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamentos dos RPPS, e mantém a vedação de existência de mais de um RPPS e unidade gestora em cada ente federativo, conforme art. 71, *in verbis*:





Portaria MTP n.º 1.467/2022

(...)

Art. 71. É vedada a existência de mais de um RPPS para os segurados desse regime em cada ente federativo e de mais de uma unidade gestora.

§ 1º A unidade gestora única deverá gerenciar, direta ou indiretamente, a concessão, o pagamento e a manutenção, dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte devidos a todos os segurados e beneficiários do RPPS e a seus dependentes, relativos a todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

§ 2º Há gerenciamento indireto quando a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios forem executados por outro órgão ou entidade integrante da correspondente Administração Pública, atendendo-se, porém, na realização daquelas atividades, ao comando, à coordenação e ao controle da unidade gestora única.

A Emenda Constitucional n.º 103/2019 registrou como mandamento constitucional a referida obrigação, estabelecendo:

Constituição Federal de 1988

Art.40.(...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103, de 2019).

1) Da análise da previdência social dos servidores do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, verifica-se que esses estão vinculados ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade, não sendo constatados outros Regimes Próprios de Previdência Social.





7. 1. 5. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS

O caput do art. 40 e inc. I do art. 198 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, a fim de que se preserve o equilíbrio financeiro e atuarial e que o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portanto, é determinação constitucional o recolhimento, tempestivo, da contribuição previdenciária pelo ente público.

De acordo com os dispositivos citados, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso e/ou inadimplência no recolhimento das contribuições patronais e segurados, é de sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.

Portanto, os repasses das contribuições previdenciárias são uma obrigação constitucional, sendo necessário o seu recolhimento dentro do prazo, a fim de não ocasionar o pagamento de **juros e multas por atraso**, não podendo ser tratado como despesas flexíveis de pagamento ou como uma forma de financiamento de outras despesas.

Registra-se que a inadimplência previdenciária prejudica a saúde financeira dos RPPS e, por via de consequência, sua capacidade de pagar eventuais benefícios aos seus segurados.





7. 1. 5. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS

Em análise à prestação de contas anual do exercício de 2024 do RPPS de Vila Bela da Santíssima Trindade, foi constatado que houve o encaminhamento do Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno referente ao exercício de 2023. Desse modo, não foi possível a utilização desse parecer na análise da regularidade das contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e das suplementares, relativas ao exercício de 2024.

Consta no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Apêndice B), enviado ao Sistema Aplic, conforme consulta realizada em 17/07/2025, a **adimplência** de contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, do exercício de 2024, restando os saldos das contribuições previdenciárias da competência de dezembro de 2024, cujo vencimento ocorre em 2025.

De igual modo, verificou-se a **adimplência** de contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, do exercício de 2024, por meio das informações encaminhadas via Sistema Aplic, restando os saldos das contribuições previdenciárias da competência de dezembro de 2024, cujo vencimento ocorre em 2025.

Demonstra-se na tabela, a seguir, a consolidação das informações acima:

Contribuições Previdenciárias Patronais:

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 3.944.663,47	R\$ 3.643.244,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 301.418,58
APLIC	R\$ 3.944.663,47	R\$ 3.643.244,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 301.418,58
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias e Documentos Diversos





Contribuições Previdenciárias dos servidores:

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 3.944.295,66	R\$ 3.642.877,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 301.418,58
APLIC	R\$ 3.944.295,66	R\$ 3.642.877,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 301.418,58
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias; APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais>Documentos Diversos

Contribuições Previdenciárias Suplementares:

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos monetários Pagos		Diferença em R\$ (A-B)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 1.656.755,58	R\$ 1.530.160,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 126.595,02
APLIC	R\$ 1.656.755,58	R\$ 1.530.160,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 126.595,02
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias; APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais>Documentos Diversos

- 1) Da análise da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias e das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic, constatou-se o pagamento das contribuições previdenciárias patronais, devidas pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social, com vencimento no exercício de 2024.
- 2) Da análise da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias e das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic, constatou-se o repasse das contribuições previdenciárias dos segurados, devidas pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social, com vencimento no exercício de 2024.
- 3) Da análise da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias e das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic, constatou-se o pagamento das contribuições previdenciárias suplementares, devidas pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social, com vencimento no exercício de 2024.





7. 1. 5. 2. ADIMPLÊNCIA DE PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1) Conforme consulta aos Acordos de Parcelamento de Contribuições Previdenciárias firmados junto ao RPPS ([CADPREV](#)), não foram constatadas inadimplências relativas às parcelas com vencimento no exercício de 2024.

7. 1. 6. ATRASO NO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS

7. 1. 6. 1. ATRASO DE REPASSE DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS

1) Da análise da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias e das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic, verificou-se o repasse regular das contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, referentes às contribuições previdenciárias devidas pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social, com vencimento no exercício de 2024.

7. 1. 6. 2. ATRASO DE PAGAMENTO DE PARCELAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1) Conforme pesquisa realizada em 17/07/2025 no [CADPREV](#), não foram constatados Acordos de Parcelamentos que apresentem parcelas com vencimento no exercício de 2024, inexistindo a caracterização de pagamentos intempestivos referente ao período citado.





7. 2. GESTÃO ATUARIAL

7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A EC n.º 103/2019 determinou que cada um dos entes federados realizasse sua própria reforma da previdência, pela fixação de alíquota mínima de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores, pela limitação dos benefícios previdenciários à aposentadoria e à pensão por morte e pela instituição da previdência complementar para os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para o valor das aposentadorias e das pensões pagas pelos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

No que tange à instituição do Regime de Previdência Complementar - RPC, conforme mencionado, a sua implementação é obrigatória pelos municípios que possuem RPPS. A instituição do RPC se dá pela aprovação da lei de implantação do regime, cujo projeto deve ser de iniciativa do poder executivo municipal, e pela vigência do RPC. Esta se dá pela autorização do convênio de adesão ao plano de benefícios da entidade de previdência complementar pelo órgão fiscalizador competente, caso haja o ingresso de segurados no RPPS com remuneração acima do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, após a instituição do RPC, ou após essa data, para os que vierem a admitir novos servidores que se enquadrem nessa situação, nos termos do art. 158 da Portaria MTP n.º 1.467/2022.

A mesma EC facultou aos entes estabelecer regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas aos seus respectivos RPPS.

O Ministério da Previdência Social identifica dois tipos de reforma da previdência:

1. Reforma da Previdência Ampla - Quando há uma reestruturação significativa no sistema previdenciário, podendo envolver mudanças nas regras





de acesso (idade mínima, tempo de contribuição), cálculo de benefícios, regime de capitalização ou repartição, entre outras medidas que afetam a maior parte dos segurados.

2. Reforma da Previdência Parcial - Quando as mudanças são mais pontuais e atingem apenas grupos específicos de beneficiários, como servidores públicos, militares ou determinadas categorias de trabalhadores. Essa reforma pode incluir ajustes em alíquotas de contribuição, regras de transição ou criação de novas condições para aposentadoria.

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social - CNRPPS emitiu a Recomendação/MTP n.º 2, de 19 de agosto de 2021, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o planejamento e a gestão previdenciária, no que se refere ao equilíbrio financeiro e atuarial, se não bem direcionados, afetarão a capacidade do ente federativo desenvolver outras políticas públicas de relevo, e ameaçarão também a garantia do correto e pontual pagamento de todas as aposentadorias e pensões de responsabilidade do regime previdenciário;

torna público ter deliberado em sua 5ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2021:

1 - Orientar os entes federativos quanto à **necessidade de adotarem as providências para a adequação do rol de benefícios e das alíquotas de contribuição do RPPS e para a instituição e vigência do regime de previdência complementar.**

2 - Recomendar aos entes federativos que adotem providências relacionadas à **discussão e aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios**, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. (grifado)

(...)





Em consulta ao [site](#) do Ministério da Previdência Social, constata-se que o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade realizou a reforma **parcial**, conforme se demonstra:

			ALTERAÇÃO DE REGRAS DE BENEFÍCIOS		
ENTE FEDERATIVO	UF	Porte	Alteração em emenda à LO ou EC	Tipo de reforma	NORMAS LEGAIS
Vila Bela da Santíssima Trindade - MT	MT	Municípios	NÃO	PARCIAL	Lei nº 089/2020 (ag. Nocivo, incap e pensão) Lei nº 1524/2021 (duração da pensão por morte)

Sugere-se a recomendação ao município para que adote providências relacionadas à discussão e viabilidade de aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios acerca das regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas ao seu RPPS, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.

- 1) Conforme consulta ao art.44, inciso I, da Lei n.º 688/2005 (redação dada pela Lei n.º 1.475/2020), verifica-se que o Município fixou a alíquota mínima de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores.
- 2) Conforme consulta ao art.2º da Lei Complementar n.º 89/2020, verifica-se que o Município limitou os benefícios previdenciários à aposentadoria e à pensão por morte.
- 3) O Município de Vila Bela da Santíssima Trindade instituiu o Regime de Previdência Complementar – RPC, por meio da Lei Complementar n.º 093/2021.
- 4) Conforme consulta ao [Radar Previdência](#), verifica-se que o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade teve o convênio de adesão com entidade fechada de previdência complementar aprovado.





Exercício 2024	Município VILA BELA DA SANTISS...
Instituição do RPC 1	Aprovação do Convênio de Adesão 1

7. 2. 2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é documento a ser elaborado por atuário, de acordo com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, o qual caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que apresenta parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece os seguintes parâmetros acerca do referido documento:

Art. 26. Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, observados os seguintes parâmetros:

- I - elaboração por atuário habilitado;
- II - embasamento na Nota Técnica Atuarial - NTA;





III - demonstração da situação do RPPS em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, considerando as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e a legislação do ente federativo vigentes na data focal;

IV - inclusão de todos os benefícios concedidos e a conceder e respectivos critérios para sua concessão, manutenção e pagamento, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano de benefícios;

V - fornecimento das projeções atuariais e da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000;

VI - apuração das provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público; e

VII - definição do resultado atuarial do RPPS, com a apuração dos custos normal e suplementar e dos compromissos do plano de benefícios, para estabelecer o plano de custeio de equilíbrio do regime, embasado em regime financeiro e método de financiamento descritos na NTA, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão dos planos vigentes.

§ 1º Os resultados das avaliações atuariais anuais deverão ser registrados no Relatório da Avaliação Atuarial que deverá fornecer aos dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS e aos gestores e representantes legais dos entes federativos informações que possibilitem o contínuo acompanhamento da solvência e liquidez do plano de benefícios. (Redação dada pela Portaria MTP n.º 3.803, de 16 /11/2022)

§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial deverá demonstrar os ganhos e perdas atuariais.

§ 3º Para registro das provisões matemáticas previdenciárias de que trata o inciso VI do caput deverá ser utilizado método de financiamento alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público e, no caso de, adicionalmente, ser utilizado





outro método para a avaliação da situação atuarial do RPPS, seus resultados deverão ser apresentados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

§ 4º Deverão ser elaboradas avaliações atuariais anuais para apuração dos valores dos compromissos e registro das provisões matemáticas previdenciárias nas seguintes situações, observados subsidiariamente os parâmetros de atuária estabelecidos nesta Portaria e as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público: I - em caso de extinção de RPPS; II - para a massa de beneficiários do RPPS sob responsabilidade financeira direta do Tesouro; e III - para os Sistemas de Proteção Social dos Militares - SPSM dos Estados e Distrito Federal.

A obrigatoriedade de os RPPS realizarem a avaliação atuarial está estabelecida na Lei n.º 9.717/1998, a qual determina a sua realização inicial e, em cada exercício, realizado o levantamento dos recursos necessários ao custeio do plano, principalmente, à garantia dos pagamentos dos benefícios aos seus beneficiários, a saber:

Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Redação dada pela Medida Provisória n.º 2.187-13, de 2001).

1) Conforme consta no DRAA entregue em 2025 ([CADPREV](#)), a avaliação atuarial, com data focal em 31/12/2024, foi realizada pelo atuário Sr. Álvaro Henrique Ferraz de Abreu, com registro no MIBA n.º 1.072, vinculado à empresa Agenda Assessoria.





7. 2. 2. 1. RESULTADO ATUARIAL

O equilíbrio atuarial, conforme o art. 2º, inc. XVII, do Anexo VI, Portaria MTP n.º 1.467/2022, é definido de acordo com os termos a seguir transcritos:

Art. 2º Para os efeitos deste Anexo, considera-se:

(...)

XVII. a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

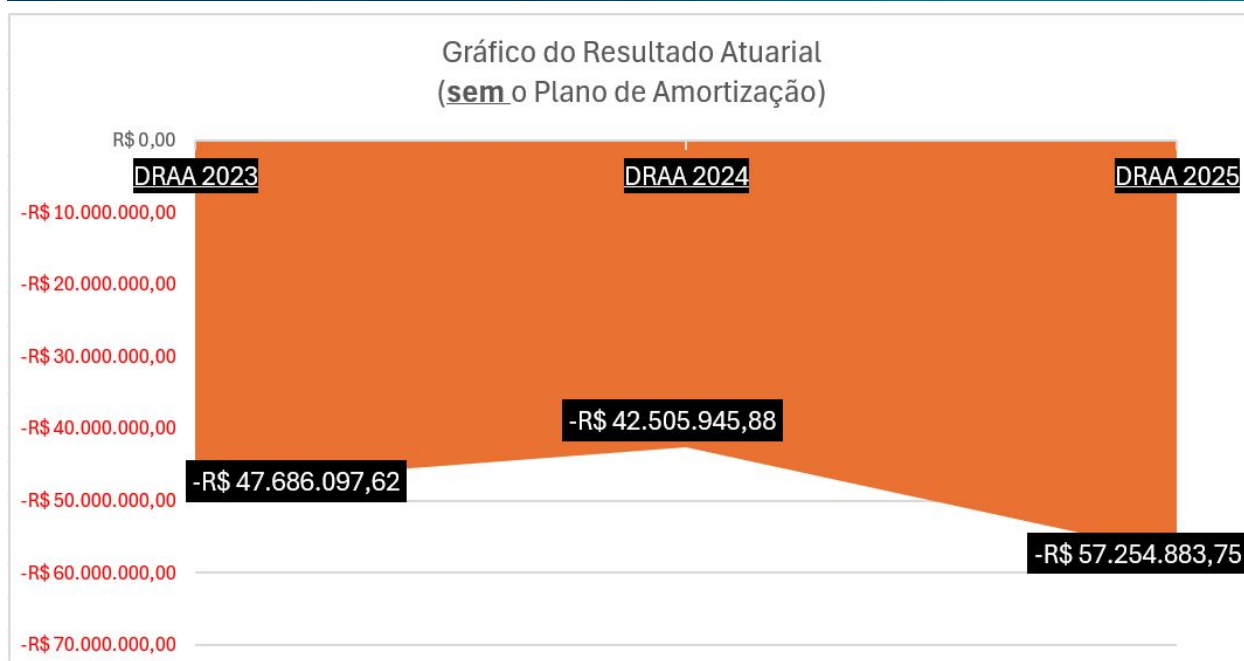
Assim, pode-se dizer que:

- Receitas estimadas = Obrigações (equilíbrio atuarial)
- Receitas estimadas > Obrigações (superávit atuarial)
- Receitas estimadas < Obrigações (déficit atuarial)

O déficit atuarial indica que o somatório das receitas atuais com as futuras é insuficiente para o pagamento dos compromissos com benefícios previdenciários, ao longo do tempo, necessitando de um plano de amortização para o equacionamento desse déficit.

O gráfico, a seguir, evidencia a evolução do resultado atuarial, sem considerar o plano de amortização do déficit atuarial aprovado em lei:





E o gráfico seguinte demonstra a variação do resultado atuarial em relação ao exercício anterior:



Percebe-se que houve um aumento de 34,70% no déficit atuarial, quando do comparativo entre o déficit atuarial constante no DRAA entregue em 2024 (-R\$ -42.505.945,88, com data focal em 31/12/2023) e o demonstrado no DRAA entregue em 2025 (-R\$ 57.254.883,75, com data focal em 31/12/2024).





A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece diretrizes para a organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, enfatizando a importância do equilíbrio financeiro e atuarial. Um agravamento do resultado atuarial do município em relação ao exercício anterior pode ser interpretado como uma variação decorrente de mudanças nas hipóteses atuariais, aumento das despesas com benefícios, receitas insuficientes, gestão inadequada dos recursos, taxa de reposição de servidores, dentre outras causas. Essas variações devem ser devidamente acompanhadas de medidas corretivas e preventivas para garantir a sustentabilidade do RPPS a longo prazo.

O art. 55 da Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece como medidas a serem adotadas para o equacionamento do déficit atuarial:

Art. 55. No caso de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, que poderão consistir em:

I - plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - segregação da massa;

III - aporte de bens, direitos e ativos, observados os critérios previstos no art. 63; e

IV - adequações das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, na forma do art. 164.

§ 1º Complementarmente às medidas previstas no caput, devem ser adotadas providências para o aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios e para a melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do regime e identificação e controle dos riscos atuariais.

O plano de amortização do déficit atuarial do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade foi atualizado, no exercício de 2023, pela Lei n.º 1.613/2023, com base no déficit atuarial de R\$ 47.686.097,62, apurado na avaliação atuarial entregue em 2023, com data focal em 31/12/2022.

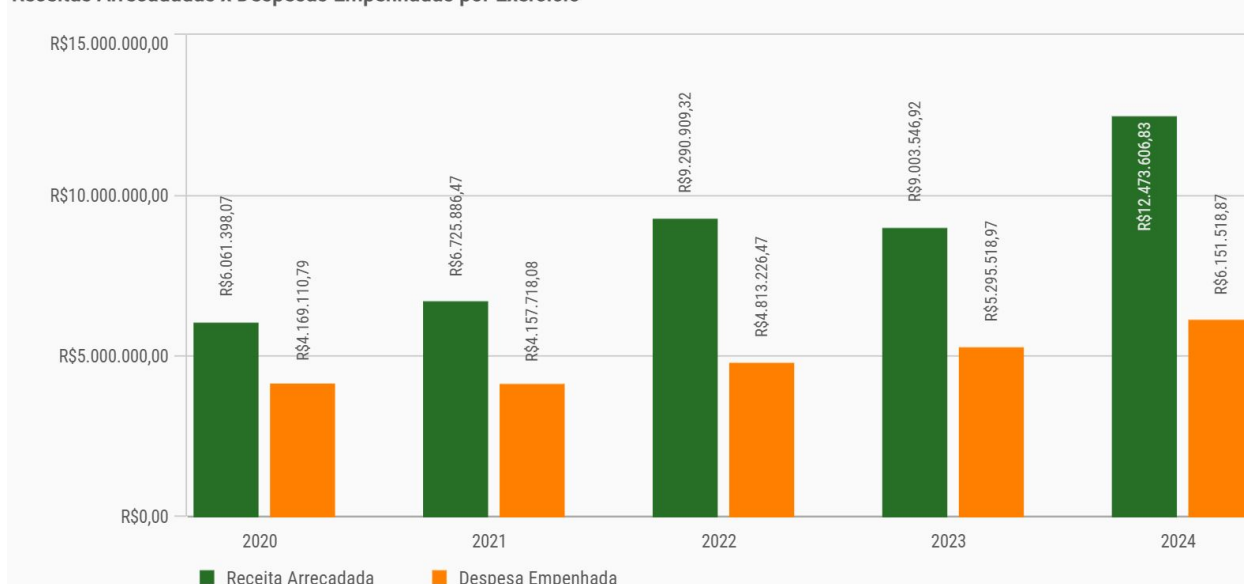




7. 2. 3. RESULTADO CORRENTE DOS RPPS

Apresenta-se, a seguir, o comparativo entre as receitas arrecadadas pelo RPPS e as despesas empenhadas, a fim de se demonstrar a composição do resultado corrente nos últimos exercícios:

Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas por Exercício

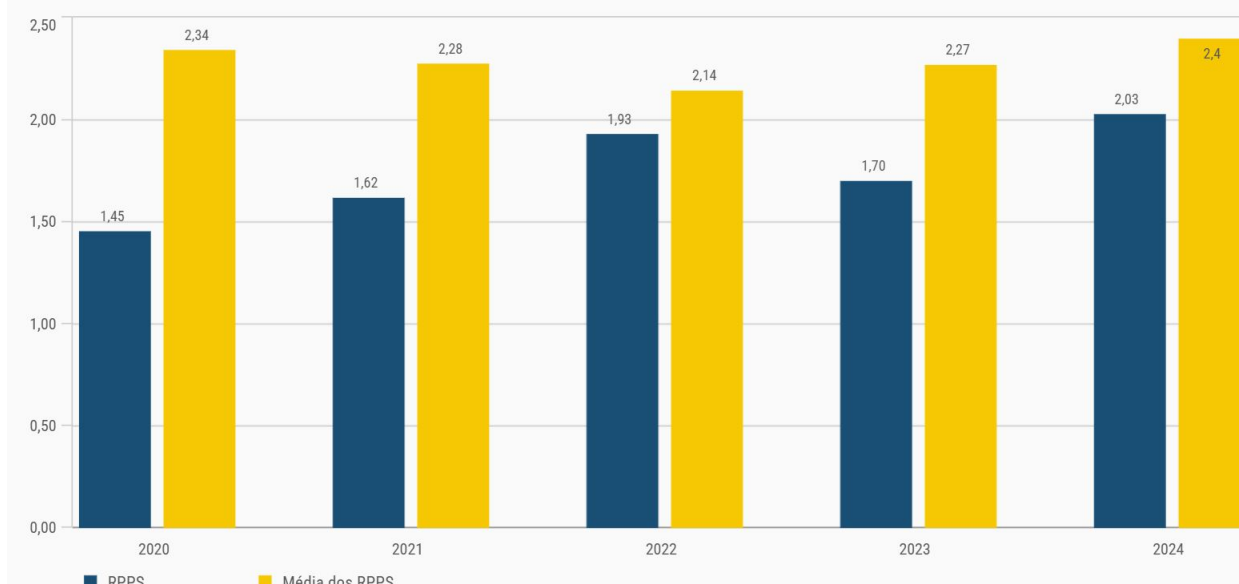


Na comparação com os demais Regimes Próprios de Previdência Social, verifica-se a seguinte situação:





Comparativo do Índice das (Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas) x Média dos RPPS por Exercício *



O índice apresentado pelo RPPS de Vila Bela da Santíssima Trindade é menor que a média dos índices dos demais Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios do Estado de Mato Grosso. No entanto, a receita arrecadada é superior à despesa empenhada.

7. 2. 4. ÍNDICES DE COBERTURA

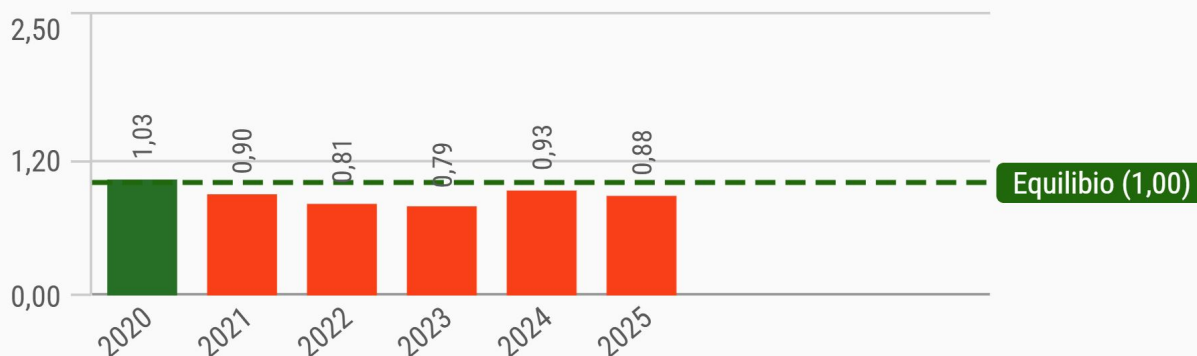
7. 2. 4. 1. ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

O índice de capacidade de cobertura dos benefícios concedidos é calculado com a informação do valor dos ativos garantidores, dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos, líquido das contribuições futuras dos benefícios concedidos e das compensações previdenciárias a receber, também, relativa a estes benefícios. Quanto maior o índice, maior a capacidade de capitalização de recursos suficientes para a cobertura do valor atual a ser pago aos participantes em pleno gozo dos benefícios.





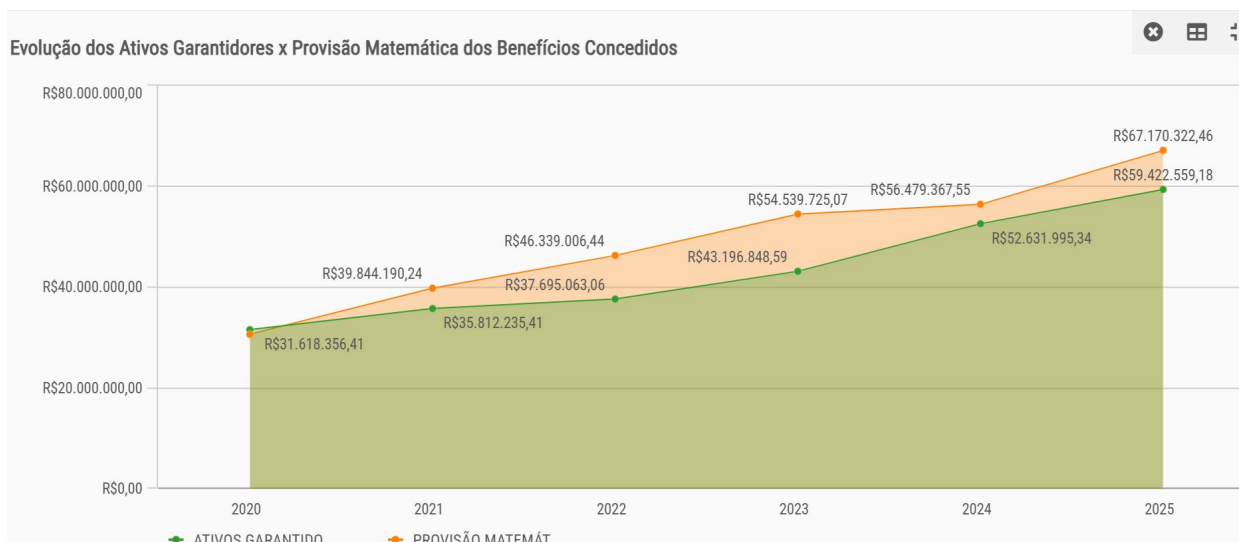
Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos



O comparativo entre as informações do DRAA de 2024 (data focal em 31/12/2023) e o DRAA de 2025 (data focal em 31/12/2024) revela uma piora no índice, passando de 0,93 para 0,88.

Percebe-se que, desde a apuração constante no DRAA de 2021 (data focal em 31/12/2020), o índice de cobertura dos benefícios concedidos está abaixo de 1,00, demonstrando que os ativos garantidores do RPPS de Vila Bela da Santíssima Trindade não são suficientes para cobrir a provisão matemática dos benefícios concedidos.

O gráfico a seguir evidencia que, no último exercício, o crescimento dos ativos garantidores foi em uma proporção menor que o crescimento da provisão matemática dos benefícios concedidos:





Recomenda-se ao gestor municipal que, por intermédio do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), adote providências concretas para melhorar o índice de cobertura dos benefícios concedidos, de modo a fortalecer os ativos garantidores do plano de benefícios, compatibilizar o crescimento da provisão matemática e a política de custeio vigente e realizar o acompanhamento periódico do índice.

7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS

O índice de cobertura das reservas matemáticas é mensurado com a informação do valor dos ativos garantidores e dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos e a conceder, líquido das contribuições futuras desses benefícios e das compensações previdenciárias a receber. Do mesmo modo, quanto maior o índice, melhor se apresenta a capacidade de o RPPS em capitalizar recursos suficientes para garantir a totalidade de seus compromissos futuros (cobertura dos benefícios concedidos e a conceder).

O resultado de equilíbrio é evidenciado pelo índice 1,00.

Na avaliação da situação em cada ente, espera-se que o índice, anualmente e de forma gradativa, tenha um aumento no resultado, quando do comparativo com o resultado do exercício anterior.

1) Houve uma piora no índice de cobertura das reservas matemáticas do RPPS de Vila Bela da Santíssima Trindade. LB99.

Dispositivo Normativo:

Caput do art. 40, da Constituição Federal; art. 1º, da Lei Federal 9.717/1998; §1º, do art. 1º, e art. 69 da LRF; e art. 25, da Portaria MTP nº 1.467/2022.

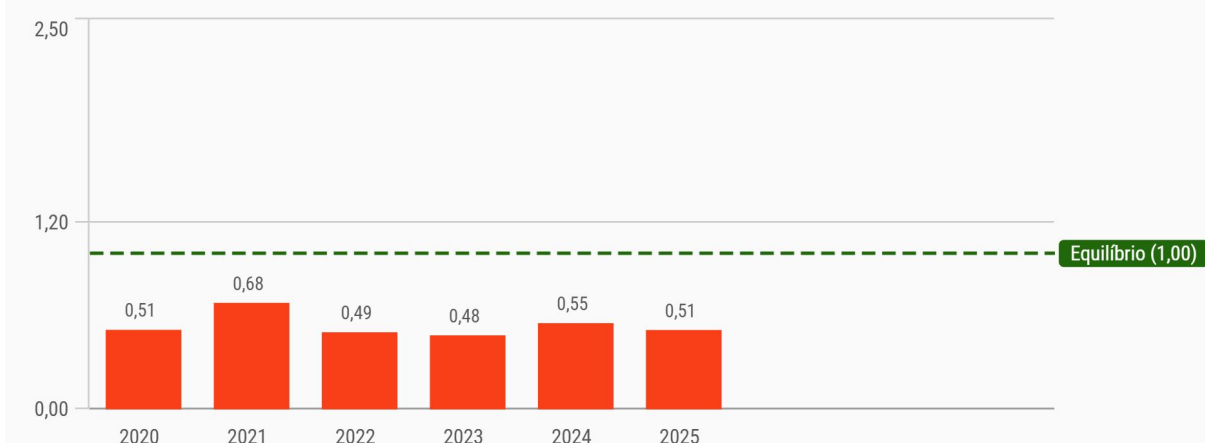
1.1) *Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial. - LB99*





Na análise do Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas, com base no entregue em 2024 (data focal em 31/12/2023) e entregue em DRAA 2025 (data focal em 31/12/2024), verifica-se que houve uma piora de 0,04 no indicador, passando de 0,55 para 0,51.

Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas



Esse resultado reflete o menor crescimento dos ativos garantidores em comparação ao crescimento das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, conforme o seguinte detalhamento:

Evolução dos Ativos Garantidores x Resultado Atuarial x Reserva Matemática



Fonte: [Radar Previdência TCE-MT](#).





7. 2. 5. PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio dos Regimes Próprios de Previdência Social envolve a definição do custo normal e custo suplementar do Plano de Previdência, os quais podem ser definidos conforme abaixo:

Portaria MTP n.º 1.467/2022

Anexo VI

Art. 2º Para os efeitos deste Anexo, considera-se:

(...)

IX - custo normal: o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios;

X - custo suplementar: o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos garantidores necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias;

Anualmente, por meio da avaliação atuarial, é realizada a verificação dos recursos necessários para o custeio do plano de previdência, sendo então proposto, pelo atuário, o reajuste do custo normal e/ou suplementar, quando detectada essa necessidade.

O custo suplementar é utilizado para o equacionamento do déficit atuarial, apurado na avaliação atuarial, ou seja, quando o passivo atuarial for superior ao ativo real do plano.





Nesse sentido, a Avaliação Atuarial deverá identificar as principais causas do déficit atuarial e apresentar soluções possíveis, seus impactos e propor um plano de equacionamento, o qual deve ser implementado por meio de lei.

O art. 55 da Portaria MTP n.º 1.467/2022, estabelece a necessidade de adoção de medidas para equacionamento na hipótese de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial.

Art. 55. No caso de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, que poderão consistir em:

I - plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - segregação da massa;

III - aporte de bens, direitos e ativos, observados os critérios previstos no art. 63; e

IV - adequações das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, na forma do art. 164.

§ 1º Complementarmente às medidas previstas no caput, devem ser adotadas providências para o aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios e para a melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do regime e identificação e controle dos riscos atuariais.

§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial do RPPS, deverá identificar as principais causas do déficit atuarial por meio do balanço de ganhos e perdas atuariais, apresentar cenários com as possibilidades para seu equacionamento e os seus impactos e propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.

(...)





§ 6º O plano de equacionamento do deficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observado o prazo previsto no art. 54.

Conforme a redação dada pela Lei n.º 1.613/2023, consta no art.44, inciso IV, da Lei n.º 688/2005, a utilização de alíquota suplementar como forma de amortização do déficit atuarial.

7. 2. 5. 1. DA COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO COM A AVALIAÇÃO ATUARIAL

Para fins de equilíbrio do plano de custeio, consta no DRAA entregue em 2024 (data focal em 31/12/2023), as seguintes alíquotas propostas:

CUSTO NORMAL	CUSTO SUPLEMENTAR
Alíquota proposta para o exercício	Alíquota/Aporte proposta (os) para o exercício
14% de alíquota dos servidores e 14% de alíquota patronal (já inclusa a taxa de administração de 2,50%).	6,47%

Apresenta-se, a seguir, o detalhamento das principais informações das alíquotas de custo normal praticadas e do plano de amortização do déficit atuarial, aprovados em lei:

Lei	Data da Lei	Exercício de referência da avaliação atuarial	Detalhamento
Lei Ordinária n.º 1.613/2023.	21 de junho de 2023.	Avaliação atuarial entregue em 2023, com data focal em 31/12/2022.	A legislação definiu as contribuições mensais do Município em 19,36%, sendo 14% relativo ao custo normal e 5,36% relativo ao custo especial para 2023, escalonado nos termos do anexo I da referida lei.

1) Conforme consta no DRAA de 2024 ([CADPREV](#)), a Lei Municipal n.º 1.613/2023 está em consonância com as alíquotas do custo normal apresentadas na avaliação atuarial entregue no exercício de 2024, com data focal em 31/12/2023.





2) Plano de Amortização do Déficit Atuarial. LA04.

Dispositivo Normativo:

- Lei Municipal n.º 688/2005;
- Lei Municipal n.º 1.613/2023;
- Portaria MTP nº 1.467/2022: art.7º, art.44, § 1º e art. 52; e
- Lei Complementar nº101/2000: art.17, § 7º, e art. 69.

2.1) *Ausência de atualização do Plano de Amortização do Déficit Atuarial no exercício de 2024, em desacordo com a proposta registrada na avaliação atuarial de 2024 (data focal em 31/12/2023). - LA04*

Consta no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA, entregue via [CADPREV](#) em 28/03/2024, a seguinte proposta registrada pelo atuário na avaliação atuarial de 2024, com data focal em 31/12/2023:

Plano de Amortização						
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Alíquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)
1	2024	4,89		6,47	R\$ 27.191.981,57	R\$ 42.505.945,88

Desse modo, a alíquota suplementar proposta pelo atuário como custo suplementar no exercício de 2024 foi de 6,47%.

O plano de amortização do déficit atuarial não foi alterado no exercício de 2024, permanecendo as alíquotas suplementares registradas no anexo I da Lei n. 1.613/2023, a saber:





ANEXO I
ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO DE AMORTIZAÇÃO	ALÍQUOTA
2023	5,36%
2024	5,88%
2025	6,39%
2026	6,89%
2027	7,38%
2028	7,87%
2029	8,62%
2030	9,37%
2031	10,13%
2032	10,88%
2033	11,63%
2034	12,39%
2035	13,14%
2036	13,90%
2037	14,65%
2038	15,40%
2039	16,16%
2040	16,91%
2041	17,66%
2042	18,42%
2043	19,17%
2044	19,92%

Desse modo, a alíquota suplementar praticada no exercício de 2024 (5,88%) foi inferior à alíquota suplementar proposta na avaliação atuarial (6,47%).

7. 2. 5. 2. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabeleceu a obrigatoriedade de demonstração da viabilidade orçamentária, financeira e fiscal quando da elaboração





do plano de custeio para a cobertura do déficit atuarial, inclusive, no tocante aos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar n.º 101/2000, conforme detalhamento a seguir:

Art. 53. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial deverá observar os seguintes parâmetros:

(...)

II - ser objeto de **demonstração em que se evidencie que possui viabilidade orçamentária, financeira e fiscal** do ente federativo, nos termos do art. 64;

Art. 61. A estrutura de gestão do RPPS deve possibilitar o controle eficiente dos ativos e passivos previdenciários segregados por fundo, devendo a segregação da massa ser objeto de contínuo acompanhamento por parte, dentre outros:

I - do ente federativo, que deverá avaliar, periodicamente, os seus impactos orçamentários, financeiros e fiscais e adotar medidas para mitigar os riscos do não cumprimento do plano de custeio e aportes sob sua responsabilidade;

(...)

Art. 64. Deverão ser garantidos os recursos econômicos suficientes para honrar os compromissos estabelecidos no plano de custeio e na segregação da massa, cabendo ao ente federativo demonstrar **a adequação do plano de custeio do RPPS à sua capacidade orçamentária e financeira e aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar n.º 101, de 2000.**

§ 1º Os estudos técnicos de implementação e revisão dos planos de custeio, inclusive de equacionamento de déficit atuarial e de alteração da estrutura atuarial do RPPS, deverão avaliar a viabilidade financeira, orçamentária e fiscal para o ente federativo conforme Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, observados o disposto no Anexo VI, a estrutura e os elementos mínimos previstos do modelo disponibilizado pela





SPREV na página da Previdência Social na Internet.

§ 2º Os conselhos deliberativo e fiscal do RPPS deverão acompanhar as informações do demonstrativo de que trata este artigo, as quais serão, ainda, encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo para subsidiar a análise da capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para cumprimento do plano de custeio do RPPS. (grifado)

Vale comentar que, além do custo suplementar, para o equacionamento do déficit atuarial, o Ente vinculado ao RPPS tem a obrigatoriedade de honrar mensalmente com o custo normal.

O custo normal diz respeito ao montante de recursos necessários para suprir as necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, de acordo com a Lei n.º 9.717/1998 e a Portaria MTP n.º 1.467/2022, apurado, atuarialmente, sendo composto por uma contribuição mensal a ser paga pelo Ente e outra ser descontada dos servidores públicos vinculados ao regime de previdência, por meio da aplicação de um percentual sobre sua remuneração da folha de pagamento.

1) Conforme consulta ao Sistema Aplic/Portal da Transparência, não se localizou Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio. MB99.

Dispositivo Normativo:

Resolução do TCE-MT de aprovação do leiaute do Sistema Aplic em cada exercício e Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas; art. 145, do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021.

1.1) Ausência de demonstração da compatibilidade do plano de custeio aprovado pela Lei nº 1.613/2023 com a capacidade orçamentária e financeira do ente federativo, bem como com os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000. - MB99

O atual plano de custeio do RPPS de Vila Bela da Santíssima Trindade, incluindo o plano de amortização do déficit atuarial, foi definido pela Lei nº





1.613/2023, a qual atualizou a Lei n.º 688/2005 e utilizou como referência os resultados apurados na avaliação atuarial entregue em 2023, com data focal em 31/12/2022.

Da análise dessa avaliação atuarial, não foi localizado o Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, sendo apresentada apenas a seguinte informação:



Rua Barão de Melgaço, nº 3988
Centro Norte - Cep: 78.005-300
Cuiabá - MT - Fone: (65) 3322-3400
www.agendaassessoria.com.br



Anexos

i. Anexo 9 - Resultado da Demonstração de Viabilidade do Plano de Custeio

Os resultados foram obtidos pelo uso da planilha fornecida pela SPREV, que contém o fluxo atuarial calculado na avaliação atuarial presente e os valores informados pelo Ente quanto às Despesas com Pessoal e Receita Corrente Líquida.

A planilha citada será encaminhada à SPREV na forma prevista na legislação e será acompanhada de relatório.

Observada a responsabilidade do atuário quanto ao fluxo atuarial, os resultados e análises quanto à viabilidade do Plano de Custeio são da responsabilidade do Ente e do RPPS. Este anexo é meramente informativo para cumprir a exigência normativa de que componha o relatório dos resultados da avaliação atuarial.

8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira. (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e**





Municípios. *Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional. - 13ª ed., pág. 74).*

8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não-financeiras e tem por objetivo demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Receitas Não-Financeiras - RNF ou Primárias: corresponde ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos, as receitas de privatização e aquelas relativas a superávits financeiros. Para evitar a dupla contagem, não devem ser consideradas como receitas não-financeiras as provenientes de transferências entre as entidades que compõem o Ente federativo.

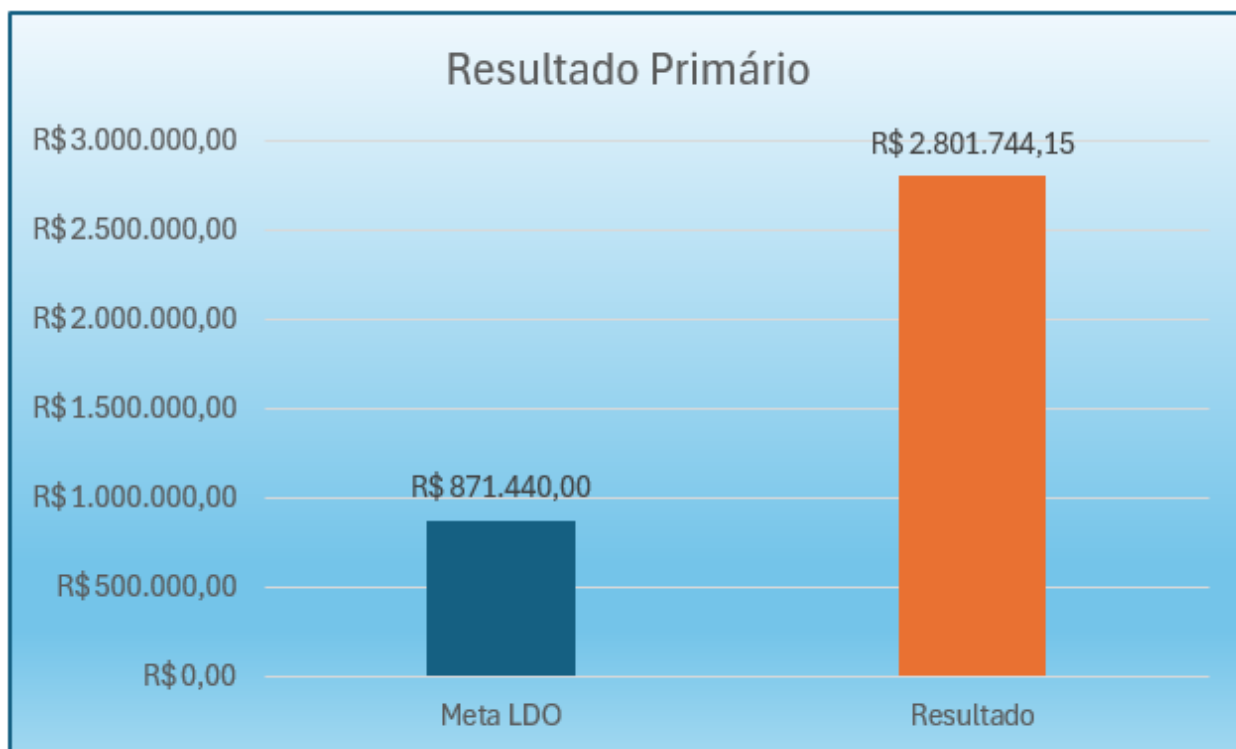
Despesas Não-Financeiras - DNF ou Primárias: corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Déficits primários indicam parcela do aumento da Dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassaram as receitas não-financeiras. Superávits primários direcionados para o pagamento de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque da dívida líquida.

A meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2024 é de R\$ 871.440,00 e o Resultado Primário alcançou o montante de R\$ 2.801.744,15, ou seja, o valor alcançado está acima da meta estipulada na LDO, conforme demonstra o Quadro 11.1 -Resultado Primário constante no Anexo 11 - Metas Fiscais

Ressalta-se que se utiliza, para fins de análise, o Resultado “Acima da Linha”, ou seja, a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas). Essa metodologia permite a avaliação dos resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal.





1) Houve o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2024.

9. POLÍTICAS PÚBLICAS

9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, essencial para o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos. As políticas públicas de educação são ações e programas implementados pelos governos federal, estadual e municipal visando assegurar o acesso à educação de qualidade para todos. Essas políticas visam não somente a universalização do ensino, mas também a melhoria contínua da qualidade educacional, a valorização dos profissionais da educação e a adequação da infraestrutura escolar.

Os municípios possuem responsabilidades prioritárias em relação às políticas públicas de educação. A Constituição Federal estabelece, no art. 211, § 2º





que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, que abrange creches (que atendem bebês e crianças de até 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos).

Para a análise das Contas Anuais de Governo dos municípios de Mato Grosso priorizaram-se indicadores do exercício de 2024, que refletem a situação dos municípios no exercício analisado. Entretanto, há mais indicadores relevantes como Adequação da Formação Docente, Média de Alunos por Turma, Taxa de Distorção Idade-série, Taxas de Rendimento Escolar, e outros que até o fechamento deste tópico, não continham dados de 2024. Estes indicadores podem ser acessados no site do Inep (<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>).

9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS

O Censo Escolar é a principal ferramenta de coleta de informações sobre a educação básica no Brasil, sendo a mais importante pesquisa estatística educacional do país. Coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Censo Escolar é realizado anualmente em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, abrangendo todas as escolas públicas e privadas do território nacional.

A pesquisa estatística do Censo Escolar é dividida em duas etapas principais. A primeira etapa coleta dados sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa, realizada ao final do ano letivo, coleta informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos.

O objetivo do Censo Escolar é fornecer um panorama da situação educacional do país, permitindo a análise de diversos indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), taxas de rendimento e fluxo escolar, e a distorção idade-série. Esses indicadores são fundamentais para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais, além de servirem de base para o planejamento e a distribuição de recursos governamentais.





A realização do Censo Escolar é obrigatória para todas as escolas, conforme regulamentado por instrumentos normativos que estabelecem prazos, responsabilidades e procedimentos para a coleta de dados.

De acordo com o Censo Escolar, em 2024 a quantidade de matrículas na rede pública municipal de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** era:

Alunos Matriculados - Ensino Regular								
Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	284.0	0.0	295.0	0.0	414.0	0.0	316.0	0.0
Rural	0.0	0.0	257.0	0.0	665.0	0.0	365.0	0.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Alunos Matriculados - Educação Especial								
Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	0.0	0.0	1.0	0.0	8.0	0.0	9.0	0.0
Rural	0.0	0.0	1.0	0.0	7.0	0.0	6.0	0.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Dados do Censo Escolar 2024 - Planilhas no site <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

DOU Anexo I (ensino regular) e DOU Anexo II (educação especial)

9. 1. 2. IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado por meio da Portaria MEC n.º 931, de 21 de março de 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação:





o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Ademais, sua relevância está reforçada em legislações posteriores, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei n.º 9.394/1996: estabelece a necessidade de avaliação do ensino e do desempenho escolar, o Decreto n.º 6.094/2007: define o IDEB como referência para monitoramento da qualidade da educação no Brasil e a Lei n.º 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE): fixa metas educacionais baseadas no IDEB.

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica.

Embora este indicador não englobe dados do exercício de 2024, ele foi trazido às Contas Anuais de Governo, pois os impactos dos indicadores da educação geralmente demoram alguns anos para aparecerem de forma significativa, especialmente quando se referem a mudanças estruturais em políticas públicas, formação de professores, currículo ou gestão escolar. Educação é uma política de longo prazo. Entretanto, os dados aqui trazidos são informativos e não gerarão punição ao gestor neste relatório.

No último Ideb realizado, no ano de 2023, cuja divulgação ocorreu em 2024, o município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** atingiu os índices, conforme detalhamento abaixo:





Descrição	Nota Município	Meta Nacional	Nota - Média MT	Nota - Média Brasil
Ideb - anos iniciais	4,8	6,0	6,02	5,23
Ideb - anos finais	3,7	5,5	4,8	4,6

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

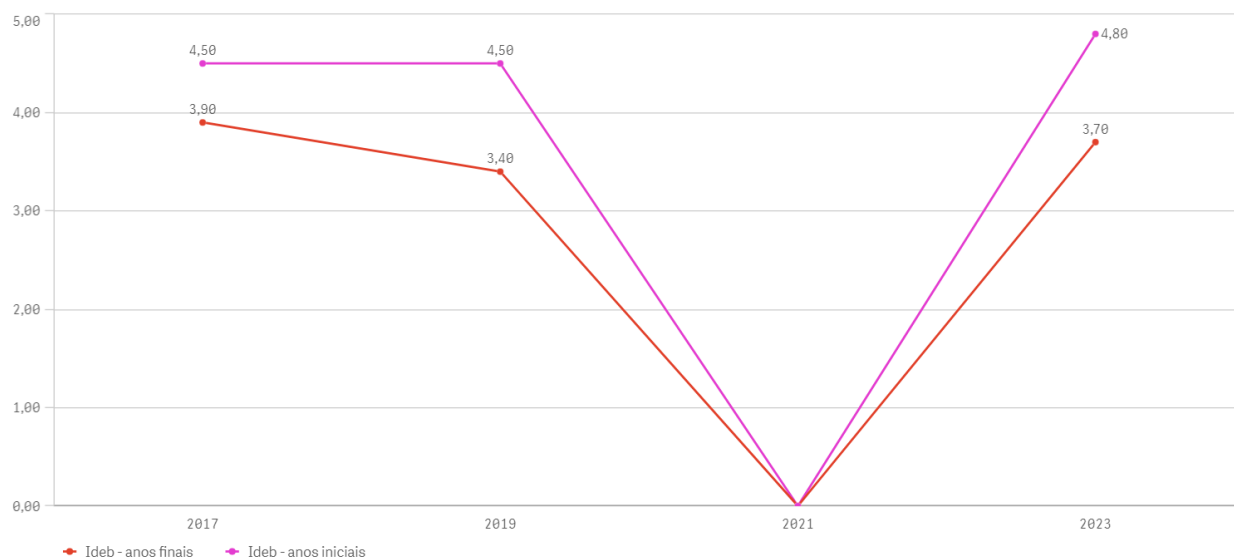
Conforme demonstrado, o desempenho do município está abaixo da meta do Plano Nacional de Educação - PNE, bem como abaixo das médias MT e Brasil.

Abaixo apresenta-se o histórico da nota do Ideb do município das últimas 5 avaliações:

Descrição	2017	2019	2021	2023
Ideb - anos iniciais	4,5	4,5	0,0	4,8
Ideb - anos finais	3,9	3,4	0,0	3,7

Séries Históricas - IDEB

Séries Históricas - IDEB



Conforme se observa, os índices revelam de maneira geral oscilação na nota Ideb ao longo dos últimos 8 anos no município, o que requer dos gestores, em conjunto com a comunidade escolar, identificar as causas bem como as medidas necessárias para manter tendência evolutiva constante, em busca de mais eficiência e efetividade na qualidade da educação municipal.





9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT

A primeira infância (0 a 6 anos de idade) é a fase mais importante no desenvolvimento do ser humano, pois o que acontece nessa etapa gera impactos positivos ou negativos por toda a vida.

Esses anos iniciais marcam o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (art 29 c/c art 30 da Lei n.º 9.394 /1996)

Neste aspecto, as unidades de educação infantil desempenham um papel crucial para garantir o direito de acesso e de qualidade na educação, recebendo todos os estímulos necessários e a atenção para o seu desenvolvimento integral, neste período. (Lei n.º 8090/1990 - Estatuto da criança e do Adolescente).

Cita-se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1.008.166 (Tema 548 de Repercussão Geral), que considerou a responsabilidade do poder público de garantir a oferta de vagas em creches e pré-escolas para crianças até 5 anos de idade.

Registra-se, ainda, as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), especificamente a sua Meta 1, que consiste em atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE, bem como dois dos seus indicadores, o "1A", que previa a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade; e o "1B", que estabelece a ampliação e oferta de vagas em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o ano de 2024.

Diante desse cenário, considerando que as creches públicas são ambientes que contribuem diretamente no desenvolvimento físico, mental e cognitivo da criança, o TCE/MT, em conjunto com o GAEPE/MT, realizou diagnóstico para conhecer a realidade de cada município de MT quanto à existência de filas por vagas em creche e pré-escolas em MT, no ano de 2024.





De acordo com os dados declarados pelos gestores municipais de educação, o município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** apresentou os seguintes resultados:

Item	Resposta	Quantidade
Possui fila de espera por vaga em creche?	NÃO	0
Possui fila de espera por vaga em pré-escola?	NÃO	0
Possui obras de creches em andamento? Se sim, quantas vagas serão ampliadas?	NÃO INFORMADO	0
Possui obras paralisadas de creches?	NÃO	0

Resultados do questionário sobre creches e pré-escolas aplicado pelo GAEPE MT em 2024

Conforme se observa, os resultados revelam a inexistência, no ano de 2024, de crianças sem acesso e atendimento à educação na primeira infância.

O TCE/MT elaborou uma Matriz de Risco a partir dos dados da pesquisa, identificando as situações mais críticas bem como os municípios que são os maiores responsáveis pela fila em MT, de modo a auxiliar na tomada de decisão pelos gestores, legisladores e demais formuladores e controladores da política de educação no estado, nas esferas estadual e municipal. A matriz pode ser acessada por meio do link:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1k93H1puoRHW9Gk24y60Mcd27bXvewyrh/edit?usp=drive_link&oid=107361362299863107312&rtpof=true&sd=true.

9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE

A gestão ambiental eficiente é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos municípios e para a garantia de qualidade de vida da população. O monitoramento de indicadores ambientais permite avaliar a efetividade das políticas públicas, orientar a tomada de decisão e assegurar o cumprimento da legislação vigente.

A utilização desses indicadores permite uma análise detalhada e precisa do desempenho ambiental dos municípios, facilitando a identificação de áreas que necessitam de melhorias e a implementação de ações corretivas. Além disso, são





essenciais para a formulação de políticas públicas eficazes, promovendo a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das comunidades. Ao monitorar e avaliar continuamente esses indicadores, os gestores públicos podem tomar decisões informadas e estratégicas, contribuindo para um futuro mais sustentável e equilibrado.

O art. 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal, dispõe ser competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar as florestas, a fauna e a flora, cuja regulamentação se dá pela Lei Complementar n.º 140/2011 que, em seu art. 9º, dispõe sobre as ações administrativas de competência dos Municípios.

Ademais, a Lei n.º 12.651/2012 - Código Florestal estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais. Em seu art. 1º, parágrafo único, reforça a responsabilidade comum dos entes federativos e da sociedade civil na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa em áreas urbanas e rurais. Dessa forma, os municípios possuem papel ativo na fiscalização, implementação de políticas ambientais e de incentivo a práticas sustentáveis para a conservação de seus biomas.

Apresenta-se os seguintes indicadores ambientais:

9. 2. 1. DESMATAMENTO

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibiliza, periodicamente, indicadores de desmatamento por meio dos sistemas PRODES e DETER. O PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) mede anualmente a taxa de desmatamento consolidada, fornecendo informações sobre a área desmatada e permitindo análises históricas da supressão da vegetação nativa. Já o DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real) é um sistema de alerta rápido que identifica desmatamentos em estágios iniciais, possibilitando ações imediatas de fiscalização.





A divulgação desses indicadores é fundamental para orientar políticas públicas, estratégias de combate ao desmatamento ilegal e planejamento territorial sustentável nos municípios.

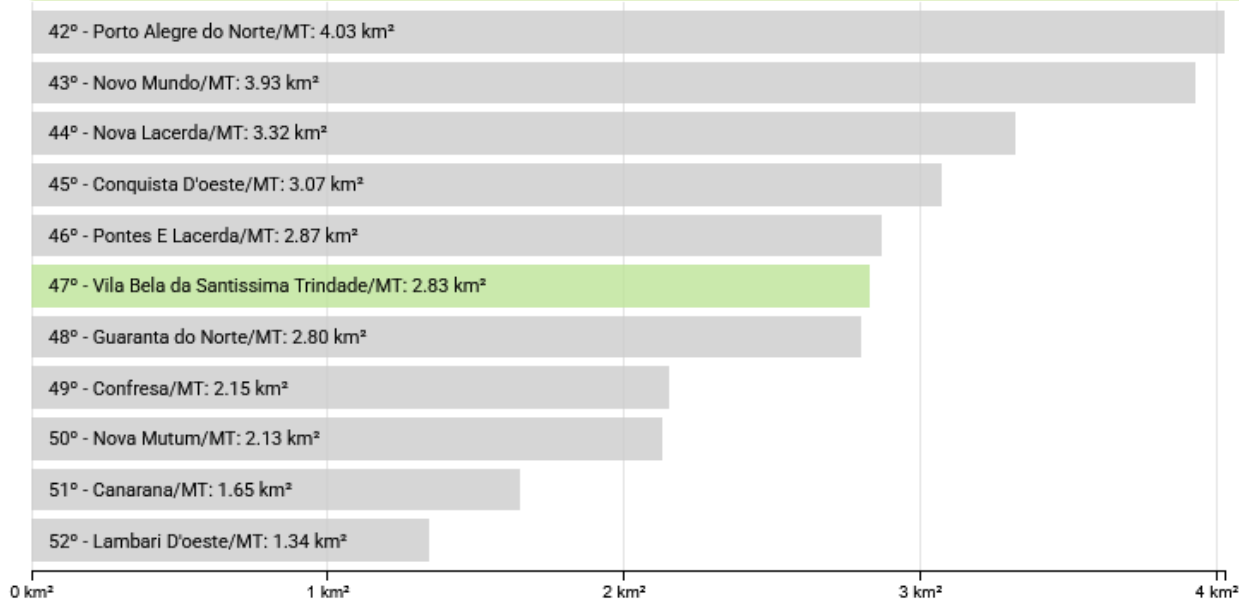
Destaca-se que o município de Vila Bela da Santíssima Trindade está situada no **Bioma “AMAZÔNIA”**.

No ranking Estadual dos Municípios com maior área desmatada, em 2024, o Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, se encontra em 47º lugar, em área desmatada, em 2024:

RANKING ESTADUAL DE DESMATAMENTO

Municípios com maior área de desmatamento

Filtro: Vila Bela da Santissima Trindade/MT



E no ranking nacional, o Município **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** se encontra em 159º lugar, em área desmatada, em 2024:

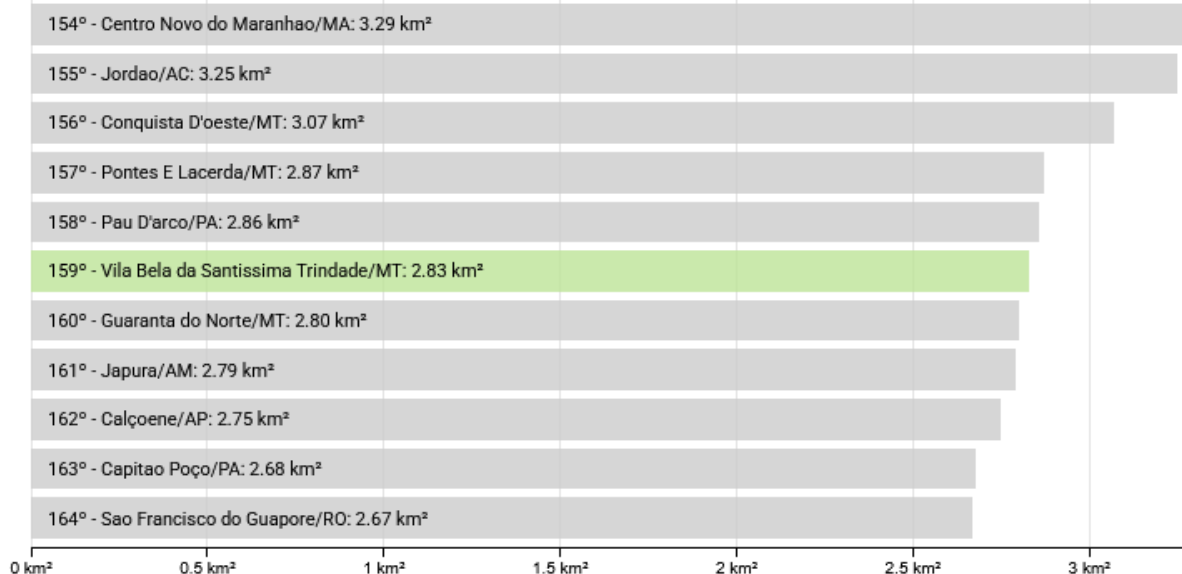




RANKING NACIONAL DE DESMATAMENTO

Municípios com maior área de desmatamento

Filtro: Vila Bela da Santíssima Trindade/MT



9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA

De acordo com o INPE, os termos foco de queima, foco de calor, foco de queimada e foco de incêndio têm o mesmo significado no monitoramento, via satélite, e se referem à detecção de locais com queima de vegetação. Devido à impossibilidade de diferenciar pelo satélite se o fogo é controlado ou um incêndio descontrolado, algumas fontes preferem “fogo ativo”. O Programa Queimadas do INPE adota o termo “foco de queima”, pois a maioria das detecções ocorre em vegetação.

Ainda, segundo o INPE:

(...) “focos de queima” detectados por satélites são excelentes indicadores da queima da vegetação e não uma medida precisa e absoluta do que está ocorrendo na superfície. O número dos





focos é diretamente relacionado à extensão queimada e permite comparações temporais e regionais da ocorrência de fogo na vegetação.

A Lei n.º 14.944, de 31 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, estabelecendo diretrizes para o seu manejo adequado e a prevenção de incêndios florestais no Brasil. Os municípios têm um papel fundamental na implementação dessa política, conforme previsão acerca de sua responsabilidade compartilhada na articulação e execução das ações relacionadas ao manejo do fogo.

Em seu art. 6º, § 2º, prevê a participação dos municípios no Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, instância consultiva e deliberativa vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, responsável por facilitar a articulação institucional e propor normas. Outrossim, a mencionada lei, no art. 17, ainda, prevê que os municípios que atuam no manejo integrado do fogo devem inserir informações no Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), garantindo a transparência e o compartilhamento de dados sobre incêndios florestais, queimas controladas e prescritas.

O artigo 21, por sua vez, estabelece os instrumentos para implementação dessa política, que visam promover o manejo integrado do fogo, a recuperação de áreas afetadas por incêndios florestais e a implementação de técnicas sustentáveis para a substituição gradual do uso do fogo como prática agrossilvipastoril. Esses objetivos são alcançados por meio de incentivos e investimentos em ações, estudos, pesquisas e projetos científicos e tecnológicos. Entre os instrumentos financeiros, mencionados no artigo 22, destacam-se as dotações orçamentárias dos municípios, que incentivam investimentos municipais em ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

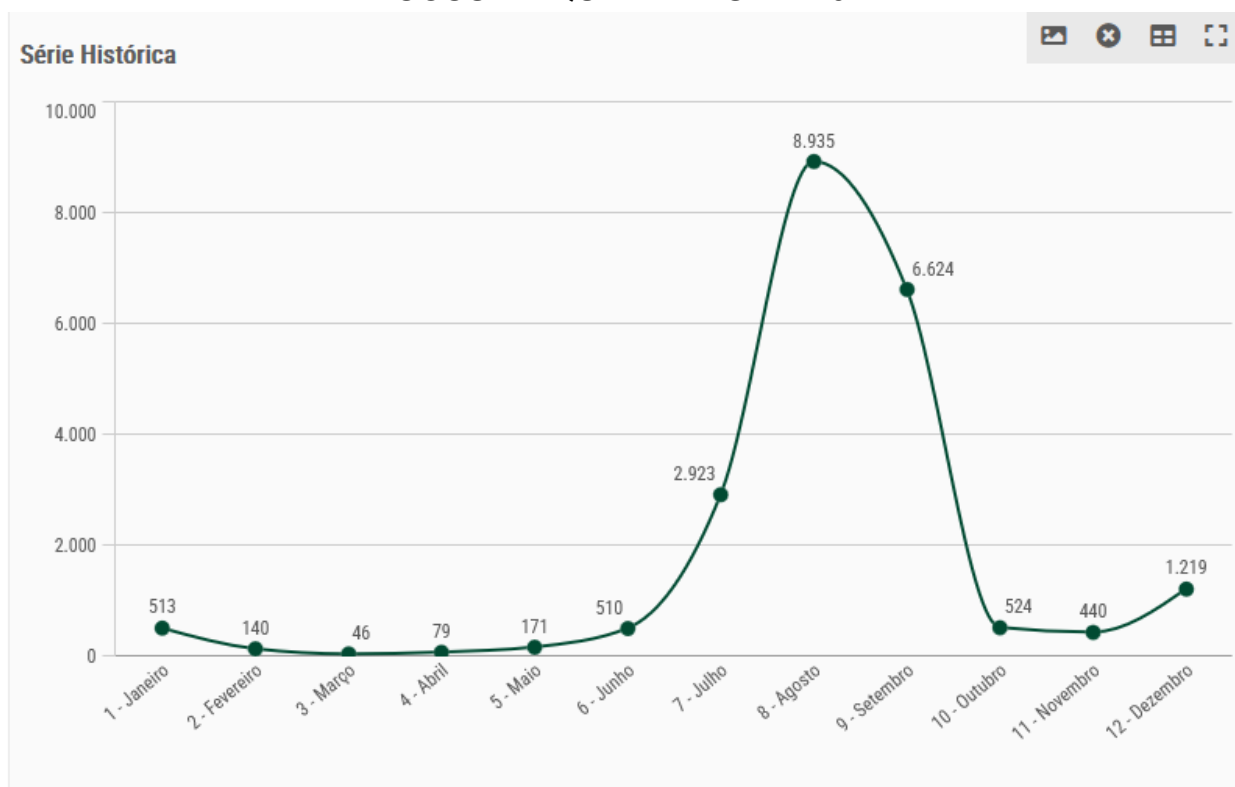
O indicador de Foco de Queima, divulgado pelo INPE, apresentado no Radar de Controle Público do Meio Ambiente, auxilia na identificação e monitoramento de queima da vegetação, sendo uma ferramenta importante para ações preventivas e de combate. O sistema de detecção de focos de calor baseia-se na análise de imagens de satélite que captam emissões térmicas, permitindo que órgãos ambientais e de defesa civil ajam rapidamente para conter os incêndios.





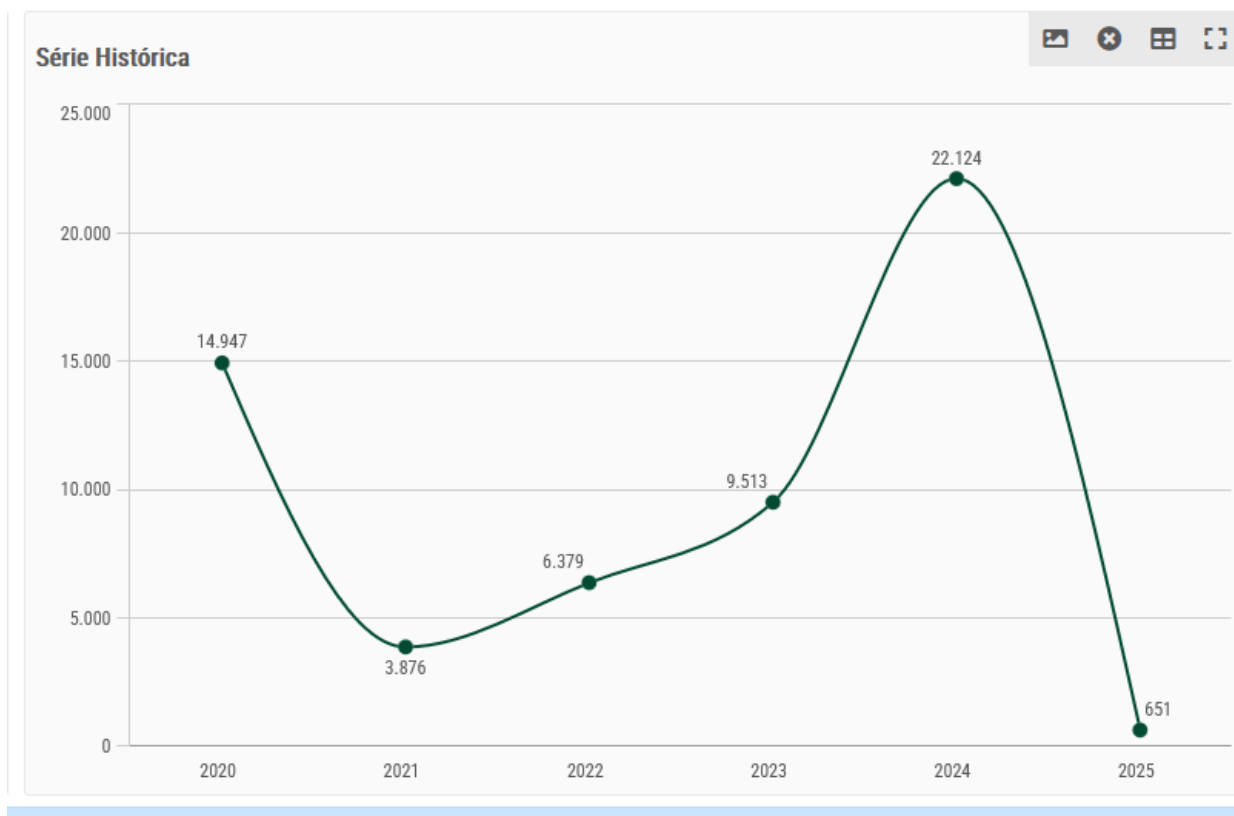
Esse indicador é, especialmente, relevante para a gestão municipal, pois possibilita a implementação de medidas de mitigação, como campanhas educativas, criação de brigadas municipais de incêndio e a formulação de planos de resposta rápida.

FOCOS DE QUEIMADAS EM 2024





FOCOS DE QUEIMADA AO LONGO DE 5 ANOS



Como se pode ver nos gráficos, os focos de queimadas, ao longo de 2024, se concentraram principalmente no mês de setembro. Já ao longo de 5 anos, as maiores quantidades de focos ocorreram nos anos de 2020, 2023 e 2024.

9. 3. INDICADORES DE SAÚDE

No exercício de sua função de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) tem ampliado sua atuação para além da análise contábil e financeira, incorporando o monitoramento de indicadores estratégicos de saúde nas Contas de Governo. Essa iniciativa visa qualificar a avaliação da gestão municipal e promover a tomada de decisão baseada em evidências.





Os indicadores selecionados refletem aspectos fundamentais da política pública de saúde, como cobertura assistencial, qualidade do atendimento, vigilância epidemiológica e desfechos populacionais. Ao disponibilizar uma série histórica de cinco anos (2020-2024), o Tribunal permite a identificação de tendências e o diagnóstico da efetividade das ações implementadas, contribuindo também para o fortalecimento do controle social.

A análise concentra-se nos dados referentes ao exercício de 2024, que serve como base para as recomendações e conclusões deste relatório. Ainda que alguns dados estejam em fase de consolidação, os resultados apresentados possibilitam identificar avanços, estagnações ou retrocessos, apoiando os gestores na reorientação de suas políticas e no aprimoramento dos serviços ofertados à população.

Os critérios de classificação utilizados, ainda que não formalizadas por norma legal em alguns casos, são amplamente aceitos e respaldados por diretrizes técnicas nacionais e internacionais. Para garantir transparência e objetividade na avaliação, **as fontes oficiais e metodologias utilizadas para apuração dos dados** encontram-se detalhadas no **subtópico 9.3.6 - Fonte e Metodologia de Apuração dos Dados em Saúde - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.

Os **critérios utilizados para classificar cada indicador como de situação boa, média ou ruim** estão sistematizados no **subtópico 9.3.6.1 - Quadro de Referência Técnica para Classificação dos Indicadores de Saúde nas Contas de Governo - Exercício 2024 - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.

Adicionalmente, para fins de síntese avaliativa, foi adotado um critério de agrupamento proporcional que permite classificar o desempenho geral do município nos indicadores de saúde como **bom, regular ou ruim**, conforme detalhado no **subtópico 9.3.6.2 - Critério de Classificação da Situação Geral dos Indicadores de Saúde (Anexo Políticas Públicas de Saúde)**. Esse modelo proporciona uma visão integrada do cenário municipal, respeitando a diversidade dos indicadores analisados e orientando a gestão para ações de maior impacto.

Por fim, a análise de cada indicador tem como referência principal os dados de 2024, mas considera também a série histórica dos anos anteriores (2020 a





2023). Para o cálculo da média histórica, o auditor responsável deverá aplicar a seguinte metodologia: valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos** se informados oficialmente; **campos vazios** devem ser considerados **dados ausentes** e excluídos do cálculo. A média será obtida pela **soma dos valores válidos dividida pelo número de anos com dados disponíveis**, desconsiderando os anos sem informação. Essa abordagem assegura a comparabilidade dos dados e evita distorções em função da ausência de registros.

9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE

A análise de indicadores como mortalidade infantil, materna, por doenças crônicas, homicídios e acidentes de trânsito permite avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios. Esses dados revelam aspectos essenciais da gestão, como acesso, qualidade do cuidado e condições socioeconômicas locais.

9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI

Taxa de Mortalidade Infantil - TMI	
Conceito	Proporção de óbitos em crianças menores de 1 ano de idade para cada 1000 nascidos vivos no mesmo período.
Interpretação	Estima o risco de um nascido vivo morrer antes de completar o primeiro ano de vida.
Aplicação	Permite aos gestores identificar áreas com maior incidência de mortalidade infantil, orientando intervenções para qualificar o pré-natal, o parto e os cuidados neonatais. Envolve a ampliação do acesso aos serviços, a capacitação das equipes de saúde e o incentivo à realização de partos seguros.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Infantil

2020	2021	2022	2023	2024
24,5	15,7	6,5	21,2	7,1

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





A TMI é considerada Alta (20 ou mais), Média (entre 10 e 19,99) e Baixa (<10) por 1000 nascidos vivos no mesmo período.

Ao longo dos últimos quatro anos, a taxa de mortalidade infantil oscilou entre alta em 2020 e 2023, média em 2021 e baixa em 2022.

Em relação a 2024, com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) é classificada como:

Situação Boa:

A taxa de mortalidade infantil encontra-se em patamar considerado baixa, sinalizando avanços na atenção pré-natal, assistência ao parto e cuidados neonatais. Recomenda-se a continuidade das boas práticas voltadas à saúde materno-infantil.

9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade Materna - TMM	
Conceito	Razão de óbitos femininos ocorridos durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação a cada 100 mil nascidos vivos.
Interpretação	Estima a frequência de óbitos femininos em idade fértil atribuídos a causas ligadas a gravidez, parto e puerpério, em relação ao total de gestações (representado pelo total de nascidos vivos)
Aplicação	Auxilia gestores a identificar falhas e melhorar os serviços de saúde materna, exigindo qualificação da assistência obstétrica, redução de cesarianas desnecessárias e ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Materna

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	1418,4

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





A TMM é considerada Alta (>110 por 100 mil nascidos vivos), Média (entre 70 e 110) e Baixa (<70).

Não existem dados da Taxa de Mortalidade Infantil nos anos de 2020 a 2023.

Em 2024, com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Taxa de Mortalidade Materna (TMM) é classificada como:

Situação Ruim:

A mortalidade materna está elevada, refletindo falhas no cuidado durante a gestação, parto ou puerpério. O município deve investir na qualificação da rede obstétrica e no acesso ao pré-natal de qualidade.

9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por homicídio - TMH	
Conceito	Proporção de óbitos causados por agressões (causa básica CID-10 X85-Y09) a cada 100 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por homicídios e sua relevância como problema de saúde pública. Reflete fatores culturais, socioeconômicos e específicos da violência interpessoal, além de indicar condições da assistência médica e qualidade dos registros das ocorrências.
Aplicação	Orienta políticas e ações intersetoriais para reduzir a violência, refletindo desafios na segurança pública e desenvolvimento social. Exige abordagens integradas, incluindo inclusão social de jovens, combate à violência doméstica, fortalecimento das forças de segurança e ampliação da assistência às populações vulneráveis.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Homicídio

2020	2021	2022	2023	2024
36,9	6,1	51,6	68,8	74,8

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





A TMH é considerada: Alta: > 30 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 30 e Baixa: < 10 (referência ideal OMS).

Com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMH é classificada como:

Situação Estável:

A taxa de homicídios, em 2024, manteve-se em patamar semelhante ao de anos de 2022 e 2023, sendo considerada “Alta”. É necessário fortalecer ações sociais e articulações com órgãos de segurança para reduzir a violência.

9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito - TMAT	
Conceito	Proporção de óbitos causados por acidentes de transporte (causa básica CID-10 V01-V99) a cada 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por acidentes de transporte, relacionado à insegurança, falta de educação no trânsito e consumo de álcool, afetando especialmente jovens do sexo masculino, com variações ligadas à qualidade da assistência médica. A TMAT é considerada: Alta: < 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.
Aplicação	Oferece subsídios para ações educativas, melhoria da infraestrutura viária e reforço na fiscalização, visando reduzir acidentes de trânsito. Destaca a importância da educação desde a infância, fiscalização intensificada, modernização das vias, programas de mobilidade segura e controle de fatores como consumo de álcool e excesso de velocidade.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito

2020	2021	2022	2023	2024
24,6	12,2	40,1	17,2	11,5

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





A TMAT é considerada: Alta: < 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.

Com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMAT é classificada como:

Situação Estável:

O indicador manteve-se estável, mas ainda em patamar preocupante. É necessário intensificar medidas de prevenção, fiscalização e campanhas educativas para redução de acidentes.

9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA

Os indicadores de acesso e cobertura em saúde avaliam a capacidade do sistema em garantir atendimento adequado à população nos diferentes níveis de atenção. Esses parâmetros refletem o alcance e a organização dos serviços básicos de saúde, como atenção primária, vacinação, disponibilidade de profissionais e infraestrutura hospitalar. Altos níveis de cobertura tendem a melhorar a prevenção, reduzir a sobrecarga hospitalar e ampliar a resolutividade do cuidado. Por outro lado, déficits nesses indicadores revelam desigualdades de acesso e demandam ações estruturantes por parte da gestão municipal.

A análise a seguir apresenta os principais indicadores dessa dimensão, com base na série histórica 2020-2024 e ênfase nos resultados do exercício de 2024.

9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura da Atenção Básica - CAB	
Conceito	A Cobertura da Atenção Básica (CAB) representa a estimativa percentual da população residente em um território que potencialmente tem acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde, por meio de equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou de Atenção Primária (eAP) registradas no Sistema Único de Saúde (SUS). É um dos principais indicadores de acesso da população aos cuidados essenciais em saúde.





Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura da Atenção Básica - CAB	
Interpretação	O indicador de cobertura populacional estimada na Atenção Básica atualmente é utilizado para o monitoramento do acesso aos serviços de Atenção Básica, com vistas ao fortalecimento do planejamento do SUS.
Aplicação	Permite identificar áreas com baixa cobertura, orientando a expansão dos serviços de saúde. A ampliação requer novas UBS em regiões desassistidas, horários estendidos e fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), melhorando o acesso ao atendimento primário e reduzindo a sobrecarga hospitalar.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Cobertura da Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
110,6	109,7	86,0	86,0	86,3

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A CAB É calculada com base no número de equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP) ativas e parametrizadas, em relação à população estimada pelo IBGE. Sua classificação considera como alta (adequada) a cobertura acima de 80%, média entre 50% e 80%, e baixa quando inferior a 50%.

Nesse sentido, tem-se que, com base nos dados do Município **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, a situação quanto à CAB é:

Situação Boa:

A cobertura da atenção básica está em nível satisfatório, garantindo acesso ampliado à rede primária de saúde. Recomenda-se a continuidade da expansão territorial e qualificação das equipes de saúde da família.





9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura Vacinal - CV	
Conceito	Percentual da população contemplado com doses de imunizantes do calendário vacinal em relação ao total da população para a mesma faixa etária, multiplicado por 100.e.
Interpretação	Quanto maior melhor, uma maior cobertura reflete uma população com melhor bloqueio para a circulação do agente infeccioso.
Aplicação	Orienta campanhas de vacinação e identificação de grupos vulneráveis, prevenindo surtos e doenças imunopreveníveis. Sua ampliação exige conscientização educativa, descentralização dos pontos de vacinação e oferta ampliada nos serviços de saúde, incluindo horários estendidos e estratégias móveis para atingir maior cobertura.
Fonte	Numerador: PNI
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Cobertura Vacinal

2020	2021	2022	2023	2024
48,5	54,3	78,9	81,9	92,4

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Cobertura Vacinal (CV), para a maioria das vacinas, tem meta de cobertura de 90% a 95%.

Com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da CV Geral é classificada como:

Situação Boa:

A cobertura vacinal no município atingiu os patamares recomendados, contribuindo para o controle de doenças imunopreveníveis. É fundamental manter estratégias eficazes de vacinação e comunicação social.





9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH

Indicador de Acesso e Cobertura: Número de Médicos por Habitante - NMH	
Conceito	Razão de profissionais médicos por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica.
Aplicação	Facilita o planejamento da distribuição de médicos e a identificação de áreas com escassez, assegurando atendimento equitativo. Pode ser ampliada com incentivos à fixação profissional em regiões remotas, expansão da telemedicina e parcerias com instituições de ensino para capacitação médica alinhada às necessidades locais.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Número de Médicos por Habitantes

2020	2021	2022	2023	2024
1,3	1,6	1,7	2,1	2,1

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

O NMH é considerado: Alto (acima de 2,5 médico por 1 mil habitantes - Acima da Média Nacional), Médio (entre 1,0 e 2,5 - Zona Intermediária) e Baixo (Abaixo de 1,0 - déficit de cobertura).

Com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da NMH é classificada como:

Situação Média:

O município apresenta número adequado de médicos por habitante, favorecendo o acesso à assistência em saúde. É recomendável manter políticas de fixação e valorização profissional para garantir a continuidade da cobertura.





9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Os indicadores de qualidade apresentados nesta seção permitem avaliar a efetividade dos serviços ofertados no âmbito da atenção básica, especialmente em relação à capacidade de prevenir hospitalizações evitáveis e de acompanhar adequadamente o pré-natal. Mais do que mensurar a cobertura, esses indicadores revelam a capacidade do sistema municipal de saúde em garantir cuidado contínuo, acesso oportuno e intervenções eficazes.

Altas proporções de internações por condições sensíveis à atenção primária e baixa realização de consultas pré-natais adequadas sugerem falhas na organização e desempenho da rede de serviços, exigindo revisão das estratégias de gestão e fortalecimento da atenção básica. A seguir, apresentam-se os dois principais indicadores de qualidade selecionados, com base na série histórica de 2020 a 2024 e foco nos dados mais recentes do exercício de 2024.

9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica - ICSAP	
Conceito	Percentual de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por condições sensíveis à atenção primária em relação ao número total de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Revela o resultado das ações e serviços de promoção da saúde, prevenção de riscos, e do diagnóstico e tratamento precoces. Mensura, de forma indireta, a avaliação da atenção primária e a eficiência no uso dos recursos. Em síntese, o ICSAP mede o percentual de internações hospitalares que poderiam ser evitadas por ações eficazes da Atenção Básica, como prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado de doenças comuns. Altas proporções indicam falhas na resolutividade da APS.
Aplicação	Facilita a avaliação da resolutividade e efetividade da Atenção Primária à Saúde (APS), orientando o planejamento de ações para reduzir hospitalizações evitáveis. Sua melhoria envolve o fortalecimento da APS, ampliação do acesso aos serviços primários, capacitação das equipes multiprofissionais e implementação de estratégias que garantam diagnóstico e tratamento oportunos, reduzindo internações desnecessárias e otimizando recursos.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)





Série Histórica dos indicadores de Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
23,7	21,8	21,0	22,8	22,1

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

O ICSAP é considerado Alto (acima de 30% - Indicativo de baixa resolutividade da Atenção Básica), Médio (entre 15% e 30% - Situação intermediária) e Baixo (desejável) (abaixo de 15% - Boa atuação da APS na prevenção de internações).

Com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação do ICSAP é classificado como:

Situação Média:

A proporção manteve-se em níveis semelhantes aos anos anteriores, indicando necessidade de reforçar a qualificação da atenção básica para evitar internações desnecessárias.

9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas	
Conceito	Percentual de gestantes que realizaram o número recomendado de consultas pré-natais do total de nascidos vivos (seis ou mais consultas de pré-natal, com início até a 12ª semana de gestação) em relação ao total de nascidos vivos com informações disponíveis, multiplicado por 100.
Interpretação	Demonstra a capacidade de oferta de consultas médicas e do acompanhamento pré-natal entre os nascidos vivos, quanto maior melhor.
Aplicação	Facilita a avaliação e o planejamento da assistência pré-natal, orientando ações para ampliar o acesso das gestantes às consultas recomendadas. A melhoria envolve qualificação das equipes de saúde, fortalecimento da rede de atenção primária, busca ativa das gestantes com acompanhamento irregular e ações educativas sobre a importância do pré-natal, visando garantir maior cobertura e qualidade na atenção à gestante e ao recém-nascido.
Fonte	Numerador: SINASC
	Denominador: SINASC
Divulgação	Mensal





Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas

Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas

2020	2021	2022	2023	2024
63,9	66,8	69,3	74,3	74,2

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas é considerada Alta (adequada) quando o percentual for $\geq 60\%$ (Meta do Previnir Brasil), Média entre 40% a 59,9% (situação intermediária) e Baixa (inadequada) que é $< 40\%$.

Com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas é classificado como:

Situação Adequada:

A proporção de gestantes com pré-natal adequado é satisfatória, refletindo bom acompanhamento da gestação. Recomenda-se manter a busca ativa e o acolhimento qualificado das gestantes na atenção primária.

9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS

Os indicadores epidemiológicos permitem monitorar o perfil de adoecimento da população, fornecendo subsídios para ações de prevenção, controle e resposta a surtos e doenças transmissíveis. Avaliam, sobretudo, a efetividade da vigilância em saúde, a cobertura das ações de diagnóstico e a capacidade de resposta dos serviços públicos.

Diferentemente de outros indicadores, taxas elevadas podem refletir um sistema de vigilância atuante e sensível, enquanto valores muito baixos, em alguns casos, podem indicar subnotificação ou falhas na identificação precoce. Dessa forma,





é essencial interpretar esses indicadores à luz do contexto local, sazonalidade e estrutura da rede de atenção à saúde.

A seguir, apresentam-se os principais indicadores epidemiológicos utilizados na avaliação das contas públicas municipais, com base na série histórica de 2020 a 2024, destacando os dados do exercício de 2024.

9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES

Indicador Epidemiológico: Prevalência de Arboviroses	
Conceito	Proporção de casos confirmados de Dengue, Chikungunya e Zika em relação ao total da população, multiplicado por 100 mil habitantes.
Interpretação	Revela o risco da população ser infectada e desenvolver sintomatologia condizente com o quadro clínico diagnóstico dessas doenças infecciosas.
Aplicação	Orienta ações para controle das arboviroses, incluindo intensificação das estratégias de prevenção, monitoramento ambiental e epidemiológico, fortalecimento das ações educativas e melhoria das condições de saneamento básico, visando reduzir o risco de surtos e epidemias.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Dengue

2020	2021	2022	2023	2024
239,7	268,1	183,5	166,3	368,2

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção Chikungunya

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	109,3

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Prevalência de Arboviroses é considerada Baixa (menor que 100) - Situação controlada; Média (100 a 299) - Alerta intermediário; Alta (300 a 499) - Alta transmissão; e Muita Alta/Epidêmica (500 ou mais) - Situação epidêmica.





Com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Prevalência de Arboviroses é:

Situação Alta:

A elevada prevalência de arboviroses indica falhas no controle de vetores e na prevenção. É urgente intensificar ações integradas de vigilância, saneamento e mobilização social para conter a transmissão.

9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase por 100 mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado (CID-10 A30).
Interpretação	Estima o risco de ocorrência de casos novos da doença, refletindo níveis de exposição ao bacilo causador (<i>Mycobacterium leprae</i>) e indicando as condições socioeconômicas e assistenciais locais.
Aplicação	Facilita o planejamento de ações para o controle da hanseníase, exigindo fortalecimento das equipes de atenção primária, campanhas de diagnóstico precoce, capacitação profissional e melhoria das condições socioeconômicas e de vida da população.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase

2020	2021	2022	2023	2024
24,6	Não Informado	5,7	Não Informado	5,8

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Detecção de Hanseníase é considerada Muito Forte (≥ 40) - Forte transmissão comunitária; Alta (20,00 a 39,99) - Endemia relevante; Média (10,00 a 19,99) - Situação intermediária; e Baixa (2,00 a 9,99) - Controle Razoável e Muito baixa ($<2,00$) - Meta da OMS, todos por 100 mil habitantes.





Com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Taxa de Detecção de Hanseníase:

Situação Boa:

A taxa de detecção de hanseníase está controlada e acompanhada de ações de vigilância ativa, refletindo bom desempenho na identificação e tratamento oportuno. É importante manter o monitoramento das áreas de risco.

9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase em pessoas menores de 15 anos (CID-10 A30), a cada 100 mil habitantes da mesma faixa etária.
Interpretação	Indica a existência de transmissão ativa e des controle da doença, sugerindo fragilidades na vigilância epidemiológica e no sistema de saúde.
Aplicação	Orienta ações específicas para interromper a cadeia de transmissão, com estratégias intensificadas de diagnóstico precoce, acompanhamento familiar, capacitação das equipes e fortalecimento da vigilância epidemiológica, especialmente em áreas mais vulneráveis.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos

2020	2021	2022	2023	2024
0,0	Não Informado	0,0	Não Informado	0,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos é considerada Muito Alta (≥ 10) - Transmissão intensa e recente; Alta (5,00 a 9,99) - Endemia relevante para crianças; Média (2,5 a 4,99) - Sinal de transmissão ativa;





Baixa (0,50 a 2,49) - Situação Controlada e Muito baixa/eliminação (<0,50) - Indicador de interrupção da cadeia de transmissão.

Com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos:

Situação Boa:

A taxa é baixa ou inexistente, sugerindo controle da transmissão da hanseníase em populações jovens. Ainda assim, é necessário manter vigilância ativa e acompanhamento de contatos.

9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE

Indicador Epidemiológico: Percentual de Casos de Hanseníase Grau 2 de Incapacidade	
Conceito	Proporção de casos novos de hanseníase diagnosticados já com grau 2 de incapacidade física em relação ao total de casos novos, multiplicado por 100.
Interpretação	Revela a gravidade dos casos diagnosticados, refletindo falhas no diagnóstico precoce e nas ações preventivas e assistenciais.
Aplicação	Subsidiar o planejamento para ampliar estratégias de diagnóstico precoce, prevenção das incapacidades, capacitação das equipes de saúde e melhoria do acompanhamento dos pacientes, reduzindo sequelas e promovendo qualidade de vida.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade

2020	2021	2022	2023	2024
25,0	Não Informado	0,0	Não Informado	0,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





Segundo a OMS/MS, a classificação de grau de incapacidade varia de grau 0 a 2, sendo 0 (zero) - sem comprometimento neural evidente; 1 (um) - perda de sensibilidade em mãos, pés ou olhos e 2 (dois) - deformidades ou incapacidades visíveis (ex. retração de mão, úlcera plantar, lagofalmo).

O Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade considera como Muito Alta ($\geq 10\%$) - Diagnóstico muito tardio; Alta (5% a 9,99%) - Situação preocupante; Média (1% a 4,9%) - Alerta moderado; Baixa ($<1\%$) - Boa detecção precoce.

Com base nos dados do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto ao Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 é:

Situação Boa:

O percentual de casos com grau 2 de incapacidade está controlado, indicando detecção precoce e qualidade no acompanhamento dos casos. Deve-se manter a vigilância e capacitação das equipes.

9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL

Os indicadores de saúde avaliados revelam uma situação intermediária, com manutenção dos níveis alcançados nos anos anteriores. Embora não se observe piora significativa, também não foram identificados avanços expressivos nos principais eixos de avaliação. Recomenda-se ao gestor municipal revisar as estratégias de atenção primária, prevenção e organização dos serviços, de modo a ampliar o impacto das ações em saúde pública.

9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE

Os dados utilizados na análise dos indicadores de saúde municipal foram extraídos e tratados com base em microdados oficiais disponibilizados por sistemas públicos nacionais de informação em saúde, especialmente aqueles gerenciados pelo Ministério da Saúde e acessíveis via DATASUS, OpenDATASUS, TABNET e bases do





IBGE. A série histórica contempla os exercícios de 2020 a 2024, com prioridade para os dados do exercício de 2024.

A extração, tratamento, padronização e cálculo dos indicadores foram automatizados por meio de scripts desenvolvidos em linguagem R, seguindo critérios metodológicos uniformes, descritos detalhadamente no documento interno “Metodologia Indicadores Municipais”. As bases de origem incluem, entre outras:

- SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
- SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
- SIH - Sistema de Informações Hospitalares
- SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
- SIVEP-Gripe, CNES, TABNET, OpenDATASUS e base IBGE

Para cada indicador, foram adotados critérios específicos de cálculo, respeitando normas técnicas como a Portaria SAS/MS nº 221/2008 e classificações CID-10 conforme orientações do MS e da OMS. A apuração dos dados considera o município de residência e utiliza identificadores padronizados de código IBGE.

Em casos de ausência de informação para determinado ano, o campo foi considerado como dado ausente e excluído do cálculo da média histórica. Valores informados como zero foram mantidos, desde que constassem nas bases oficiais. O cálculo da média histórica segue a seguinte fórmula-padrão, a ser aplicada pelo analista ou auditor:

Média histórica = Soma dos valores válidos / Número de anos com dado disponível.

Esta metodologia visa garantir transparência, comparabilidade e equidade na avaliação dos municípios, sendo replicável e auditável. O procedimento técnico encontra-se documentado com versionamento e scripts arquivados no repositório interno do TCE-MT, podendo ser acessado para fins de verificação metodológica sempre que necessário.





9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE

Este quadro apresenta os critérios utilizados para classificar os indicadores de saúde como de situação **boa (adequada)**, **média (intermediária)** ou **ruim (inadequada)**, com base em diretrizes técnicas de organismos nacionais e internacionais como o **Ministério da Saúde (MS)**, a **Organização Mundial da Saúde (OMS)** e outros documentos de referência oficial.

Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Boa: < 10% Média: 10 a 19,99% Ruim: =20%	OMS, MS, Unicef
Taxa de Mortalidade Materna (TMM)	Boa: < 70/100 mil Média: 70 a 110 Ruim: > 110	ODS/OMS/MS
Mortalidade por Homicídios (TMH)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 30 Ruim: > 30	OMS
Mortalidade por Acidentes de Trânsito (TMAT)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 20 Ruim: > 20	OMS, MS
Cobertura da Atenção Básica (CAB)	Boa: > 80% Média: 50% a 80% Ruim: < 50%	e-Gestor AB/MS
Cobertura Vacinal (CV)	Boa: = 90% a 95% Média: abaixo da meta Ruim: muito abaixo	PNI/S
Nº de Médicos por Habitante (NMH)	Boa: = 2,5/1.000 hab. Média: 1,0 a 2,49 Ruim: < 1,0	CFM, OMS
ICSAP (Internações por Condições Sensíveis à APS)	Boa: < 15% Média: 15% a 30% Ruim: > 30%	MS, estudos técnicos sobre APS
Consultas Pré-Natal Adequadas	Boa: = 60% Média: 40% a 59,9% Ruim: < 40%	Programa Previne Brasil/MS
Prevalência de Arboviroses	Boa: < 100/100 mil Média: 100 a 299 Alta: 300 a 499 Muito Alta: = 500	MS (vigilância epidemiológica)
	Boa: < 10 Média: 10 a 19,99 Alta: 20 a 39,99	





Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
Detecção de Hanseníase (geral)	Muito Alta: = 40 por 100 mil hab.	OMS, MS
Hanseníase em < 15 anos	Boa: < 0,5 Média: 0,5 a 2,49 Alta: 2,5 a 9,99 Muito Alta: = 10 por 100 mil	OMS, MS
Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade	Boa: < 1% Média: 1% a 4,9% Alta: 5% a 9,99% Muito Alta: = 10%	OMS, MS

A avaliação dos indicadores de saúde tem como base principal os dados do exercício de 2024, por refletirem a situação mais recente da gestão municipal. Contudo, dada a natureza dinâmica e sensível da área da saúde, considerou-se também a série histórica dos últimos cinco anos (2020 a 2024) como elemento complementar para análise de tendência, estabilidade ou regressão dos resultados.

Para fins de cálculo da média histórica, o auditor deverá considerar as seguintes diretrizes:

Valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos**, desde que informados nos sistemas oficiais, por representarem uma situação efetivamente monitorada (mesmo que sem ocorrência).

Campos **vazios ou não preenchidos** devem ser considerados como **dados ausentes**, sendo excluídos do denominador da média.

A **fórmula recomendada** para o cálculo da média histórica consiste na soma dos valores válidos informados dividida pelo número de exercícios com dado disponível, desconsiderando os anos sem informação.

Essa metodologia deve ser aplicada pelo analista responsável no momento da apuração dos dados, assegurando que a ausência de registros não comprometa a média histórica nem penalize o município por eventual falha de reporte. Os indicadores com dados incompletos deverão ser analisados com a devida ressalva quanto à confiabilidade da tendência histórica.





9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES

Para fins de análise integrada, o desempenho geral do município nos indicadores de saúde avaliados foi classificado em três categorias: Boa, Regular e Ruim. Essa classificação considera o percentual de indicadores que se enquadraram na faixa de “Situação Boa”, conforme os critérios técnicos previamente estabelecidos. A categorização obedece aos seguintes parâmetros:

- **Situação Ruim:** até 25% dos indicadores avaliados classificados como “Boa”;
- **Situação Regular:** mais de 25% e até 75% dos indicadores classificados como “Boa”;
- **Situação Boa:** mais de 75% dos indicadores classificados como “Boa”.

Essa métrica permite uma visão global da gestão municipal em saúde no exercício analisado, respeitando as especificidades de cada indicador individualmente, mas orientando a tomada de decisão a partir de um referencial sintético e objetivo.

10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) postula o equilíbrio das contas públicas por meio de uma gestão responsável que evite o endividamento público não sustentável. Em relação ao último ano de mandato do gestor, a LRF tem regras e proibições específicas que serão relacionadas nos tópicos a seguir:

10. 1. COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO

A transição de mandato é o processo em que o gestor atual deve propiciar condições efetivas ao novo gestor para implementar a nova administração, razão pela qual se torna um importante instrumento da gestão pública.





No TCE-MT, a matéria é abordada por meio da Resolução Normativa 19/2016 que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros Chefes de Poderes Estaduais e Municipais e dirigentes de órgãos autônomos, por ocasião da transmissão de mandato.

Nesse sentido, na verificação do cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) Não houve a constituição da comissão de transmissão de mandato, bem como a apresentação do Relatório Conclusivo, em desacordo com a RN 19/2016.

A Resolução Normativa 19/2016, a transmissão de mandato é o processo que objetiva propiciar condições para que os administradores públicos sucessores possam receber dos seus antecessores todos os dados e informações necessárias à implementação do novo programa de gestão, desde a data da sua posse.

Dessa forma, como o prefeito foi reeleito não haverá transmissão de mandato.

10. 2. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDA NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO

Ao titular de Poder ou Órgão é vedado contrair despesas nos últimos 8 meses do último ano de mandato que não possam ser cumpridas de forma integral dentro do exercício financeiro ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito.

Ressalta-se que as despesas e encargos compromissados a pagar até o final do exercício são utilizados para determinação da disponibilidade de caixa, conforme previsto no parágrafo único do art. 42 da LRF.

A metodologia adotada pela equipe técnica para apurar se houve ou não despesas contraídas nos últimos 8 meses do final de mandato, foi comparar o valor





registrado por fonte de recurso, nos quadros 13.2 do Anexo 13 deste Relatório, nas datas de 30/04/2024 e 31/12/2024.

1) Não foram contraídas obrigações de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade financeira para seu pagamento (art. 42, caput, e parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000).

10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO

A contratação de operação de crédito é vedada nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

São exceções a essa regra:

1. O refinanciamento da Dívida Mobiliária;
2. As operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou Ministério da Fazenda, até 120 dias antes do final do mandato.

1) Não houve a contratação de operação de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Município (art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001).

10. 4. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO

A contratação de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) são aquela em que o setor financeiro antecipa aos entes públicos as receitas tributárias futuras, sendo que, nessas operações, os tributos são oferecidos em garantia.

Quanto às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária vedou-se a realização dessas operações no último ano de mandato do Chefe do





Executivo, a fim de dificultar ainda mais a possibilidade de que sejam transferidas dívidas para o mandato subsequente (art. 38, IV, b da LRF)

1) Não houve a contratação de antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato do municipal (art. 38, IV, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000; art. 15, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001).

10. 5. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO

De acordo com o art. 21, II da LRF é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

A vedação prevista no artigo 21, IV, a, da LRF incide sobre o ato de aprovação de lei expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato que implique em aumento da remuneração dos agentes públicos, independentemente da data em que o respectivo projeto de lei foi proposto ou colocado em pauta para apreciação legislativa, com base na jurisprudência do TCE-MT -Resolução Consulta n.º 21/2014-TP e Acórdão n.º 1.784/2006.

Não se encontra vedada pelo art. 21, IV, a, da LRF, a edição de atos vinculados e decorrentes de direitos já assegurados constitucionalmente ou legalmente, ou provenientes de situações jurídicas consolidadas antes do período de vedação, independentemente do momento em que tenham sido expedidos.

1) Não foi expedido ato de que resulte em aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato e/ou preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final de mandato. (Art. 21, II e IV, “a”, da Lei Complementar nº 101/2000 e/ou Art. 21, III e IV, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000).





11. PRESTAÇÃO DE CONTAS

11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar n.º 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte ao prazo estabelecido no art. 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa n.º 10/2008-TCE/MT-TP).

A Resolução Normativa n.º 03/2020 - TCE/MT-TP, em seu art. 1º, XI determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, conforme informações/documentos detalhados no leiaute do Anexo 1 desse normativo.

Além disso, a Orientação Normativa n.º 04/2016, do Comitê Técnico deste Tribunal de Contas, prescreve que a elaboração dos relatórios de contas de governo dos Poderes Executivos Municipais deve ser realizada por meio do sistema Conex-e, com base nas informações mensalmente encaminhadas por meio do sistema Aplic.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos envios de informações e documentos, referentes ao exercício de 2024, ressalta-se que os envios intempestivos serão objeto de RNI em momento oportuno, cabendo neste processo apenas a apuração quanto a prestação de contas de governo:





APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes: Mensais Informes: E



Prestação de Contas

:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Principal

☒ Consulta parametrizada

Contabilidade

Competência	Prazo	Pra...	1º envio	Último envio	Situação	D..	Contr...
Maio	01/07/2024		18/12/2024...	23/12/2024 0...	ENVIADO FORA ...	I...	0
Junho	31/07/2024		27/12/2024...	02/02/2025 0...	ENVIADO FORA ...	I...	0
Julho	02/09/2024		06/01/2025...	02/02/2025 0...	ENVIADO FORA ...	I...	0
Agosto	30/09/2024		10/01/2025...	02/02/2025 0...	ENVIADO FORA ...	I...	0
Setembro	31/10/2024		16/01/2025...	02/02/2025 0...	ENVIADO FORA ...	77	0
Outubro	10/12/2024		30/01/2025...	02/02/2025 0...	ENVIADO FORA ...	51	0
Novembro	03/02/2025		21/02/2025...	21/02/2025 1...	ENVIADO FORA ...	18	0
Dezembro	10/03/2025		12/03/2025...	17/03/2025 1...	ENVIADO FORA ...	2	0
Encerramento	17/03/2025		17/03/2025...	17/03/2025 2...	ENVIADO NO PR...		0
➤ Contas de Gove...	16/04/2025		29/05/2025...	29/05/2025 0...	ENVIADO FORA ...	43	2
PPA					NÃO SE APLICA		0
LDO	29/01/2024		09/01/2024...	09/01/2024 1...	ENVIADO NO PR...		1
LQA	29/01/2024		08/01/2024...	08/01/2024 1...	ENVIADO NO PR...		1

1) O Chefe do Poder Executivo não encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e conforme a Resolução Normativa n.º 16/2021. MB04.

Dispositivo Normativo:

Art. 170 da Resolução Normativa n.º 16/2021 e Art. 209, caput e §1º, da Constituição do Estado

1.1) O Chefe do Poder Executivo não encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa n.º 36 /2012 - TCE/MT-TP. - **MB04**





A prestação de Contas Anuais de Governo Municipal deve ser encaminhada ao Tribunal de Contas, em até 60 dias a partir do dia 15 de fevereiro, do ano subsequente daquele ao qual as contas se referem. Esse prazo está estabelecido no artigo 209, § 1º da Constituição do Estado de Mato Grosso.

O prazo para apresentação da prestação de Contas Anuais de Governo Municipal, referente ao exercício de 2024, se encerrou no dia 16 de abril de 2025. Contudo, a prefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade apresentou sua prestação de contas somente no dia 29 de maio de 2025, ou seja, 43 dias após o prazo regulamentar, conforme extrato do sistema Aplic, na figura acima.

- 2) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme declaração do Presidente da Câmara Municipal, no Sistema Aplic, na Unidade Câmara Municipal, no caminho: Informes mensais/Documents.
- 3) O poder executivo contratou solução tecnológica para a implantação do SIAFIC no âmbito do município, nos termos do Decreto nº 10.540/2020, conforme Contrato 009 /2022, firmado com a empresa EMPRESA STAF SISTEMAS LTDA.

12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Orientação Normativa n.º 02/2016 TCE/MT, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização julgados do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Assim, segue abaixo quadro contendo o Resultado dos Processos de Fiscalização, incluindo os processos de RNI e RNE:





Processos		Descrição do Processo	Houve Julgamento
Assunto	Número		
Resultado dos Processos de Fiscalização			
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1858270/2024	CHAMADO Nº 484/2024 - COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	NÃO
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1859625/2024	CHAMADO Nº 494/2024	NÃO
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1877674/2024	CHAMADO Nº 622/2024 - COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	NÃO
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1877690/2024	CHAMADO Nº 623/2024 - COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	NÃO
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1877720/2024	CHAMADO N.º 619/2024.	NÃO
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1877780/2024	CHAMADO N.º 621/2024.	NÃO
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1927949/2024	CHAMADO Nº 882/2024	NÃO
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1937332/2024	CHAMADO N.º 945/2024.	NÃO
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1937340/2024	CHAMADO N.º 944/2024	NÃO
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1937383/2024	CHAMADO N.º 946/2024.	NÃO
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1947737/2024	CHAMADO N.º 1.024/2024. PLANTAO	NÃO
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1947761/2024	CHAMADO N.º 1034/2024. COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE.	NÃO
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	1883070/2024	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA COM PEDIDO DE TUTELA PROVISORIA DE URGENCIA EM FACE DE POSSIVEIS IRREGULARIDADES NO PREGAO PRESENCIAL N. 022/2024 MPVB.	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA)	1881353/2024	REPRESENTACAO DE NATUREZA INTERNA PARA APURAR POSSIVEL PRATICA DE NEPOTISMO	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA)	1885910/2024	REPRESENTACAO DE NATUREZA INTERNA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NAS FUNCOES DESENVOLVIDAS POR AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA)	1887629/2024	REPRESENTACAO DE NATUREZA INTERNA PARA APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NO PREGAO PRESENCIAL Nº 019/2024.	SIM

Sistema Control-P





13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações decorrentes de decisões anteriores foram observadas pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante das recomendações relevantes contidas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
Processo de Contas de Governo Anteriores					
2023	537950 /2023	108/2024	22/10/2024	pela expedição de recomendação ao Poder Legislativo Municipal para que, no julgamento das presentes contas anuais, determine ao Chefe do Poder Executivo que: i. insira nos currículos escolares conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996;	Recomendação não atendida, conforme item 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)
2023	537950 /2023	108/2024	22/10/2024	ii. institua/realize a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2023, conforme estabelece o art. 2º da Lei nº 14.164/2021; e implante medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais.	Recomendação não atendida, conforme item 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)
2023	537950 /2023	108/2024	22/10/2024	iii. planeje adequadamente as metas de resultados primário e nominal para os próximos exercícios, adequando a LDO com o superávit financeiro do exercício anterior, bem como observe o comportamento das variáveis que compõem as referidas metas quadrimestralmente, inclusive, para fins de promoção da limitação de	Recomendação atendida, pois, houve cumprimento das metas de resultado primário fixadas na LDO - item 8.1 RESULTADO PRIMÁRIO.





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				empenho e movimentação financeira, se necessário, nos termos dos arts. 8º e 9º da LRF;	
2023	537950 /2023	108/2024	22/10/2024	iv. assegure que os registros contábeis observem o disposto nos arts. 83 a 103 da Lei n.º 4.320/1964. se abstenha de abrir créditos adicionais por excesso de arrecadação se não houver saldos suficientes nas fontes de recursos;	Recomendação não atendida, conforme demonstrado no item 3.1.3.1 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
2023	537950 /2023	108/2024	22/10/2024	v. envie, dentro do prazo designado pela legislação, via Sistema Aplic, as contas anuais de governo a este Tribunal, cumprindo o determinado no inciso IV do artigo 1º da Resolução Normativa nº 36/2012 deste TCE/MT e no artigo 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso;	Recomendação não atendida, pois, as contas anuais foram enviadas a este Tribunal, em atraso - Item 11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE.
2023	537950 /2023	108/2024	22/10/2024	b. por recomendar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, com fulcro no artigo 22, I, da Lei Orgânica do TCE /MT, para que, quando do julgamento das presentes contas, recomende ao Chefe do Poder Executivo. i. que as audiências públicas para avaliação do cumprimento das metas fiscais sejam realizadas de acordo com os prazos estabelecidos na LRF;	Ponto não avaliado neste relatório.
2023	537950 /2023	108/2024	22/10/2024	ii. que envie a ata da audiência referente às Leis Orçamentárias a fim de comprovar a sua regular realização	Ponto não avaliado neste relatório
2023	537950 /2023	108/2024	22/10/2024	iii. que implante medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais;	Recomendação não atendida, embora o índice atingido de 60,47% seja melhor do que o obtido em 2023.
2023	537950 /2023	108/2024	22/10/2024	iv. adote providências concretas para a melhoria do Índice de Gestão Fiscal no próximo exercício;	Recomendação atendida. O IGFM Geral o município ficou com o score de 0,56 que é de "Gestão em Dificuldade". Contudo, este resultado é melhor do que o obtido em 2023 - Item 2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024.
2023	537950 /2023	108/2024	22/10/2024	v. que nos próximos exercícios encaminhe além do convite para participação popular na audiência pública, a ata da referida audiência a fim de comprovar a sua regular realização;	Ponto não analisado neste relatório.





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2022	90050/2022	110/2023	26/10/2023	recomendando ao Poder Legislativo Municipal que, quando da deliberação destas contas: a) determine ao atual Chefe do Poder Executivo do Município que: I) adote medidas efetivas no sentido de que o balanço geral anual e os respectivos demonstrativos contábeis sejam encaminhados a este Tribunal, com dados e informações fidedignas, assegurando que os fatos contábeis estejam devidamente registrados à luz das disposições normativas aplicáveis, e das Instruções, Manuais e Procedimentos Contábeis da STN;	Recomendação não atendida, conforme demonstrado no 5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS
2022	90050/2022	110/2023	26/10/2023	II) proceda, segundo o princípio da gestão fiscal responsável (§ 1º do art. 1º da LRF), ao controle das receitas e das despesas, mediante exame atento dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, adotando, se necessário, em caso de aumento de gastos e de queda das receitas previstas, especialmente as de transferências correntes que, eventualmente, constituam o maior parte da receita do Município; medidas efetivas à luz da prescrição do art. 9º da LRF, para se evitar que o resultado orçamentário se apresente deficitário ao final do exercício financeiro, e com vistas à assegurar que haja disponibilidades financeiras para custear despesas inscritas em restos a pagar nas fontes até 31-12, garantindo assim o equilíbrio das contas públicas;	Recomendação atendida, pois, houve o cumprimento das metas resultado primário fixadas na LDO - item 8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO.
2022	90050/2022	110/2023	26/10/2023	III) observe e cumpra as metodologias e os parâmetros de cálculos previstos no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), editado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para se definir a resultado primário que constará do Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;	Este ponto não será avaliado neste relatório, pois, as contas anuais de 2022 foram apreciadas em 26/10 /2023, quando a LDO já tinha sido aprovada pela Câmara.
				IV) acompanhe o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, comparando as receitas de capital	





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2022	90050/2022	110/2023	26/10/2023	realizadas com as previstas para o período, adotando, se necessário, em caso de aquelas apresentarem baixa efetividade, as medidas previstas no artigo 9º, §§ 1º, 2º e 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de assegurar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, e os custos ou resultados dos programas na gestão orçamentária;	Recomendação atendida, pois, houve o cumprimento das metas de resultado primário fixadas na LDO - item 8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO.
2022	90050/2022	110/2023	26/10/2023	V) realize à luz do princípio da gestão fiscal responsável (§ 1º do art. 1º da LRF), avaliação em cada fonte, mês a mês, da ocorrência ou não de recursos disponíveis (superávit ou excesso de arrecadação), mediante exame atento dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, para que, em sendo constatada existência de saldo ou estando as receitas estimadas dentro da tendência observada para o exercício financeiro, se possa, então, promover abertura de créditos adicionais, em cumprimento ao disposto no art. 167, inciso II, da CF e nos artigos 43 e 59 da Lei 4.320/64;	Recomendação não atendida, pois, foram abertos créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação e superávit financeiro - item 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.
2022	90050/2022	110/2023	26/10/2023	b) recomende ao atual Chefe do Poder Executivo que elabore e implemente um plano de ação no sentido de, não só, assegurar a cobrança dos tributos de sua competência, como também de viabilizar a máxima efetividade na arrecadação destes, a fim de aumentar as Receitas Próprias do Município, visto que as transferências correntes, no exercício de 2022, corresponderam a 83,44% do total da receita arrecadada, sobre o qual as receitas tributárias próprias representaram apenas 7,44%; ressaltando-se o fato de que a manifestação, ora exarada, baseia-se, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que representam adequadamente a	Recomendação não atendida, uma vez, que o município contribuiu com apenas 14,25% de receitas próprias do município em relação à receita total arrecadada, conforme item 4. 1.





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				posição financeira, orçamentária e patrimonial dos atos e fatos registrados até 31-12-2022, bem como o resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à Administração Pública - Lei Federal 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000	4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS.

Control-p

13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Considerando a relevância da transparência pública na aferição da responsabilidade legal, social e como indicador da boa e regular governança pública - em especial por garantir o acesso às prestações de contas e demais informações e serviços públicos, em observância aos princípios constitucionais e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação - este Tribunal de Contas, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio de outros Tribunais de Contas brasileiros e instituições do sistema, instituíram o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos em todo o país.

De acordo com a metodologia nacionalmente padronizada, os portais avaliados são classificados a partir dos índices obtidos, que variam de 0 a 100%. Assim, a metodologia definiu níveis de transparência para cada faixa de índices, conforme se demonstra abaixo:

Faixa de Transparência	Nível Mínimo de Transparência	Requisito Adicional
Diamante	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
Ouro	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
Prata	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
Elevado	Entre 75% e 100%	Menos de 100% dos critérios essenciais
Intermediário	Entre 50% e 74%	-





Faixa de Transparência	Nível Mínimo de Transparência	Requisito Adicional
Básico	Entre 30% e 49%	-
Inicial	Entre 1% e 29%	-
Inexistente	0%	-

Fonte: Cartilha PNTP 2024

Assim, apresenta-se abaixo o resultado da avaliação realizada em 2024 acerca da transparência da Prefeitura Municipal de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, cujos resultados foram homologados por este Tribunal mediante Acórdão 918/2024 - PV.

EXERCÍCIO	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
2023	0.4832	Básico
2024	0.6047	Intermediário

Conforme se observa, os índices revelam níveis intermediários de transparência da Prefeitura Municipal de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, sendo imprescindível a implementação de medidas para garantir níveis mais elevados.

As avaliações completas e demais informações atinentes ao ciclo de 2024, assim como toda metodologia e ferramentas do PNTP, estão disponíveis em www.radardatransparencia.atricon.org.br.

1) No exercício de 2024, a Prefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade atingiu o índice de transparência de 60,47% (<https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html>).

Sugere-se a expedição de recomendação à atual gestão da Prefeitura Municipal de para que implemente medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais.

13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

A Lei n.º 14.164/2021 alterou a Lei 9.394/1996 (LDB Nacional), determinando no §9º, do art. 26, a inclusão de temas transversais, conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino





fundamental e do ensino médio, e no art. 2º, instituiu a realização da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” a se realizar preferencialmente no mês de março.

Assim, a publicação desse normativo incentiva a comunidade escolar a uma reflexão sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher, bem como permite o debate desse tema desde a infância (Fonte: Agência Senado).

Dada a importância do tema foram avaliadas as ações adotadas pelo município:

1) Não foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. OC99.

Dispositivo Normativo:

Lei 14.164/2021

1.1) Não foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. - OC99

A Secretaria Geral de Controle Externo elaborou questionário, Ofício n.º 4/2025/2ª SECEX, sobre as ações preventivas de violência contra a mulher, que deveria ser respondido e enviado por todos os municípios, via sistema Aplic, entretanto, a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade não enviou resposta.

O Anexo 6 - Demonstrativo da Despesa por Programa de Trabalho - da Lei Orçamentária Anual não consta a alocação de recursos para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher (doc. digital n.º 404779 /2024 (fls. 8/22).

2) Não foram realizadas ações relativas ao cumprimento da Lei n.º 14.164/2021. OB02.

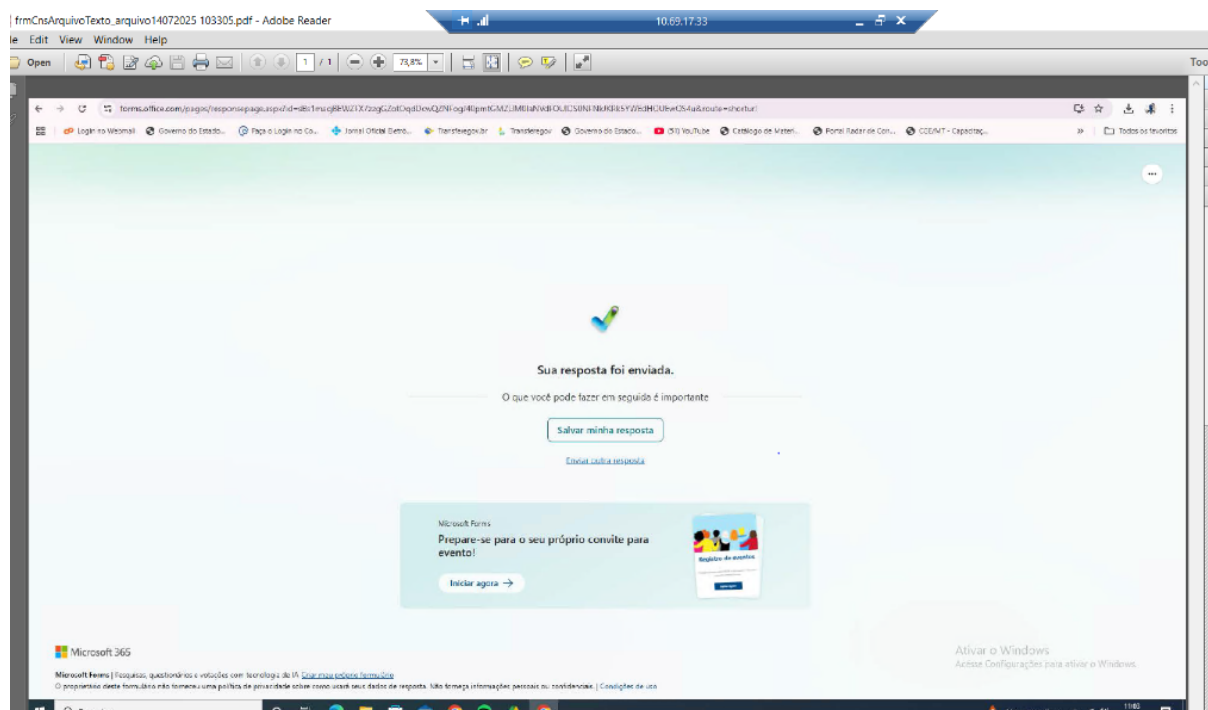


Dispositivo Normativo:

Lei n.º 14.164/2021

2.1) Não foram realizadas nenhuma ação relativa ao cumprimento da Lei n.º 14.164 /2021. - **OB02**

Registra-se que em resposta ao Ofício n.º 4/2025/2ª SECEX, a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade encaminhou, via APLIC, o documento 173- identificado como “Questionário sobre ações preventivas de violência contra a mulher”, contudo, ao visualizar o documento, constata-se que foi encaminhado o documento abaixo:



3) Não foram inseridos nos currículos escolares conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996. OC19.

Dispositivo Normativo:





Art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996 e Lei nº 14.164/2021

3.1) *Não adoção de providências para inclusão no currículo escolar, de conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher.* -

OC19

A Secretaria Geral de Controle Externo elaborou questionário sobre as ações preventivas de violência contra a mulher, que deveria ser respondido e enviado por todos os municípios, via sistema Aplic, entretanto, a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade não enviou resposta.

4) Não foi instituída/realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2024, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 1.164/2021. OC20.

Dispositivo Normativo:

Lei nº 14.164/2021

4.1) *Ausência de instituição e realização da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, conforme determina a lei Federal 14.164/2021* - **OC20**

A Secretaria Geral de Controle Externo elaborou questionário sobre as ações preventivas de violência contra a mulher, incluindo informações sobre a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, que deveria ser respondido e enviado por todos os municípios, via sistema Aplic, contudo, a Prefeitura não enviou resposta.

13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)

A Decisão Normativa n.º 7/2023 - PP/TCE-MT homologou as soluções técnico-jurídicas produzidas na Mesa Técnica n.º 4/2023, que teve como objetivo estabelecer consenso sobre questões relacionadas ao vínculo empregatício e à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate





às Endemias (ACE). Essa decisão visa promover o cumprimento dos dispositivos legais e constitucionais que regulamentam essas categorias, especialmente aqueles introduzidos pelas Emendas Constitucionais n.º 51/2006 e n.º 120/2022.

Dessa forma, foram analisados os seguintes pontos destacados na Decisão Normativa n.º 7/2023:

1) O Salário inicial percebido pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE) se encontra no patamar correspondente ao montante de, no mínimo, 02 (dois) salários-mínimos conforme estabelece a Emenda Constitucional n.º 120/2022.

As folhas de pagamento dos ACEs e ACSs, podem ser conferidos no sistema Aplic, no caminho: informes mensais/ documentos diversos / item 166.

2) Houve pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE conforme abaixo: 40% (quarenta por cento) do vencimento ou salário-base para os agentes que executam atividades de grau máximo; 20% (vinte por cento) do vencimento ou salário-base para os agentes que executam atividades de grau médio; 10% (dez por cento) do vencimento ou salário-base para os agentes que executam atividades de grau mínimo.

3) Houve concessão de RGA para a categoria de forma igualitária com as demais carreiras.

4) A previsão de aposentadoria especial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE) não foi considerada no cálculo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). ZA01.

Dispositivo Normativo:

Art. 8º da DN 07/2023

4.1) Ausência da previsão da aposentadoria especial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE) no cálculo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social. - ZA01

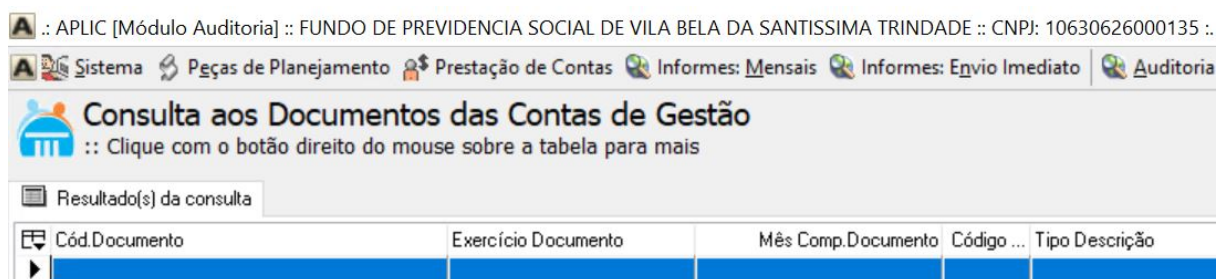
O art. 8º da Decisão Normativa TCE-MT n.º 07/2023 - PP estabelece que os gestores municipais devem assegurar que no cálculo atuarial no RPPS seja





considerado o impacto da aposentadoria especial dos profissionais ACS e ACE, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 120/2022.

As informações atuariais citadas no presente relatório foram obtidas por meio do [CADPREV](#) (Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA), visto a inexistência de encaminhamento dos documentos de prestação de contas do RPPS de Vila Bela da Santíssima Trindade, referente ao exercício de 2024:



Desse modo, não foi possível acessar a íntegra da avaliação atuarial entregue em 2025, com data focal em 31/12/2024, bem como, atestar a inclusão do impacto da aposentadoria especial dos profissionais ACS e ACE no cálculo atuarial.

13. 4. OUVIDORIA

A existência de ouvidorias ou unidades responsáveis pelo recebimento de manifestações é uma exigência legal prevista na Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública. No contexto das contas de governo analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), a implementação dessas estruturas tem papel fundamental na promoção da transparência, no fortalecimento do controle social e na melhoria da gestão pública.

Com o objetivo de fomentar a criação e o funcionamento dessas unidades nos municípios, o TCE-MT lançou, em 2021, o projeto "Ouvidoria para





Todos", estruturado em quatro fases. A primeira fase consistiu em uma pesquisa de cenário sobre a existência das ouvidorias municipais, acompanhada da atualização cadastral.

Na segunda fase, foi emitida a Nota Técnica n.º 002/2021 (<https://www.tce.mt.gov.br/conteudo/download/nota-tecnica-no-02-2021-processo-no-6008572021/103596>), que dispõe sobre o posicionamento do TCE-MT quanto à adequação das unidades jurisdicionadas à Lei nº 13.460/2017, além da realização de um evento de sensibilização para gestores e servidores. A terceira fase teve foco na capacitação, por meio de um curso voltado à implantação e funcionamento das ouvidorias. Agora, na quarta e última fase, será realizada a fiscalização da efetiva implementação dessas unidades nos municípios.

O presente relatório técnico tem como propósito analisar a existência e o funcionamento das ouvidorias no âmbito municipal, bem como a existência e atualização de carta de serviços subsidiando a avaliação das contas de governo e contribuindo para o aprimoramento das políticas de transparência e participação cidadã.

- 1) Existe um ato formal de criação da Ouvidoria no âmbito da entidade pública. A ouvidoria foi criada pela Lei n.º 1073 de 11 de outubro de 2013.
- 2) Existe ato administrativo que designa oficialmente o responsável pela Ouvidoria. O responsável pela Ouvidoria foi designado pela Portaria n.º 419/2024.
- 3) Há regulamentação específica que estabelece as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria. A Ouvidoria está regulamentada na Lei de criação, Lei n.º 1.073/2013.
- 4) A entidade pública não disponibiliza Carta de Serviços ao Usuário atualizada com informações claras sobre os serviços prestados, requisitos, prazos e formas de acesso e com os canais disponíveis para contato com a Ouvidoria e para registro de manifestações.

Entretanto, esse fato não será considerado como irregularidade, uma vez, que a prefeitura não disponibiliza um documento "Carta de Serviços", todavia,





disponibiliza no endereço eletrônico <https://ouvidoria.vilabeladasantissimatrinidade.mt.gov.br/>, as informações acima.

Dessa forma, esse ponto será objeto de recomendação

14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Considerando tudo que foi apresentado neste Relatório Preliminar, bem como no achado descrito, sugere-se que sejam expedidas, a Gestor, as seguintes recomendações:

- a. que se abstenha de abrir créditos adicionais por excesso de arrecadação e superávit financeiro se não houver saldos suficientes nas fontes de recursos - TÓPICO 3.1.3.1 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS;
- b. que empreenda esforços para melhoria das receitas próprias - TÓPICO 4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS;
- c. que os balanços sejam publicados em veículo oficial - TÓPICO 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS;
- d. que os balanços apresentados sejam assinados pelo titular da prefeitura e pelo Contado legalmente habilitado - TÓPICO 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS;
- e. que o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por fontes de recursos total do resultado financeiro seja convergente com dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - TÓPICO 5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO;
- f. que as Notas Explicativas da demonstrações contábeis sejam apresentadas em conformidade com as normas e orientações expedidas pela STN - TÓPICO 5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS;
- g. que seja realizada a apropriação por competência das férias, do abono constitucional de 1/3 de férias e da gratificação natalina, segundo as orientações MCASP da STN e dos Itens 7 e 69 da NBC SP 11 - TÓPICO 5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS;





- h. que os recursos do FUNDED recebidos no exercício e não aplicados, sejam aplicados até o encerramento do primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente - TÓPICO 6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB;
- i. que os repasses para o Poder Legislativo sejam realizados até o dia 20 de cada mês, em obediência ao art. 29-A, §2º, inc. II. da CF. - TÓPICO 6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL;
- j. que determine ao Secretário de Saúde do município, que adote providências para que sejam enviadas informações completas e corretas, ao sistema do DATASUS - TÓPICO - 9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE;
- k. que as contas de governo sejam encaminhadas ao dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36 /2012 - TCE/MT-TP. - TÓPICO 11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE;
- l. que sejam alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher - TÓPICO 13.2 - PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024);
- m. que implante medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais. - TÓPICO 13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA;
- n. que sejam realizadas ações visando o cumprimento da Lei n.º 14.164/2021 - TÓPICO 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024);
- o. que sejam inseridos nos currículos escolares conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996 - TÓPICO 13.2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024);
- p. que promova ações conjuntas com o RPPS, a fim de adotar medidas para fortalecer a governança e gestão, aprimorar a suficiência financeira, a acumulação de recursos, bem como a melhoria da situação atuarial. Essas ações visam garantir uma administração mais eficiente e sustentável dos recursos previdenciários, contribuindo para a melhoria da classificação no ISP - TÓPICO 7. 1. 1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP;





- q. que realize a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185/2015, para a sua implementação e obtenção da certificação institucional, conforme Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008/2024 - TÓPICO 7. 1. 2. PRÓ-GESTÃO RPPS;
- r. que adote providências relacionadas à discussão e viabilidade de aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios acerca das regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas ao seu RPPS, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial - TÓPICO 7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA;
- s. que, por intermédio do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), adote providências concretas para melhorar o índice de cobertura dos benefícios concedidos, de modo a fortalecer os ativos garantidores do plano de benefícios, compatibilizar o crescimento da provisão matemática e a política de custeio vigente e realizar o acompanhamento periódico do índice - TÓPICO 7. 2. 4. 1. ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS;
- t. que desenvolva um planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial - TÓPICO 7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS;
- u. que garanta a atualização do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS de Vila Bela da Santíssima Trindade, de acordo com as propostas registradas na avaliação atuarial - TÓPICO 7. 2. 5. 1. DA COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO COM A AVALIAÇÃO ATUARIAL; e
- v. que assegure a elaboração e o envio da demonstração de compatibilidade entre o plano de custeio dos benefícios previdenciários e a capacidade orçamentária e financeira do ente federativo, bem como dos limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar n.º 101/2000 - item 7.2.5.2. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO.





14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO

No entendimento desta equipe, o (a) Senhor (a) **JACOB ANDRE BRINGSKEN**, Prefeito do Município de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** - exercício **2024** deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

JACOB ANDRE BRINGSKEN - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 04/01/2021 a 31/12/2024

1) AA01 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVISSIMA_01. Percentual da receita base definida pela Constituição Federal e lei específica, aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE, abaixo do mínimo de 25% (art. 212 da Constituição Federal; art. 1º da Lei nº 14.113/2020).

1.1) Não foi aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal. - Tópico - 6. 2. EDUCAÇÃO

2) AA04 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVISSIMA_04. Encerramento do primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente sem a utilização de 100% dos recursos creditados pelo Fundeb no exercício (art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113 /2020).

2.1) Não foi aplicado até o encerramento do primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente 100% dos recursos creditados pelo Fundeb no exercício. - Tópico - 6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

3) CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03. Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).





3.1) *Não foi realizada a apropriação mensal das férias e 13º salário, em desacordo com os itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.*

- Tópico - 5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

4) CB04 CONTABILIDADE_GRAVE_04. Ausência de registros contábeis de atos e/ou fatos relevantes que implicam a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; e Lei nº 6.404/1976).

4.1) *Divergência nos registros das receitas das transferências constitucionais, quando se compara os registros da prefeitura com as informações do Banco do Brasil e STN.* - Tópico - 4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO

5) CB05 CONTABILIDADE_GRAVE_05. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

5.1) *O total do Patrimônio Líquido (Exercício de 2023) adicionado ao resultado patrimonial apurado na DVP (Exercício de 2024) e os ajustes de exercícios anteriores (se houver) não convergem com o total do Patrimônio Líquido do Exercício de 2024.* - Tópico - 5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

5.2) *O total do resultado financeiro não é convergente com o Quadro do Superávit /Déficit Financeiro por fontes de recursos.* - Tópico - 5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO

6) CB08 CONTABILIDADE_GRAVE_08. Demonstrações Contábeis sem assinaturas do titular ou representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado (Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330 /2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946).





6.1) *As Demonstrações contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo não foram assinadas pelo titular da Prefeitura ou o seu representante legal e pelo contador legalmente habilitado.* - Tópico - 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

7) CC09 CONTABILIDADE_MODERADA_09. Forma e/ou conteúdo das Demonstrações Contábeis divergente dos modelos estabelecidos nas normas contábeis (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

7.1) *As Notas Explicativas apresentadas não foi elaborada em conformidade com o disposto nas Instruções de Procedimentos Contábeis.* - Tópico - 5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

8) CC11 CONTABILIDADE_MODERADA_11. Ausência de notas explicativas nas Demonstrações Contábeis e/ou apresentação de notas explicativas sem o detalhamento mínimo previsto nas Normas de Contabilidade (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP).; NBC CTSP 02/2024).

8.1) *Não apresentação de notas explicativas ao Balanço Patrimonial que justifique a não congruência do saldo final do Ativo demonstrado no Balanço Patrimonial de 2023 com o saldo inicial de 2024, nesse mesmo balanço.* - Tópico - 5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

9) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

9.1) *Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964)* - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS





9.2) *Abertura de R\$ 246.896,80 em créditos adicionais por conta de recursos inexistente de superávit financeiro nas fontes de recursos 661 e 759 (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, da Lei nº 4.320/1964).* - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

10) LA04 PREVIDÊNCIA_GRAVISSIMA_04. Inobservância dos requisitos mínimos descritos no Parecer Atuarial constante da Avaliação Atuarial para a viabilidade de manutenção do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (art. 1º da Lei nº 9.717 /1998; art. 64 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e arts. 48 a 52 do Anexo VI da Portaria MTP nº 1.467/2022).

10.1) *Ausência de atualização do Plano de Amortização do Déficit Atuarial no exercício de 2024, em desacordo com a proposta registrada na avaliação atuarial de 2024 (data focal em 31/12/2023).* - Tópico - 7. 2. 5. 1. DA COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO COM A AVALIAÇÃO ATUARIAL

11) LB99 RPPS_GRAVE_99. Irregularidade referente a Regime Próprio de Previdência Social - RPPS não contemplada em classificação específica).

11.1) *Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.* - Tópico - 7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS

12) MB04 PRESTAÇÃO DE CONTAS_GRAVE_04. Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE-MT (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; arts. 208, caput, e 209 da Constituição Estadual; Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2021; Resolução Normativa do TCE-MT nº 3/2015; Resolução do TCE-MT de aprovação do leiaute do Sistema Aplic em cada exercício; arts. 157 e 171 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

12.1) *O Chefe do Poder Executivo não encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36 /2012 - TCE/MT-TP.* - Tópico - 11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE





13) MB99 PRESTAÇÃO DE CONTAS_GRAVE_99. Irregularidade referente a “Prestação de Contas” não contemplada em classificação específica).

13.1) *Ausência de demonstração da compatibilidade do plano de custeio aprovado pela Lei nº 1.613/2023 com a capacidade orçamentária e financeira do ente federativo, bem como com os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000.* - Tópico - 7. 2. 5. 2. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

14) NB06 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_06. Demonstrações Contábeis não publicadas na imprensa oficial (art. 37 da Constituição Federal).

14.1) *Ausência de publicação, em diário oficial, dos balanços consolidados enviados na prestação de contas anuais de governo* - Tópico - 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

15) OB02 POLÍTICAS PÚBLICAS_GRAVE_02. Ineficiência no planejamento, na execução, governança e/ou avaliação de programas ou ações do poder público para desenvolvimento, implementação e melhoria das políticas públicas na área de educação (arts. 6º, 37, caput, e 208 da Constituição Federal).

15.1) *Não foram realizadas nenhuma ação relativa ao cumprimento da Lei n.º 14.164/2021.* - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

16) OC19 POLÍTICAS PÚBLICAS_MODERADA_19. Currículo escolar da educação infantil, do ensino fundamental e/ou ensino médio, sem abranger os conteúdos mínimos exigidos pela legislação (art. 26 da Lei nº 9.394/1996).

16.1) *Não adoção de providências para inclusão no currículo escolar, de conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher.* - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)





17) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA_MODERADA_20. Ano letivo escolar sem a realização da “semana escolar de combate à violência contra a mulher” (art. 2º da Lei nº 14.164/2021).

17.1) *Ausência de instituição e realização da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, conforme determina a lei Federal 14.164/2021 - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)*

18) OC99 POLITICAS PÚBLICAS_MODERADA_99. Irregularidade referente a Políticas Públicas não contemplada em classificação específica).

18.1) *Não foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10 /2024)*

19) ZA01 DIVERSOS_GRAVISSIMA_01. Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

19.1) *Ausência da previsão da aposentadoria especial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE) no cálculo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social. - Tópico - 13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)*

14. 3. APÊNDICES

Este relatório possui apêndices quais podem ser acessados via ferramenta de leitura de PDF pela opção Anexos.

Em Cuiabá-MT, 30 de julho de 2025





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

ELIA MARIA ANTONIETO SIQUEIRA

AUDITOR PUBLICO EXTERNO
RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA

EDUARDO BENJOINO FERRAZ

AUDITOR PUBLICO EXTERNO





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

ANEXOS

**REL. PRELIMINAR CONTAS ANUAIS GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - 2024**

Anexo: 1 - ORÇAMENTO

Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPosição/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 4.510.000,00	R\$ 816.253,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 612.600,00	R\$ 4.713.653,59	4,51%
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 12.693.500,00	R\$ 1.289.363,66	R\$ 0,00	R\$ 287.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.449.300,00	R\$ 11.820.563,66	-6,87%
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 4.675.964,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.151.536,32	R\$ 3.524.428,48	-24,62%
DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 18.819.700,00	R\$ 4.424.432,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.326.023,56	R\$ 17.918.108,57	-4,79%
Fundo Man. Desen. Ed. Basica Val. Prof. Mag-FUNDEB	R\$ 22.112.064,00	R\$ 2.733.970,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.507.451,82	R\$ 22.338.582,52	1,02%





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
FUNDO MUN. CONSELHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	R\$ 451.000,00	R\$ 23.495,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 141.358,66	R\$ 333.136,75	-26,13%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 3.708.000,00	R\$ 1.059.991,02	R\$ 603.293,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.290.156,00	R\$ 4.081.128,47	10,06%
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	R\$ 50.000,00	R\$ 5.504.308,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 106.348,81	R\$ 5.447.959,47	10.795,91%
Fundo Municipal de Investimento Social	R\$ 160.000,00	R\$ 13.095,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 112.700,00	R\$ 260.395,00	62,74%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 35.252.236,00	R\$ 11.907.391,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.289.393,72	R\$ 35.870.233,99	1,75%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.567.918,60	R\$ 54.710,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 353.725,20	R\$ 1.268.903,40	-19,07%
GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO	R\$ 471.000,00	R\$ 331.601,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 371.820,08	R\$ 430.781,61	-8,53%
GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE	R\$ 760.000,00	R\$ 154.315,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 714.000,00	R\$ 200.315,17	-73,64%
PREVILA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	R\$ 7.245.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 7.260.000,00	0,20%
PROCURADORIA								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GERAL	R\$ 405.000,00	R\$ 1.669,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 112.320,00	R\$ 294.349,76	-27,32%
REABILITAÇÃO	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.000,00	R\$ 20.000,00	-75,00%
RESERVA LEGAL DO RPPS	R\$ 1.563.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 1.548.300,00	-0,96%
Sec. Mun. de Des. e Ges. do Dist. de Santa Clara	R\$ 1.273.650,00	R\$ 277.690,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.006.828,82	R\$ 544.511,18	-57,24%
SECRETARIA DE CULTURA	R\$ 2.060.700,00	R\$ 2.129.125,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 959.325,00	R\$ 3.350.500,00	62,59%
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	R\$ 1.035.000,00	R\$ 93.137,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 366.043,62	R\$ 762.093,85	-26,36%
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	R\$ 474.323,00	R\$ 235.813,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.975,00	R\$ 676.161,82	42,55%
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	R\$ 642.000,00	R\$ 271.378,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 205.000,00	R\$ 708.378,83	10,33%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$ 8.749.650,00	R\$ 1.846.375,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.466.670,29	R\$ 8.129.354,75	-7,08%
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R\$ 3.000.000,00	R\$ 1.535.630,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.380.085,94	R\$ 3.155.545,05	5,18%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTO E LAZER	R\$ 3.338.500,00	R\$ 822.696,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.168.525,72	R\$ 2.992.670,90	-10,35%
SECRETARIA								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
MUNICIPAL DE TURISMO	R\$ 1.570.000,00	R\$ 554.548,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 840.280,50	R\$ 1.284.267,87	-18,19%
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	R\$ 23.534.133,60	R\$ 13.440.005,91	R\$ 474.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.497.097,02	R\$ 30.951.042,49	31,51%
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	R\$ 270.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 67.136,24	R\$ 202.863,76	-24,86%
	R\$ 160.472.640,00	R\$ 49.635.999,81	R\$ 1.397.293,45	R\$ 287.000,00	R\$ 0,00	R\$ 41.704.702,32	R\$ 170.088.230,94	
Intraorçamentários								
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 190.000,00	R\$ 73.346,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 263.346,41	38,60%
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 60.000,00	R\$ 36.088,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.000,00	R\$ 82.088,25	36,81%
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.200,00	R\$ 1.800,00	-64,00%
DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	0,00%
Fundo Man. Desen. Ed. Basica Val. Prof. Mag-FUNDEB	R\$ 2.460.000,00	R\$ 532.819,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 464.204,60	R\$ 2.528.615,34	2,78%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
SOCIAL	R\$ 150.000,00	R\$ 30.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	R\$ 160.100,00	6,73%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 1.640.000,00	R\$ 667.455,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 337.899,58	R\$ 1.969.555,95	20,09%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.000,00	R\$ 79.000,00	-21,00%
GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO	R\$ 2.000,00	R\$ 4.706,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.706,24	235,31%
GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
PROCURADORIA GERAL	R\$ 40.000,00	R\$ 8.970,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 48.970,00	22,42%
Sec. Mun. de Des. e Ges. do Dist. de Santa Clara	R\$ 10.000,00	R\$ 1.788,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 8.788,57	-12,11%
SECRETARIA DE CULTURA	R\$ 15.000,00	R\$ 17.950,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 32.950,26	119,66%
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	R\$ 5.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.200,00	24,00%
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	R\$ 38.860,00	R\$ 15.605,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 54.465,16	40,15%
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	R\$ 1.000,00	R\$ 600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.600,00	60,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DE								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$ 220.000,00	R\$ 52.312,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 272.312,25	23,77%
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R\$ 20.000,00	R\$ 490,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.200,00	R\$ 15.290,96	-23,54%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTO E LAZER	R\$ 21.500,00	R\$ 9.227,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.727,13	42,91%
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	R\$ 9.000,00	R\$ 4.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.100,00	45,55%
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	R\$ 500.000,00	R\$ 131.743,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 631.743,95	26,34%
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.350,00	R\$ 21.650,00	-27,83%
	R\$ 5.527.360,00	R\$ 1.588.504,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881.854,18	R\$ 6.234.010,47	
TOTAL	R\$ 166.000.000,00	R\$ 51.224.504,46	R\$ 1.397.293,45	R\$ 287.000,00	R\$ 0,00	R\$ 42.586.556,50	R\$ 176.322.241,41	6,21%

APLIC > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Por Unidade Orçamentária>Dados Consolidados do Ente





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 1.2 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais
Financiados por Superávit**

Fonte (a)	Descrição da Fonte de Recurso (b)	Superávit/Déficit Financeiro - Exercício Anterior (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit							
500	Recursos não Vinculados de Impostos	-R\$ 5.878.400,84	R\$ 468.255,56	-R\$ 5.410.145,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.643.716,58	R\$ 0,00	R\$ 1.643.716,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 350.842,73	R\$ 0,00	R\$ 350.842,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 140.029,73	R\$ 0,00	R\$ 140.029,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 10.992,66	R\$ 0,00	R\$ 10.992,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
553	Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 83.389,71	R\$ 0,00	R\$ 83.389,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 2.294,13	R\$ 0,00	R\$ 2.294,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-R\$ 4.835,37	R\$ 0,00	-R\$ 4.835,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-R\$ 4.617.282,20	R\$ 0,00	-R\$ 4.617.282,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 594.479,62	R\$ 6.092,51	R\$ 600.572,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
601	Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 373.722,28	R\$ 0,00	R\$ 373.722,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 513,93	R\$ 0,00	R\$ 513,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 509,73	R\$ 0,00	R\$ 509,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 67.868,04	R\$ 0,00	R\$ 67.868,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	-R\$ 261.394,40	R\$ 7.981,00	-R\$ 253.413,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 211.581,92	R\$ 0,00	R\$ 211.581,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 988,30	R\$ 0,00	R\$ 988,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
660	Assistência Social - FNAS	R\$ 599.932,78	R\$ 0,00	R\$ 599.932,78	R\$ 101.000,00	R\$ 0,00	R\$ 75.830,90
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 296.844,78	R\$ 0,00	R\$ 296.844,78	R\$ 517.293,45	R\$ 220.448,67	R\$ 434.162,01
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-R\$ 2.595.582,80	R\$ 9.412,38	-R\$ 2.586.170,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 315.556,15	R\$ 37.025,00	R\$ 352.581,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	R\$ 750.820,50	R\$ 0,00	R\$ 750.820,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 562.885,56	R\$ 0,00	R\$ 562.885,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 1.728.843,76	R\$ 0,00	R\$ 1.728.843,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 1.095.848,41	R\$ 0,00	R\$ 1.095.848,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 94.221,75	R\$ 0,00	R\$ 94.221,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 32.439,94	R\$ 0,00	R\$ 32.439,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 75,73	R\$ 0,00	R\$ 75,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 150.256,87	R\$ 0,00	R\$ 150.256,87	R\$ 176.705,00	R\$ 26.448,13	R\$ 171.725,67
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 52.149.967,30	R\$ 0,00	R\$ 52.149.967,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 334.457,57	R\$ 0,00	R\$ 334.457,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 48.235.584,85	R\$ 528.766,45	R\$ 48.764.351,30	R\$ 794.998,45	R\$ 246.896,80	R\$ 681.718,58

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 1.3 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 73.135.933,14	R\$ 67.049.457,72	-R\$ 6.086.475,42	R\$ 309.940,00	R\$ 309.940,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 494.173,74	R\$ 1.554.286,09	R\$ 1.060.112,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 24.572.064,00	R\$ 24.320.870,82	-R\$ 251.193,18	R\$ 500.133,86	R\$ 500.133,86
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 1.473.000,00	R\$ 1.363.774,19	-R\$ 109.225,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 1.300.000,00	R\$ 423.406,17	-R\$ 876.593,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 474.600,00	R\$ 326.413,08	-R\$ 148.186,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 1.064.192,96	R\$ 400.084,45	-R\$ 664.108,51	R\$ 398.500,00	R\$ 398.500,00
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 4.876.392,96	R\$ 0,00	-R\$ 4.876.392,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências do Estado referentes a					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
571	Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 3.546.782,40	R\$ 4.239.860,33	R\$ 693.077,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 6.741.250,00	R\$ 8.162.711,24	R\$ 1.421.461,24	R\$ 1.351.783,69	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 4.431.000,00	R\$ 15.519,68	-R\$ 4.415.480,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 601.056,00	R\$ 465.722,51	-R\$ 135.333,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 4.932.250,00	R\$ 3.186.957,88	-R\$ 1.745.292,12	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 96,97	R\$ 96,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 261.800,00	R\$ 244.232,86	-R\$ 17.567,14	R\$ 103.411,00	R\$ 103.411,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 27.000,00	R\$ 143.903,53	R\$ 116.903,53	R\$ 13.095,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 19.866.420,00	R\$ 1.648.523,06	-R\$ 18.217.896,94	R\$ 263.000,00	R\$ 263.000,00
	Outras Transferências de Convênios ou					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
701	Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 4.121.300,00	R\$ 8.989.570,67	R\$ 4.868.270,67	R\$ 4.805.609,41	R\$ 0,00
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 596.428,80	R\$ 425.686,21	-R\$ 170.742,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 501.056,00	R\$ 478.540,34	-R\$ 22.515,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 100.000,00	R\$ 53.845,45	-R\$ 46.154,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.170.000,00	R\$ 370.082,47	-R\$ 799.917,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 251.100,00	R\$ 0,00	-R\$ 251.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 5.500,00	R\$ 0,00	-R\$ 5.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 2.528.400,00	R\$ 4.318.644,91	R\$ 1.790.244,91	R\$ 1.558.770,00	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 8.053.200,00	R\$ 11.853.301,26	R\$ 3.800.101,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 755.100,00	R\$ 620.305,57	-R\$ 134.794,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 166.000.000	R\$ 140.655.797,46	-R\$ 25.344.202,54	R\$ 9.804.242,96	R\$ 2.074.984,86

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiados por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 1.4 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação								
500	Recursos não Vinculados de Impostos	-R\$ 6.086.475,42	R\$ 309.940,00	R\$ 309.940,00	R\$ 67.049.457,72	R\$ 69.917.376,54	-R\$ 2.867.918,82	R\$ 309.940,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.060.112,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.554.286,09	R\$ 416.159,37	R\$ 1.138.126,72	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	-R\$ 251.193,18	R\$ 500.133,86	R\$ 500.133,86	R\$ 24.320.870,82	R\$ 24.733.920,49	-R\$ 413.049,67	R\$ 413.049,67
550	Transferência do Salário Educação	-R\$ 109.225,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.363.774,19	R\$ 1.436.246,27	-R\$ 72.472,08	R\$ 0,00
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	-R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-R\$ 876.593,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 423.406,17	R\$ 465.096,89	-R\$ 41.690,72	R\$ 0,00
	Transferências de Recursos do							





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
553	FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	-R\$ 148.186,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 326.413,08	R\$ 326.331,21	R\$ 81,87	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	-R\$ 664.108,51	R\$ 398.500,00	R\$ 398.500,00	R\$ 400.084,45	R\$ 400.063,73	R\$ 20,72	R\$ 0,00
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-R\$ 4.876.392,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 693.077,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.239.860,33	R\$ 1.908.343,19	R\$ 2.331.517,14	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.421.461,24	R\$ 1.351.783,69	R\$ 0,00	R\$ 8.162.711,24	R\$ 8.152.066,31	R\$ 10.644,93	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação							





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
601	da Rede de Serviços Públicos de Saúde	-R\$ 4.415.480,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.519,68	R\$ 47.214,70	-R\$ 31.695,02	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	-R\$ 135.333,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 465.722,51	R\$ 580.260,90	-R\$ 114.538,39	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	-R\$ 1.745.292,12	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 3.186.957,88	R\$ 3.098.718,85	R\$ 88.239,03	R\$ 0,00
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 96,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 96,97	R\$ 0,00	R\$ 96,97	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-R\$ 17.567,14	R\$ 103.411,00	R\$ 103.411,00	R\$ 244.232,86	R\$ 347.316,16	-R\$ 103.083,30	R\$ 103.083,30
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 116.903,53	R\$ 13.095,00	R\$ 0,00	R\$ 143.903,53	R\$ 2.100,00	R\$ 141.803,53	R\$ 0,00
	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos							





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
700	Congêneres da União	-R\$ 18.217.896,94	R\$ 263.000,00	R\$ 263.000,00	R\$ 1.648.523,06	R\$ 2.113.804,75	-R\$ 465.281,69	R\$ 263.000,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 4.868.270,67	R\$ 4.805.609,41	R\$ 0,00	R\$ 8.989.570,67	R\$ 811.211,33	R\$ 8.178.359,34	R\$ 0,00
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-R\$ 170.742,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 425.686,21	R\$ 0,00	R\$ 425.686,21	R\$ 0,00
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	-R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	-R\$ 22.515,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 478.540,34	R\$ 0,00	R\$ 478.540,34	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-R\$ 46.154,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 53.845,45	R\$ 73.469,00	-R\$ 19.623,55	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-R\$ 799.917,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 370.082,47	R\$ 418.496,93	-R\$ 48.414,46	R\$ 0,00
	Recursos de Operações de							





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
754	Crédito	-R\$ 251.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
755	Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	-R\$ 5.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 1.790.244,91	R\$ 1.558.770,00	R\$ 0,00	R\$ 4.318.644,91	R\$ 4.091.065,48	R\$ 227.579,43	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 3.800.101,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.853.301,26	R\$ 5.789.114,69	R\$ 6.064.186,57	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-R\$ 134.794,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 620.305,57	R\$ 362.404,18	R\$ 257.901,39	R\$ 0,00
		-R\$ 25.344.202,54	R\$ 9.804.242,96	R\$ 2.074.984,86	R\$ 140.655.797,46	R\$ 125.490.780,97	R\$ 15.165.016,49	R\$ 1.089.072,97

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Execução Orçamentaria vs Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 1.5 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
				R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos/Destações de Recursos > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 1.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
Alterações Orçamentárias											
01629 /2023	00004 /2024	R\$ 4.409.161,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.409.161,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00005 /2024	R\$ 85.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 85.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00018 /2024	R\$ 994.240,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 994.240,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00024 /2024	R\$ 1.882.700,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.882.700,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00032 /2024	R\$ 3.992.783,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.969.843,79	R\$ 22.940,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00033 /2024	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00041 /2024	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00042 /2024	R\$ 2.430.872,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.339.366,47	R\$ 91.506,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00045 /2024	R\$ 277.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 277.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629	00052	R\$				R\$					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2023	/2024	10.316.641,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5.112.531,61	R\$ 5.204.109,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00057 /2024	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00058 /2024	R\$ 2.596.554,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.046.554,82	R\$ 550.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00063 /2024	R\$ 1.300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00064 /2024	R\$ 2.629.249,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.629.249,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00065 /2024	R\$ 93.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 93.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00068 /2024	R\$ 3.741.720,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.236.720,00	R\$ 505.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00073 /2024	R\$ 500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00074 /2024	R\$ 3.390.310,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.390.310,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00082 /2024	R\$ 33.770,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.770,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00084 /2024	R\$ 8.225.436,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.755.436,27	R\$ 470.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00091 /2024	R\$ 537.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 537.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00094 /2024	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
01629 /2023	00095 /2024	R\$ 3.872.360,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.820.442,68	R\$ 1.051.917,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00097 /2024	R\$ 176.705,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 176.705,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00098 /2024	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01629 /2023	00099 /2024	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01634 /2024	00030 /2024	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01639 /2024	00036 /2024	R\$ 0,00	R\$ 217.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 217.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01645 /2024	00048 /2024	R\$ 0,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01650 /2024	00056 /2024	R\$ 0,00	R\$ 360.293,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.000,00	R\$ 0,00	R\$ 325.293,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01657 /2024	00078 /2024	R\$ 0,00	R\$ 474.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 474.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01660 /2024	00096 /2024	R\$ 50.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 76.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11629 /2024	00069 /2024	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 287.000,00	R\$ 0,00	R\$ 24.000,00	R\$ 263.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 51.224.504,46	R\$ 1.397.293,45	R\$ 287.000,00	R\$ 0,00	R\$ 42.309.556,50	R\$ 9.804.242,96	R\$ 0,00	R\$ 794.998,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$	R\$			R\$					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
		51.224.504,46	1.397.293,45	R\$ 287.000,00	R\$ 0,00	42.309.556,50	R\$ 9.804.242,96	R\$ 0,00	R\$ 794.998,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fontes de financiamento > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 2 - RECEITA

Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 142.854.002,19	R\$ 138.335.734,74	96,83%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 13.434.313,20	R\$ 11.071.850,74	82,41%
Receita de Contribuições	R\$ 5.164.044,00	R\$ 4.593.181,81	88,94%
Receita Patrimonial	R\$ 401.240,00	R\$ 3.054.479,73	761,26%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 148.336,00	R\$ 998.982,85	673,45%
Transferências Correntes	R\$ 123.347.727,25	R\$ 117.235.295,95	95,04%
Outras Receitas Correntes	R\$ 358.341,74	R\$ 1.381.943,66	385,65%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 41.366.580,77	R\$ 9.650.432,71	23,32%
Operações de Crédito	R\$ 251.100,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 41.110.480,77	R\$ 9.650.432,71	23,47%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 184.220.582,96	R\$ 147.986.167,45	80,33%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 13.453.440,00	-R\$ 13.139.882,42	97,66%
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 13.453.440,00	-R\$ 13.068.034,72	97,13%
Renúncias de Receita	R\$ 0,00	-R\$ 71.847,70	0,00%
Outras Deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 170.767.142,96	R\$ 134.846.285,03	78,96%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 4.760.100,00	R\$ 5.809.512,43	122,04%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 175.527.242,96	R\$ 140.655.797,46	80,13%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 129.400.562,19	R\$ 125.195.852,32	96,75%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 13.434.313,20	R\$ 11.000.003,04	81,88%
Receita de Contribuições	R\$ 5.164.044,00	R\$ 4.593.181,81	88,94%
Receita Patrimonial	R\$ 401.240,00	R\$ 3.054.479,73	761,26%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 148.336,00	R\$ 998.982,85	673,45%
Transferências Correntes	R\$ 109.894.287,25	R\$ 104.167.261,23	94,78%
Outras Receitas Correntes	R\$ 358.341,74	R\$ 1.381.943,66	385,65%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 41.366.580,77	R\$ 9.650.432,71	23,32%
Operações de Crédito	R\$ 251.100,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 41.110.480,77	R\$ 9.650.432,71	23,47%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	R\$ 4.760.100,00	R\$ 5.809.512,43	122,04%
IV- SUBTOTAL DA RECEITA	R\$ 175.527.242,96	R\$ 140.655.797,46	80,13%
V - OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 175.527.242,96	R\$ 140.655.797,46	80,13%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de Receitas Correntes (I)	R\$ 138.335.734,74
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para o FUNDEB) (II)	R\$ 71.847,70
(=) Subtotal (III) = (I - II)	R\$ 138.263.887,04
(-) Receita Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (IV)	R\$ 4.225.660,81
(-) Receita Compensação Financeira entre regimes previdenciários (V)	R\$ 828.235,41
(-) Deduções da Receita para formação do FUNDEB (VI)	R\$ 13.068.034,72
(=) RCL antes da dedução da Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VII) = (III-IV-V-VI)	R\$ 120.141.956,10
(-) Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VIII)	R\$ 1.609.501,77
(=) Receita Corrente Líquida (IX) = (VII - VIII)	R\$ 118.532.454,33
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da	





Receitas	Total R\$
CF) (X)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites de Endividamento (XI) = (IX-X)	R\$ 118.532.454,33
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (XII)	R\$ 0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (XIII)	R\$ 0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (XIX)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	R\$ 118.532.454,33

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)

DESCRIÇÃO	Total R\$
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 71.847,70
Receita de Contribuição	R\$ 0,00
Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Receita Agropecuária	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 0,00
Transferências Correntes	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 71.847,70

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I - Impostos	R\$ 12.044.205,80	R\$ 10.435.576,79	94,86%
IPTU	R\$ 912.384,00	R\$ 140.550,53	1,27%
IRRF	R\$ 3.631.821,80	R\$ 3.632.333,83	33,02%
ISSQN	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.729.315,59	24,81%
ITBI	R\$ 5.000.000,00	R\$ 3.933.376,84	35,75%
II - Taxas (Principal)	R\$ 167.640,00	R\$ 408.443,01	3,71%
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - Multas e Juros de Mora (Principal)	R\$ 182.867,40	R\$ 31.753,75	0,28%
V - Dívida Ativa	R\$ 921.400,00	R\$ 107.569,19	0,97%





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
VI -Multas e Juros de Mora (Div. Ativa)	R\$ 118.200,00	R\$ 16.660,30	0,15%
TOTAL	R\$ 13.434.313,20	R\$ 11.000.003,04	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).





Anexo: 3 - DESPESA

Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 124.066.371,52	R\$ 113.895.309,64	91,80%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 60.492.102,50	R\$ 58.390.188,73	96,52%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 63.574.269,02	R\$ 55.505.120,91	87,30%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 44.467.459,42	R\$ 6.425.280,13	14,44%
Investimentos	R\$ 44.074.498,72	R\$ 6.076.055,45	13,78%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 392.960,70	R\$ 349.224,68	88,87%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 1.554.400,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 170.088.230,94	R\$ 120.320.589,77	70,74%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 6.234.010,47	R\$ 5.851.909,78	93,87%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 6.234.010,47	R\$ 5.851.909,78	93,87%
VII - Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX - TOTAL DESPESA	R\$ 176.322.241,41	R\$ 126.172.499,55	71,55%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 4.510.000,00	R\$ 4.713.653,59	R\$ 4.555.018,12	R\$ 4.517.331,72	R\$ 4.517.070,32
04	Administração	R\$ 18.842.387,31	R\$ 21.387.926,06	R\$ 20.722.115,06	R\$ 20.093.326,33	R\$ 19.918.561,86
08	Assistência Social	R\$ 4.319.000,00	R\$ 4.674.660,22	R\$ 4.318.172,77	R\$ 4.121.302,95	R\$ 4.108.049,79
09	Previdência Municipal	R\$ 7.245.000,00	R\$ 7.260.000,00	R\$ 6.151.518,87	R\$ 6.149.032,24	R\$ 6.148.818,29
10	Saúde	R\$ 36.092.236,00	R\$ 36.090.549,16	R\$ 28.591.843,33	R\$ 26.690.633,27	R\$ 26.601.904,67
11	Trabalho	R\$ 1.153.304,29	R\$ 1.160.114,29	R\$ 1.160.114,29	R\$ 1.158.589,12	R\$ 1.158.589,12
12	Educação	R\$ 46.078.728,80	R\$ 44.211.901,18	R\$ 34.983.721,73	R\$ 34.132.040,99	R\$ 33.741.439,04
13	Cultura	R\$ 2.060.700,00	R\$ 3.350.500,00	R\$ 2.927.306,03	R\$ 2.907.186,93	R\$ 2.900.912,68
14	Direitos de Cidadania	R\$ 642.000,00	R\$ 708.378,83	R\$ 495.677,01	R\$ 492.044,04	R\$ 478.747,33
15	Urbanismo	R\$ 10.317.304,80	R\$ 10.583.945,61	R\$ 2.070.905,21	R\$ 1.664.603,37	R\$ 1.664.603,37
16	Habitação	R\$ 50.000,00	R\$ 5.447.959,47	R\$ 517.626,28	R\$ 517.626,28	R\$ 517.626,28
17	Saneamento	R\$ 12.693.500,00	R\$ 11.820.563,66	R\$ 2.937.543,12	R\$ 2.918.819,17	R\$ 2.889.443,76
18	Gestão Ambiental	R\$ 1.035.000,00	R\$ 762.093,85	R\$ 450.744,18	R\$ 398.787,04	R\$ 394.519,58
20	Agricultura	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.155.545,05	R\$ 2.531.425,49	R\$ 2.428.618,51	R\$ 2.388.274,81
23	Comércio e Serviços	R\$ 1.070.000,00	R\$ 1.234.267,87	R\$ 704.363,20	R\$ 615.674,82	R\$ 614.534,59
26	Transporte	R\$ 5.282.478,80	R\$ 8.881.820,50	R\$ 5.708.320,94	R\$ 5.658.269,15	R\$ 5.650.008,39
27	Desporto e Lazer	R\$ 3.338.500,00	R\$ 2.992.670,90	R\$ 1.440.629,46	R\$ 1.402.845,10	R\$ 1.385.590,24
28	Encargos Especiais	R\$ 844.800,00	R\$ 97.280,70	R\$ 53.544,68	R\$ 53.544,68	R\$ 53.544,68
99	Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	R\$ 1.897.700,00	R\$ 1.554.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 160.472.640,00	R\$ 170.088.230,94	R\$ 120.320.589,77	R\$ 115.920.275,71	R\$ 115.132.238,80
Despesa Intraorçamentária por Função						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
01	Legislativa	R\$ 190.000,00	R\$ 263.346,41	R\$ 250.152,78	R\$ 250.152,78	R\$ 250.152,78
04	Administração	R\$ 938.860,00	R\$ 1.116.929,93	R\$ 1.107.535,91	R\$ 1.107.535,91	R\$ 1.026.205,88
08	Assistência Social	R\$ 150.000,00	R\$ 160.100,00	R\$ 153.017,92	R\$ 153.017,92	R\$ 142.734,14
10	Saúde	R\$ 1.645.000,00	R\$ 1.969.555,95	R\$ 1.626.876,24	R\$ 1.626.876,24	R\$ 1.496.332,38
12	Educação	R\$ 2.472.000,00	R\$ 2.542.121,58	R\$ 2.535.321,58	R\$ 2.535.321,58	R\$ 2.340.749,20
13	Cultura	R\$ 15.000,00	R\$ 32.950,26	R\$ 32.950,26	R\$ 32.950,26	R\$ 30.185,53
14	Direitos de Cidadania	R\$ 1.000,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.065,04	R\$ 1.065,04	R\$ 1.065,04
17	Saneamento	R\$ 60.000,00	R\$ 82.088,25	R\$ 82.088,25	R\$ 82.088,25	R\$ 75.726,07
18	Gestão Ambiental	R\$ 5.000,00	R\$ 6.200,00	R\$ 6.153,31	R\$ 6.153,31	R\$ 5.674,20
20	Agricultura	R\$ 20.000,00	R\$ 15.290,96	R\$ 15.290,96	R\$ 15.290,96	R\$ 14.102,11
23	Comércio e Serviços	R\$ 9.000,00	R\$ 13.100,00	R\$ 10.730,40	R\$ 10.730,40	R\$ 9.899,40
27	Desporto e Lazer	R\$ 21.500,00	R\$ 30.727,13	R\$ 30.727,13	R\$ 30.727,13	R\$ 28.351,77
		R\$ 5.527.360,00	R\$ 6.234.010,47	R\$ 5.851.909,78	R\$ 5.851.909,78	R\$ 5.421.178,50
		R\$ 166.000.000,00	R\$ 176.322.241,41	R\$ 126.172.499,55	R\$ 121.772.185,49	R\$ 120.553.417,30

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa por Função/Subfunção > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
Execução Orçamentária - Programas de Governo Previsão e Execução					
2037	ACESSO A MORADIA	R\$ 50.000,00	R\$ 5.447.959,47	R\$ 517.626,28	9,50%
2058	ACESSO À SAÚDE E QUALIDADE NO ATENDIMENTO	R\$ 37.737.236,00	R\$ 38.060.105,11	R\$ 30.218.719,57	79,39%
2008	ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	R\$ 165.000,00	R\$ 112.410,00	R\$ 107.178,12	95,34%
2005	ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS	R\$ 579.616,16	R\$ 173,74	R\$ 0,00	0,00%
2003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$ 9.356.712,55	R\$ 10.088.350,82	R\$ 9.915.910,31	98,29%
2076	APOIO A IGUALDADE RACIAL	R\$ 627.000,00	R\$ 708.978,83	R\$ 496.742,05	70,06%
2012	APOIO À PRODUÇÃO VEGETAL	R\$ 150.000,00	R\$ 168.300,99	R\$ 36.284,77	21,55%
2053	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	R\$ 1.549.000,00	R\$ 1.271.455,87	R\$ 703.985,12	55,36%
2064	ATENÇÃO A FAMÍLIA	R\$ 4.268.000,00	R\$ 4.742.455,22	R\$ 4.419.980,57	93,20%
2015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E MELHORIA DO ABASTECIMENTO	R\$ 2.870.000,00	R\$ 3.002.535,02	R\$ 2.510.431,68	83,61%
2068	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER	R\$ 3.360.000,00	R\$ 3.023.398,03	R\$ 1.471.356,59	48,66%
2009	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 844.800,00	R\$ 97.280,70	R\$ 53.544,68	55,04%
2044	EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA	R\$ 37.413.283,60	R\$ 43.618.838,35	R\$ 22.606.284,42	51,82%
2027	EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 33.001.564,00	R\$ 32.347.939,68	R\$ 27.812.013,61	85,97%
2026	EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL	R\$ 4.030.964,80	R\$ 2.953.168,32	R\$ 587.483,38	19,89%
	EXPANSÃO E MELHORIA DO				





COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
2029	ENSINO SUPERIOR	R\$ 50.000,00	R\$ 5.881,50	R\$ 0,00	0,00%
2007	FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	R\$ 1.153.304,29	R\$ 1.160.114,29	R\$ 1.160.114,29	100,00%
2038	GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 1.018.000,00	R\$ 765.793,85	R\$ 454.443,50	59,34%
2032	GESTÃO DA EDUCAÇÃO	R\$ 423.000,00	R\$ 244.878,51	R\$ 99.579,12	40,66%
2035	INCENTIVO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS	R\$ 1.930.700,00	R\$ 3.383.450,26	R\$ 2.960.256,29	87,49%
1021	MANUTENCAO E ENCARGOS E GERENCIAMENTO DO PREVILA	R\$ 7.245.000,00	R\$ 7.260.000,00	R\$ 6.151.518,87	84,73%
2023	MERENDA ESCOLAR	R\$ 2.900.000,00	R\$ 2.292.760,00	R\$ 1.388.767,78	60,57%
2019	MODERNIZAR E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	R\$ 1.031.003,40	R\$ 435.840,26	R\$ 75.728,23	17,37%
2034	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	R\$ 145.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
1020	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$ 4.700.000,00	R\$ 4.977.000,00	R\$ 4.805.170,90	96,54%
2011	PUBLICIDADE E CONTROLE INSTITUCIONAL	R\$ 37.915,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 334.400,00	R\$ 6.100,00	R\$ 0,00	0,00%
2077	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 1.563.300,00	R\$ 1.548.300,00	R\$ 0,00	0,00%
0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
2022	TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 7.465.200,00	R\$ 8.598.772,59	R\$ 7.619.379,42	88,61%
		R\$ 166.000.000,00	R\$ 176.322.241,41	R\$ 126.172.499,55	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Programa > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS

Receita	Valor (R\$)
Receita Arrecadada (líquida das deduções) (I)	R\$ 140.655.797,46
Receitas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (II)	R\$ 12.473.606,83
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (III)	R\$ 0,00
Total Receita Ajustado (IV) = I - II + III	R\$ 128.182.190,63
Despesa	Valor (R\$)
Total da Despesa Empenhada (V)	R\$ 126.172.499,55
Despesas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (VI)	R\$ 6.151.518,87
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (VII)	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (VIII)	R\$ 0,00
Total Despesa Ajustado (IX) = V - VI + VII + VIII	R\$ 120.020.980,68
SUBTOTAL ANTES DO AJUSTE PREVISTO NO ITEM 6 DO ANEXO ÚNICO DA RN 43/2013 (X) = IV - IX	R\$ 8.161.209,95
Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro - Item 6 Anexo único da RN 43/2013 (XI)	R\$ 522.932,55
Resultado da Execução Ajustado (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (XII) = Se (X) <0; (X+XI); (X)	R\$ 8.161.209,95
APLIC	

Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário

Descrição	Valor (R\$)
(A) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS	R\$ 6.322.087,96
(B) RECEITA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 12.473.606,83
(C) DESPESA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 6.151.518,87
(D) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO RPPS AJUSTADA	R\$ 0,00
(E) RECEITA - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 12.473.606,83
(F) DESPESA - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 6.151.518,87
(G) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 0,00
(H) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT	





Descrição	Valor (R\$)
FINANCEIRO - RECURSOS NÃO VINCULADOS	R\$ 0,00
(I) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS	R\$ 522.932,55
(J) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - EXCETO RPPS (H+I)	R\$ 522.932,55
(K) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCLUSIVE RPPS (D+H+I)	R\$ 522.932,55
(L) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO A SER CONSIDERADA NO QUADRO RESULTADO DA EXECUÇÃO	R\$ 522.932,55
APLIC	





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro
(Exercício Corrente) - Inclusive RPPS**

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
Recursos Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 67.049.457,72	R\$ 69.917.376,54	-R\$ 2.867.918,82	-R\$ 5.410.145,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.867.918,82	-R\$ 4.220.736,59
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.554.286,09	R\$ 416.159,37	R\$ 1.138.126,72	R\$ 1.643.716,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.138.126,72	R\$ 2.781.843,30
		R\$ 68.603.743,81	R\$ 70.333.535,91	-R\$ 1.729.792,10	-R\$ 3.766.428,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.729.792,10	-R\$ 1.438.893,29
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
	Transferências do FUNDEB Impostos e								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
540	Transferências de Impostos	R\$ 24.320.870,82	R\$ 24.733.920,49	-R\$ 413.049,67	R\$ 350.842,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 413.049,67	-R\$ 61.541,21
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 1.363.774,19	R\$ 1.436.246,27	-R\$ 72.472,08	R\$ 140.029,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 72.472,08	R\$ 67.557,65
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 423.406,17	R\$ 465.096,89	-R\$ 41.690,72	R\$ 10.992,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 41.690,72	-R\$ 15.698,06
	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
553	ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 326.413,08	R\$ 326.331,21	R\$ 81,87	R\$ 83.389,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 81,87	R\$ 83.471,58
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 400.084,45	R\$ 400.063,73	R\$ 20,72	R\$ 2.294,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20,72	R\$ 2.314,85
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.835,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.835,37
	Transferências do Estado referentes a Convênios e								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
571	Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 4.239.860,33	R\$ 1.908.343,19	R\$ 2.331.517,14	-R\$ 4.617.282,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.331.517,14	-R\$ 2.285.765,06
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 8.162.711,24	R\$ 8.152.066,31	R\$ 10.644,93	R\$ 600.572,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.644,93	R\$ 611.217,06
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
601	provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 15.519,68	R\$ 47.214,70	-R\$ 31.695,02	R\$ 373.722,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 31.695,02	R\$ 342.027,26
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
602	destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 513,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 513,93
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
603	COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 509,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 509,73
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 465.722,51	R\$ 580.260,90	-R\$ 114.538,39	R\$ 67.868,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 114.538,39	-R\$ 46.670,35
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 3.186.957,88	R\$ 3.098.718,85	R\$ 88.239,03	-R\$ 253.413,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 88.239,03	-R\$ 165.174,37
	Transferências do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
631	Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 96,97	R\$ 0,00	R\$ 96,97	R\$ 211.581,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 96,97	R\$ 211.678,89
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 988,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 988,30
	Transferência de Recursos do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
660	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 244.232,86	R\$ 423.147,06	-R\$ 178.914,20	R\$ 599.932,78	R\$ 75.830,90	R\$ 75.830,90	-R\$ 103.083,30	R\$ 421.018,58
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 143.903,53	R\$ 436.262,01	-R\$ 292.358,48	R\$ 296.844,78	R\$ 434.162,01	R\$ 296.844,78	R\$ 4.486,30	R\$ 4.486,30
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 1.648.523,06	R\$ 2.113.804,75	-R\$ 465.281,69	-R\$ 2.586.170,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 465.281,69	-R\$ 2.051.452,11
	Outras Transferências de								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
701	Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 8.989.570,67	R\$ 811.211,33	R\$ 8.178.359,34	R\$ 352.581,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.178.359,34	R\$ 2.515.940,49
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 750.820,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 750.820,50
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 425.686,21	R\$ 0,00	R\$ 425.686,21	R\$ 562.885,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 425.686,21	R\$ 988.571,77





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 478.540,34	R\$ 0,00	R\$ 478.540,34	R\$ 1.728.843,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 478.540,34	R\$ 2.207.384,10
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.095.848,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.095.848,41
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 53.845,45	R\$ 73.469,00	-R\$ 19.623,55	R\$ 94.221,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 19.623,55	R\$ 74.598,20
	Recursos da Contribuição para o Custeio do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
751	Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 370.082,47	R\$ 418.496,93	-R\$ 48.414,46	R\$ 32.439,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 48.414,46	-R\$ 15.974,52
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75,73
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 4.318.644,91	R\$ 4.262.791,15	R\$ 55.853,76	R\$ 150.256,87	R\$ 171.725,67	R\$ 150.256,87	R\$ 55.853,76	R\$ 206.110,63
		R\$ 59.578.446,82	R\$ 49.687.444,77	R\$ 9.891.002,05	R\$ 46.355,13	R\$ 681.718,58	R\$ 522.932,55	R\$ 10.263.677,73	R\$ 4.938.022,91
Recursos utilizados na UG RPPS									
	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
800	Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 11.853.301,26	R\$ 5.789.114,69	R\$ 6.064.186,57	R\$ 52.149.967,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.064.186,57	R\$ 59.131.902,19
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 620.305,57	R\$ 362.404,18	R\$ 257.901,39	R\$ 334.457,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 257.901,39	R\$ 592.358,96
		R\$ 12.473.606,83	R\$ 6.151.518,87	R\$ 6.322.087,96	R\$ 52.484.424,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.322.087,96	R\$ 59.724.261,15
>>>>	>>>>	R\$ 140.655.797,46	R\$ 126.172.499,55	R\$ 14.483.297,91	R\$ 48.764.351,30	R\$ 681.718,58	R\$ 522.932,55	R\$ 14.855.973,59	R\$ 63.223.390,77

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR

Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2017	R\$ 764,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 764,50
2021	R\$ 0,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,02
2022	R\$ 2.335.536,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 52.537,66	R\$ 390.623,76	R\$ 1.892.374,77
2023	R\$ 17.343.643,19	R\$ 0,00	-R\$ 168.272,09	R\$ 7.684.497,99	R\$ 138.142,69	R\$ 9.352.730,42
2024	R\$ 0,00	R\$ 4.400.314,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.400.314,06
	R\$ 19.679.943,90	R\$ 4.400.314,06	-R\$ 168.272,09	R\$ 7.737.035,65	R\$ 528.766,45	R\$ 15.646.183,77
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2017	R\$ 90,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90,00
2020	R\$ 387,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 387,50
2021	R\$ 3.294,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.294,10
2022	R\$ 136.531,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.751,53	R\$ 0,00	R\$ 112.780,45
2023	R\$ 2.160.049,96	R\$ 0,00	R\$ 168.272,09	R\$ 1.976.695,16	R\$ 30.546,92	R\$ 321.079,97
2024	R\$ 0,00	R\$ 1.218.768,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.218.768,19
	R\$ 2.300.353,54	R\$ 1.218.768,19	R\$ 168.272,09	R\$ 2.000.446,69	R\$ 30.546,92	R\$ 1.656.400,21
TOTAL	R\$ 21.980.297,44	R\$ 5.619.082,25	R\$ 0,00	R\$ 9.737.482,34	R\$ 559.313,37	R\$ 17.302.583,98

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo -
Exceto RPPS (Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E- F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 456.139,71	R\$ 161.854,07	R\$ 798.214,79	R\$ 919.311,19	R\$ 368.993,67	R\$ 0,00	-R\$ 1.792.234,01	R\$ 2.791.314,04	-R\$ 4.583.548,05
501 - Outros Recursos não Vinculados	R\$ 3.194.416,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.194.416,52	R\$ 412.573,22	R\$ 2.781.843,30
	R\$ 3.650.556,23	R\$ 161.854,07	R\$ 798.214,79	R\$ 919.311,19	R\$ 368.993,67	R\$ 0,00	R\$ 1.402.182,51	R\$ 3.203.887,26	-R\$ 1.801.704,75
RECURSOS VINCULADOS									
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 325.421,18	R\$ 27.545,44	R\$ 237.580,18	R\$ 0,00	R\$ 420.535,49	R\$ 0,00	-R\$ 360.239,93	R\$ 0,00	-R\$ 360.239,93
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 140.088,20	R\$ 0,00	R\$ 64.967,47	R\$ 0,00	R\$ 6.230,87	R\$ 0,00	R\$ 68.889,86	R\$ 552,21	R\$ 68.337,65





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 2.530,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.275,00	R\$ 9.324,78	R\$ 0,00	-R\$ 11.068,93	R\$ 11.587,45	-R\$ 22.656,38
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 83.596,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 125,32	R\$ 0,00	R\$ 83.471,58	R\$ 0,00	R\$ 83.471,58
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 2.314,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.314,85	R\$ 0,00	R\$ 2.314,85
570 - Transferências do Governo Federal referentes a									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 3.880,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.715,41	R\$ 0,00	-R\$ 4.835,37	R\$ 0,00	-R\$ 4.835,37
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 505.949,64	R\$ 0,00	R\$ 48.277,31	R\$ 2.272.558,60	R\$ 56,16	R\$ 0,00	-R\$ 1.814.942,43	R\$ 470.822,63	-R\$ 2.285.765,06
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.044.022,29	R\$ 361,95	R\$ 48.807,69	R\$ 21.886,53	R\$ 123.235,34	R\$ 0,00	R\$ 849.730,78	R\$ 251.372,15	R\$ 598.358,63





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E- F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 393.595,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.183,78	R\$ 0,00	R\$ 376.411,96	R\$ 34.384,70	R\$ 342.027,26
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da	R\$ 513,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 513,93	R\$ 0,00	R\$ 513,93





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
COVID-19 no bojo da ação 21C0.									
603 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 509,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 509,73	R\$ 0,00	R\$ 509,73
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
para profissionais da enfermagem	R\$ 463,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.133,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 46.670,35	R\$ 0,00	-R\$ 46.670,35
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 350.779,19	R\$ 945,71	R\$ 5.440,93	R\$ 129.642,66	R\$ 6.018,93	R\$ 0,00	R\$ 208.730,96	R\$ 350.838,05	-R\$ 142.107,09
631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 208.292,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 208.292,98	R\$ 0,00	R\$ 208.292,98
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
vinculados à Saúde	R\$ 988,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 988,30	R\$ 0,00	R\$ 988,30
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 441.428,56	R\$ 2.711,42	R\$ 2.271,51	R\$ 2.490,00	R\$ 1.109,07	R\$ 0,00	R\$ 432.846,56	R\$ 17.680,82	R\$ 415.165,74
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 22.461,34	R\$ 3.690,33	R\$ 3.459,31	R\$ 0,00	R\$ 723,69	R\$ 0,00	R\$ 14.588,01	R\$ 10.101,71	R\$ 4.486,30
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-R\$ 7.986,05	R\$ 165.318,15	R\$ 7.108,85	R\$ 1.855.019,46	R\$ 53.996,11	R\$ 0,00	-R\$ 2.089.428,62	R\$ 0,00	-R\$ 2.089.428,62
701 - Outras Transferências de Convênios ou									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 8.510.350,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.993.266,77	R\$ 1.081,99	R\$ 0,00	R\$ 2.516.001,59	R\$ 61,10	R\$ 2.515.940,49
703 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	R\$ 750.820,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 750.820,50	R\$ 0,00	R\$ 750.820,50
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 988.571,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 988.571,77	R\$ 0,00	R\$ 988.571,77
708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 2.207.384,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.207.384,10	R\$ 0,00	R\$ 2.207.384,10
749 - Outras									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
vinculações de transferências	R\$ 1.098.045,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.197,48	R\$ 0,00	R\$ 1.095.848,41	R\$ 0,00	R\$ 1.095.848,41
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 74.669,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 74.669,99	R\$ 71,79	R\$ 74.598,20
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 58.226,54	R\$ 70.477,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.580,89	R\$ 0,00	-R\$ 15.832,25	R\$ 142,27	-R\$ 15.974,52
754 - Recursos de Operações de Crédito	R\$ 75,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75,73	R\$ 0,00	R\$ 75,73
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 218.067,76	R\$ 0,00	R\$ 2.164,80	R\$ 0,02	R\$ 1.153,42	R\$ 0,00	R\$ 214.749,52	R\$ 8.638,89	R\$ 206.110,63
	R\$ 17.425.063,83	R\$ 271.050,90	R\$ 420.078,05	R\$ 10.326.272,92	R\$ 655.268,73	R\$ 0,00	R\$ 5.752.393,23	R\$ 1.156.253,77	R\$ 4.596.139,46
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 21.075.620,06	R\$ 432.904,97	R\$ 1.218.292,84	R\$ 11.245.584,11	R\$ 1.024.262,40	R\$ 0,00	R\$ 7.154.575,74	R\$ 4.360.141,03	R\$ 2.794.434,71





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

APLIC> UG: Prefeitura> CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente (Exceto RPPS).





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-R\$ 524.127,04	R\$ 3.571,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 253.314,72	R\$ 0,00	-R\$ 781.013,36	R\$ 0,00	-R\$ 781.013,36
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 598.402,15	R\$ 1.351,05	R\$ 213,95	R\$ 0,00	R\$ 1.991,56	R\$ 0,00	R\$ 594.845,59	R\$ 2.486,63	R\$ 592.358,96
	R\$ 74.275,11	R\$ 4.922,65	R\$ 213,95	R\$ 0,00	R\$ 255.306,28	R\$ 0,00	-R\$ 186.167,77	R\$ 2.486,63	-R\$ 188.654,40
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 74.275,11	R\$ 4.922,65	R\$ 213,95	R\$ 0,00	R\$ 255.306,28	R\$ 0,00	-R\$ 186.167,77	R\$ 2.486,63	-R\$ 188.654,40

APLIC> UG: RPPS > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo
(Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 38.037,80	R\$ 90,00	R\$ 261,40	R\$ 0,00	R\$ 2.160,82	R\$ 0,00	R\$ 35.525,58	R\$ 37.686,40	-R\$ 2.160,82
	R\$ 38.037,80	R\$ 90,00	R\$ 261,40	R\$ 0,00	R\$ 2.160,82	R\$ 0,00	R\$ 35.525,58	R\$ 37.686,40	-R\$ 2.160,82
RECURSOS VINCULADOS									
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 38.037,80	R\$ 90,00	R\$ 261,40	R\$ 0,00	R\$ 2.160,82	R\$ 0,00	R\$ 35.525,58	R\$ 37.686,40	-R\$ 2.160,82

APLIC > UG: Câmara > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Quadro: 6.1 - Dívida Ativa

Tipo de Dívida Ativa	A receber (R\$) (a)	Recebida (R\$) (b)	Baixada (R\$) (c)	Saldo Final (R\$) (d) = a - b - c
Dívida Ativa Tributária	R\$ 7.409.710,48	R\$ 124.229,49	R\$ 64.003,89	R\$ 7.221.477,10
Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 80.257,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 80.257,76
TOTAL	R\$ 7.489.968,24	R\$ 124.229,49	R\$ 64.003	R\$ 7.301.734,86

APLIC

Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 21.690.392,62	R\$ 38.037,80	R\$ 21.728.430,42
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 18.189.102,18	R\$ 40.198,62	R\$ 18.229.300,80
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 3.501.290,44	-R\$ 2.160,82	R\$ 3.499.129,62

Relatório Contas de Governo > Anexo: Dívida > Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - EXCETO RPPS						
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 756.065,58	R\$ 4.974.641,35	-R\$ 4.218.575,77	R\$ 38.037,80	R\$ 40.198,62	-R\$ 2.160,82
501 - Outros Recursos não Vinculados	R\$ 3.194.416,52	R\$ 412.573,22	R\$ 2.781.843,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 624.119,90	R\$ 685.661,11	-R\$ 61.541,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 140.088,20	R\$ 72.530,55	R\$ 67.557,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 2.530,85	R\$ 18.228,91	-R\$ 15.698,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 83.596,90	R\$ 125,32	R\$ 83.471,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 2.314,85	R\$ 0,00	R\$ 2.314,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 3.880,04	R\$ 8.715,41	-R\$ 4.835,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 505.949,64	R\$ 2.791.714,70	-R\$ 2.285.765,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.054.728,78	R\$ 443.511,72	R\$ 611.217,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 393.595,74	R\$ 51.568,48	R\$ 342.027,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
602 - Transferências Fundo a Fundo de						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 513,93	R\$ 0,00	R\$ 513,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
603 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 509,73	R\$ 0,00	R\$ 509,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 463,53	R\$ 47.133,88	-R\$ 46.670,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621 - Transferências						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 334.911,91	R\$ 500.086,28	-R\$ 165.174,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 211.678,89	R\$ 0,00	R\$ 211.678,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 988,30	R\$ 0,00	R\$ 988,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 447.281,40	R\$ 26.262,82	R\$ 421.018,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 22.461,34	R\$ 17.975,04	R\$ 4.486,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 4.083,96	R\$ 2.055.536,07	-R\$ 2.051.452,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701 - Outras						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 8.510.350,35	R\$ 5.994.409,86	R\$ 2.515.940,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
703 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	R\$ 750.820,50	R\$ 0,00	R\$ 750.820,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 988.571,77	R\$ 0,00	R\$ 988.571,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 2.207.384,10	R\$ 0,00	R\$ 2.207.384,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
749 - Outras vinculações de transferências	R\$ 1.098.045,89	R\$ 2.197,48	R\$ 1.095.848,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 74.669,99	R\$ 71,79	R\$ 74.598,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Iluminação Pública - COSIP	R\$ 58.226,54	R\$ 74.201,06	-R\$ 15.974,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
754 - Recursos de Operações de Crédito	R\$ 75,73	R\$ 0,00	R\$ 75,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 218.067,76	R\$ 11.957,13	R\$ 206.110,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	R\$ 21.690.392,62	R\$ 18.189.102,18	R\$ 3.501.290,44	R\$ 38.037,80	R\$ 40.198,62	-R\$ 2.160,82
TOTAL	R\$ 21.690.392,62	R\$ 18.189.102,18	R\$ 3.501.290,44	R\$ 38.037,80	R\$ 40.198,62	-R\$ 2.160,82

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes - Acumulado até o mês de dezembro.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS

Fontes de Recursos	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - RPPS			
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 59.388.788,51	R\$ 256.886,32	R\$ 59.131.902,19
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 598.402,15	R\$ 6.043,19	R\$ 592.358,96
	R\$ 59.987.190,66	R\$ 262.929,51	R\$ 59.724.261,15
TOTAL	R\$ 59.987.190,66	R\$ 262.929,51	R\$ 59.724.261,15

APLIC: UG RPPS > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes





**Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")
Exceto RPPS**

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 693.221,91
1. Dívida Mobiliária	R\$ 0,00
2. Dívida Contratual	R\$ 693.221,91
2.1. Empréstimos	R\$ 380.042,76
2.1.1. Internos	R\$ 380.042,76
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 300.451,57
2.3.1. Internos	R\$ 300.451,57
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 12.727,58
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 12.727,58
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 0,00
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
3. Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos	R\$ 0,00
4. Outras Dívidas	R\$ 0,00
DEDUÇÕES (II)	R\$ 18.961.245,59
5. Disponibilidade de Caixa	R\$ 18.961.245,59
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 21.113.657,86
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 1.220.817,93
5.3. (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 931.594,34
6. Demais Haveres Financeiros	R\$ 0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)	-R\$ 18.268.023,68
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)	R\$ 118.532.454,33
% da DC sobre a RCL Ajustada	0,58%
% da DCL sobre a RCL Ajustada	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 142.238.945,19
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	R\$ 1.814,36
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 95.137.941,22
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 15.475.292,23
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00





Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	R\$ 0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 0,00
APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição)	

Quadro: 6.6 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 349.224,68
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 349.224,68
Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R\$ 118.532.454,33
% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL Ajustada <11,5% RCL>	0,29%
APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária	

Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43 /2001)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
Mobiliária	R\$ 0,00
Empréstimos	R\$ 0,00
Aquisição Financiada de Bens e Serviços de Arrendamento Mercantil Financeiro	R\$ 0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	R\$ 0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	R\$ 0,00
Operações de crédito não sujeitas aos limites para fins de contratação (art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I))	R\$ 0,00
TOTAL (II)	R\$ 0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR (R\$)
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III)	R\$ 118.532.454,33
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	R\$ 0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V)=(II+IV-I)	R\$ 0,00
% DA DÍVIDA CONTRATADA SOBRE A RCL AJUSTADA (VI) =V / III x 100	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS <16% RCL>	R\$ 18.965.192,69





OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <90% x16% RCL>	R\$ 17.068.673,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA <60% RCL>	R\$ 71.119.472,59

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Pública Contratada

Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	RPNP LIQUIDADOS E NÃO PAGOS	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
2017	R\$ 764,50	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 0,00	R\$ 764,50
2021	R\$ 0,02	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 0,00	R\$ 0,02
2022	R\$ 2.335.536,19	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 443.161,42	R\$ 1.892.374,77
2023	R\$ 17.343.643,19	R\$ 0,00	-R\$ 168.272	R\$ 7.822.640,68	R\$ 9.352.730,42
2024	R\$ 0,00	R\$ 4.400.314,06	R\$ 0	R\$ 0,00	R\$ 4.400.314,06
	R\$ 19.679.943,90	R\$ 4.400.314,06	-R\$ 168.272	R\$ 8.265.802,10	R\$ 15.646.183,77
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
2017	R\$ 90,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90,00
2020	R\$ 387,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 387,50
2021	R\$ 3.294,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.294,10
2022	R\$ 136.531,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.751,53	R\$ 112.780,45
2023	R\$ 2.160.049,96	R\$ 0,00	R\$ 168.272,09	R\$ 2.007.242,08	R\$ 321.079,97
2024	R\$ 0,00	R\$ 1.218.768,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.218.768,19
	R\$ 2.300.353,54	R\$ 1.218.768,19	R\$ 168.272,09	R\$ 2.030.993,61	R\$ 1.656.400,21
TOTAL	R\$ 21.980.297,44	R\$ 5.619.082,25	R\$ 0,00	R\$ 10.296.795	R\$ 17.302.583,98

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES / ARO				
21881010300 - ENCARGOS SOCIAIS -				





TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
OUTRAS ENTIDADES (F)	R\$ 14.363,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.363,66
21881010500 - RESSARCIMENTOS E RESTITUIÇÕES (F)	R\$ 0,00	R\$ 2.862,09	R\$ 636,02	R\$ 2.226,07
21881011000 - PENSÃO ALIMENTÍCIA (F)	R\$ 0,00	R\$ 3.762,00	R\$ 3.762,00	R\$ 0,00
21881011100 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA (F)	R\$ 88.908,11	R\$ 128.552,97	R\$ 143.552,97	R\$ 73.908,11
21881011500 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	R\$ 7.354,39	R\$ 1.267.306,87	R\$ 1.205.691,83	R\$ 68.969,43
21881019900 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS (F)	R\$ 385.410,33	R\$ 10.219.203,57	R\$ 10.130.571,14	R\$ 474.042,76
21881030100 - DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL (F)	R\$ 3.195,12	R\$ 10.844,92	R\$ 10.740,04	R\$ 3.300,00
21881990000 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS (F)	R\$ 6.263,40	R\$ 4.750,92	R\$ 1.393,52	R\$ 9.620,80
21882010100 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	R\$ 13.136,08	R\$ 168.063,83	R\$ 179.039,09	R\$ 2.160,82
21882010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F)	R\$ 162.052,81	R\$ 660.019,63	R\$ 593.026,94	R\$ 229.045,50
21882010800 - ISS (F)	R\$ 36.253,29	R\$ 791.283,13	R\$ 786.460,48	R\$ 41.075,94
21883010200 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	R\$ 251.754,70	R\$ 73.996,52	R\$ 82.253,18	R\$ 243.498,04
21883010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	R\$ 0,00	R\$ 3.179.814,95	R\$ 3.064.968,64	R\$ 114.846,31
21883019900 - OUTRAS CONSIGNAÇÕES (F)	R\$ 4.672,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.672,06
	R\$ 973.363,95	R\$ 16.510.461,40	R\$ 16.202.095,85	R\$ 1.281.729,50





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO

Título	Saldo Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 19.679.943,90	R\$ 15.646.183,77
Restos a Pagar Processados	R\$ 2.300.353,54	R\$ 1.656.400,21
Depósitos/Consignações/ARO	R\$ 973.363,95	R\$ 1.281.729,50
TOTAL	R\$ 22.953.661,39	R\$ 18.584.313,48

APLIC





Anexo: 7 - EDUCAÇÃO

Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita de Impostos (I)	R\$ 10.549.898,16
1.1 IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 233.977,25
1.2 ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 3.935.137,57
1.3 ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 2.748.449,51
1.4 IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 3.632.333,83
1.5 ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	R\$ 67.480.406,02
2.1 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 21.780.231,65
2.2 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "d" e "e", da CF/88)	R\$ 1.823.118,20
2.3 Cota-Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 31.661.825,35
2.4 Cota-Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
2.5 Cota-Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 10.348.566,73
2.6 Cota-Parte IPVA da CF/88)	R\$ 1.866.664,09
2.7 Cota-Parte IOF s/ Ouro - Imposto Parte IPVA (Art. 158, III, sobre Operações Financeiras (Art. 153, §5º CF)	R\$ 0,00
2.8 Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 e LC 194/2022)	R\$ 0,00
Total da Receita base - MDE (III) = (I+II)	R\$ 78.030.304,18
Total destinado ao Fundeb (IV)	R\$ 13.068.034,72
Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)	R\$ 19.507.576,04

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB

Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
1. Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 24.320.870,82
1.1 Principal (1.7.5.1.50.0). Fonte 1.540	R\$ 24.261.029,68
1.2 Rendimento de Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.540	R\$ 59.841,14
1.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.540	R\$ 0,00
2. Fundeb - Complementação da União - VAAF	R\$ 0,00
2.1 Principal (1.7.1.5.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00





Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
3. Fundeb - Complementação da União - VAAT	R\$ 0,00
3.1 Principal (1.7.1.5.50.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
3.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
3.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
4. Fundeb - Complementação da União - VAAR	R\$ 0,00
4.1 Principal (1.7.1.5.52.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
4.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
4.3 Fundeb - Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
5. Total Receita Recebida do Fundeb (1+2+3+4)	R\$ 24.320.870,82
6. Resultado Líquido das Transferências (Receita Recebida FUNDEB (1.540) - Dedução para o FUNDEB)	R\$ 11.192.994,96
Recursos Recebidos em Exercícios Anteriores e Não Utilizados (Superávit)	
7. Total do recurso do superávit	R\$ 350.842,73
8. Total dos recursos do Fundeb disponíveis para utilização (5+7)	R\$ 24.671.713,55

Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS

Descrição	Valor (R\$)
Receita Recebida do FUNDEB - Principal (A)	R\$ 24.261.029,68
Total destinado ao FUNDEB (B)	R\$ 13.068.034,72
Resultado Líquido das Transferências (C)= A-B	R\$ 11.192.994,96





Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$
Despesas com recursos do FUNDEB	R\$ 24.733.920,49	R\$ 24.733.920,49	R\$ 24.496.340,31	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Sem disponibilidade de Caixa) (e) R\$	Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (f) R\$
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 24.733.920,49	R\$ 24.733.920,49	R\$ 24.496.340,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 413.049,67
FUNDEB - Complementação da União (Fontes 541, 542 e 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 24.733.920,49	R\$ 24.733.920,49	R\$ 24.496.340,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 413.049,67

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB

Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, XI. Fontes 1.540, 1.541 e 1.542 Função 12. Natureza de despesa 1. CAEO: 1070 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13, 3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 70%)	R\$ 23.003.254,12	R\$ 0,00	R\$ 23.003.254,12	R\$ 24.320.870,82	94,58%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, XI). Fonte 1.542. Função 12. Categoria Econômica 4 Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 15%)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 1.542. Subfunção 365. Categoria econômica 3 e 4 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		REGULAR





Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo de 50%)					0,00%	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB

Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA

Descrição	Valor (R\$)
Total Receita Recebida do FUNDEB (A)	R\$ 24.320.870,82
Receita FUNDEB - Complementação União - VAAR - 1.543 (B)	R\$ 0,00
Receita Base para verificação do cumprimento do limite de 70% (C)= A-B	R\$ 24.320.870,82

Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Receita Recebida no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (A)	R\$ 24.320.870,82
Despesas Empenhada no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (B)	R\$ 24.733.920,49
RP FUNDEB inscrito sem Disponibilidade - Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (C)	R\$ 0,00
Desp Empenhada (FUNDEB) superior ao total das receitas recebidas no exercício (D)= (SE B-A,=0;0;B-A)	R\$ 413.049,67
Vlr. Máximo Permitido (E) A*10%	R\$ 2.432.087,08
Vlr. Não Aplicado (F)= A-(B-D)	R\$ 0,00
Vlr. Não Aplicado após ajustes (G) = F+(se(C-D<=0;0;C-D))	R\$ 0,00
Vlr. Não Aplicado excedente ao Máximo de 10% (H)= (se(G-E<=0; 0; G-E)	R\$ 0,00
% Não Aplicado (I)=G/A	0,00%

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB





Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO

Descrição	Valor (R\$)
Valor Empenhado FUNDEB - Fonte 1.540 (A)	R\$ 24.733.920,49
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.540 (B)	R\$ 24.320.870,82
FUNDEB - 1.540 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (C)= SE A-B>0	R\$ 413.049,67
Valor Empenhado FUNDEB - Complementação União - Fontes 1.541, 1.542, 1.543 (D)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.541 (E)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.542 (F)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.543 (G)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB Complementação União (1.541, 1.542 e 1.543) (H)	R\$ 0,00
FUNDEB - 1.541, 1.542 E 1.543 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (I)= SE D-H>0	R\$ 0,00

Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB

Descrição	valor (R\$)
Valor máximo de superávit permitido no exercício anterior (A)	R\$ 2.241.717,72
Valor não aplicado no exercício anterior (B)	R\$ 1.393.101,41
Valor de superávit aplicado até o primeiro quadrimestre (C)	R\$ 0,00
Valor de superávit permitido no exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (D)	R\$ 1.393.101,41

APLIC





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 456.139,71	R\$ 161.854,07	R\$ 798.214,79	R\$ 919.311,19	R\$ 368.993,67	R\$ 0,00	-R\$ 1.792.234,01	R\$ 349.534,77	R\$ 349.534,77
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 325.421,18	R\$ 27.545,44	R\$ 237.580,18	R\$ 0,00	R\$ 420.535,49	R\$ 0,00	-R\$ 360.239,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAF (Fonte 541)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAT (Fonte 542)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
FUNDEB - Complementação da União VAAR (Fonte 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTALIZAÇÃO									
TOTAL (Fontes 540 + 541 +542)	R\$ 325.421,18	R\$ 27.545,44	R\$ 237.580,18	R\$ 0,00	R\$ 420.535,49	R\$ 0,00	-R\$ 360.239,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL - FUNDEB COMPL UNIÃO (FONTES 541 + 542 + 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Processados - De Exercícios Anteriores (B)	RP Não Processados de Exercícios Anteriores (C)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (D)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes de cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados (E) = A - B - C - D	Cancelamento, no exercício, de RPNP de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (F)	Cancelamento, no exercício, de RPNP Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (G) (G) = SE (E<=0, 0, SE(E<F, F-E, F))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 3.257,45	R\$ 1.709.450,42	R\$ 4.252.099,37	R\$ 278.302,93	-R\$ 6.236.595,27	R\$ 5.521,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 713.443,83	R\$ 268.244,25	R\$ 0,00	R\$ 386.837,56	R\$ 58.362,02	R\$ 665,73	R\$ 665,73
TOTAL	R\$ 716.701,28	R\$ 1.977.694,67	R\$ 4.252.099,37	R\$ 665.140,49	-R\$ 6.178.233,25	R\$ 6.186,73	R\$ 665,73

APLIC





Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$
Despesas com MDE custeadas com receita de impostos- Exceto FUNDEB (A)	R\$ 7.796.912,43
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica) (B)	R\$ 0,00
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (C)	R\$ 0,00
Despesas considerada como Aplicação em MDE (D)=A+B-C	R\$ 7.796.912,43
Apuração do Limite Constitucional com Ações Típicas de MDE	Valor(R\$)
Total das receitas transferidas ao FUNDEB (E)	R\$ 13.068.034,72
(-) Receitas do FUNDEB não utilizadas no exercício, em valor superior a 10% (F)	R\$ 0,00
(-) Superávit permitido no exercício imediatamente anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (G)	R\$ 1.393.101,41
(-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (H)	R\$ 349.534,77
(-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino (I)	R\$ 665,73
(=) Total das despesas para fins de limite (J)=D+E-F-G-H-I	R\$ 19.121.645,24
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (K)	R\$ 78.030.304,18
Percentual aplicado na MDE (L) = (J/K) %	24,50%
Percentual mínimo de aplicação em MDE (M)	25%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (N) = (L-M)	-0,49%
Situação (O)	IRREGULAR

APLIC

Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos

Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos





Anexo: 8 - SAÚDE

Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 10.549.898,16
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 233.977,25
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 3.935.137,57
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 2.748.449,51
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 3.632.333,83
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Transferências (II)	R\$ 65.657.287,82
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 21.780.231,65
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 10.348.566,73
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 1.866.664,09
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 31.661.825,35
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (LC 194/2022)	R\$ 0,00
Total da Receita base - ASPS (III) = (I+II)	R\$ 76.207.185,98
Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)	R\$ 11.431.077,89

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (b)	Inscritos em RPP - Do Exercício (c)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (e)	Insuficiência Financeira no Consórcio (f)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (g) = a - b - c - d - e - f	Inscritos em RPNP - Do Exercício (h)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (i)=SE (G<=0, H, Se (G>=H,0,H-G)
500 e 502 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 456.139,71	R\$ 161.854,07	R\$ 798.214,79	R\$ 919.311,19	R\$ 368.993,67	R\$ 0,00	-R\$ 1.792.234,01	R\$ 1.088.408,42	R\$ 1.088.408,42
APLIC									





Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Descrições	Valor (R\$)
Despesa Corrente (IV)	R\$ 17.506.213,18
Despesa de Capital (V)	R\$ 196.667,40
Total das Despesa com ASPS (VI) = IV+V	R\$ 17.702.880,58
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (VII)	R\$ 1.088.408,42
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (VIII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (IX)	R\$ 0,00
(+) Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fontes/ destinação de Recursos 500 e 502 (X)	R\$ 0,00
(-) Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS (Inclusão pela Equipe Técnica) (XI)	R\$ 0,00
(=) Valor Aplicado em ASPS (XII) = VI-VII-VIII-IX+X-XI	R\$ 16.614.472,16
Receita base das ASPS (Conforme Quadro 8.1) (XIII)	R\$ 76.207.185,98
Percentual aplicado nas ASPS (XIV) = XII/XIII	21,80%
Percentual mínimo de aplicação nas ASPS (XV)	15%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (XVI)=XIV-XV	6,80%
SITUAÇÃO (XVII)	REGULAR
APLIC	





Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos





**Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS.
Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502**

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Empenhos





Anexo: 9 - PESSOAL

Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	R\$ 64.232.208,39	R\$ 9.890,12
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 58.443.093,70	R\$ 9.890,12
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 5.789.114,69	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5 + 2.6)	R\$ 5.789.114,69	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 5.789.114,69	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 58.443.093,70	R\$ 9.890,12
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP - STN (3a + 3b)	R\$ 58.452.983,82	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)





DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 61.268.498,76	R\$ 8.195,72
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 55.527.064,09	R\$ 8.195,72
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 5.741.434,67	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 5.741.434,67	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 5.741.434,67	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 55.527.064,09	R\$ 8.195,72
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (3a + 3b)	R\$ 55.535.259,81	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado

Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
DTP (I)	R\$ 58.452.983,82	R\$ 55.535.259,81	R\$ 2.917.724,01
RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (II)	R\$ 118.532.454,33		
% sobre a RCL Ajustada (III) = I / II x 100	49,31%	46,85%	2,46%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%	54%	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da			





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
LRF)	57%	51,30%	5,70%

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 64.232.208,39	R\$ 9.890,12	R\$ 61.268.498,76	R\$ 8.195,72	R\$ 2.963.709,63	R\$ 1.694,40
1. Pessoal Ativo	R\$ 58.443.093,70	R\$ 9.890,12	R\$ 55.527.064,09	R\$ 8.195,72	R\$ 2.916.029,61	R\$ 1.694,40
1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis:	R\$ 51.375.880,63	R\$ 1.694,40	R\$ 48.882.192,44	R\$ 0,00	R\$ 2.493.688,19	R\$ 1.694,40
1.2 Obrigações Patronais:	R\$ 7.067.213,07	R\$ 8.195,72	R\$ 6.644.871,65	R\$ 8.195,72	R\$ 422.341,42	R\$ 0,00
1.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 5.789.114,69	R\$ 0,00	R\$ 5.741.434,67	R\$ 0,00	R\$ 47.680,02	R\$ 0,00
2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas:	R\$ 4.864.358,22	R\$ 0,00	R\$ 4.846.002,22	R\$ 0,00	R\$ 18.356,00	R\$ 0,00
2.2 Pensões:	R\$ 924.756,47	R\$ 0,00	R\$ 895.432,45	R\$ 0,00	R\$ 29.324,02	R\$ 0,00
2.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF):	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	R\$ 5.789.114,69	R\$ 0,00	R\$ 5.741.434,67	R\$ 0,00	R\$ 47.680,02	R\$ 0,00
5.1 Indenizações por Demissão e						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
Incentivos à Demissão Voluntária:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.2 Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.3 Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 5.789.114,69	R\$ 0,00	R\$ 5.741.434,67	R\$ 0,00	R\$ 47.680,02	R\$ 0,00
5.5 Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198 §11, CF/88)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.6 Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.7 Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 58.443.093,70	R\$ 9.890,12	R\$ 55.527.064,09	R\$ 8.195,72	R\$ 2.916.029,61	R\$ 1.694,40
DTP	R\$ 58.452.983,82		R\$ 55.535.259,81		R\$ 2.917.724,01	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Despesa com Pessoal (Preliminar)





Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA

Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 11.157.995,81
Impostos	R\$ 10.063.864,84
IPTU	R\$ 496.487,81
IRRF	R\$ 2.745.697,87
ITBI	R\$ 4.986.073,39
ISSQN	R\$ 1.835.605,77
TAXAS	R\$ 1.094.130,97
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Transferências da União	R\$ 29.970.676,01
FPM	R\$ 20.838.125,51
Transf. ITR	R\$ 9.132.550,50
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
Transferências do Estado	R\$ 30.416.482,31
ICMS	R\$ 28.386.698,14
IPVA	R\$ 2.022.806,45
IPI (Exportação)	R\$ 0,00
CIDE	R\$ 6.977,72
TOTAL GERAL	R\$ 71.545.154,13
População do Município	17.384
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 5.008.160,78
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 4.977.000,00
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 4.805.170,90

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 4.974.333,28	R\$ 71.545.154,13	6,95%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 4.805.170,90	R\$ 71.545.154,13	6,71%	7,00%	





DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 2.917.724,01	R\$ 4.974.333,28	58,65%	70%	
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 2.917.724,01	R\$ 118.532.454,33	2,46%	6%	REGULAR

APLIC > Informes Mensais>Contabilidade>Lançamento Contábil>Razão Contábil> (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura - Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo - Limites Constitucionais e Legais - Quadro 1.7 - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)

Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)

DESCRIÇÃO	Valor Liquidado - R\$ (A)	Valor Inscrito em Restos a Pagar não Processados (B)
1. Pessoal Ativo. Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	R\$ 2.493.688,19	R\$ 1.694,40
2. Obrigações Patronais	R\$ 422.341,42	R\$ 0,00
3. Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4. Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5. Outras despesas lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Soma	R\$ 2.916.029,61	R\$ 1.694,40
Total Despesa com Folha de Pagamento	R\$ 2.917.724,01	

APLIC > Informes Mensais > Despesas>Despesas Orçamentária

Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos

DESCRIÇÃO	VALOR LIQUIDADO	VALOR INSCRITOS EM RPNP
Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Soma	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Gastos Inativos	R\$ 0,00	

APLIC > Informes Mensais > LRF > Despesa com Pessoal (Preliminar)

Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Despesas Câmara	R\$ 4.805.170,90
Gastos com Inativos	R\$ 0,00
Gasto Poder Legislativo - Art. 29-A CF	R\$ 4.805.170,90





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Despesa Orçamentária





Anexo: 11 - METAS FISCAIS

Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)

Receitas Primárias	Valor R\$
Receitas Primária Correntes (I)	R\$ 117.086.779,96
Receita Primária de Capital (II)	R\$ 9.650.432,71
Receita Primária Total (III) = I + II	R\$ 126.737.212,67

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais

Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)

Despesas Primárias	Despesa Paga R\$ (a)	Restos a Pagar Pagos R\$ (b)
Despesas Primária Correntes (IV)	R\$ 108.980.502,41	R\$ 3.936.885
Despesa Primária de Capital (V)	R\$ 5.242.991,23	R\$ 5.775.089,66
Despesa Primária Total (VI) = IVa+IVb+Va+Vb	R\$ 123.935.468,52	
Receita Primária (VII)	R\$ 126.737.212,67	
Resultado Primário (Acima da Linha) (VIII) = VII-VI	R\$ 2.801.744,15	
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (IX)	R\$ 871.440,00	
Juros Nominais	Valor (R\$)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (X)	R\$ 1.444.977,96	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XI)	R\$ 0,00	
Resultado Nominal (Sem RPPS) Acima da Linha (XII) = VIII + (X-XI)	R\$ 4.246.722,11	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (XIII)	R\$ 0,00	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais





Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A

Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 91.415.065,18	R\$ 75.075.997,47	R\$ 3.915.391,08	86,41%
2022	R\$ 103.000.261,90	R\$ 96.213.103,68	R\$ 3.761.400,21	97,06%
2023	R\$ 113.579.384,96	R\$ 99.836.247,09	R\$ 3.066.452,61	90,60%
2024	R\$ 131.005.364,75	R\$ 116.291.835,24	R\$ 3.455.384,18	91,40%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO

**Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12
/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)**

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 456.139,71	R\$ 1.081.165,26	R\$ 368.993,67	R\$ 0,00	R\$ 798.214,79	-R\$ 1.792.234,01	R\$ 2.791.314,04	-R\$ 4.583.548,05
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 3.194.416,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.194.416,52	R\$ 412.573,22	R\$ 2.781.843,30
		R\$ 3.650.556,23	R\$ 1.081.165,26	R\$ 368.993,67	R\$ 0,00	R\$ 798.214,79	R\$ 1.402.182,51	R\$ 3.203.887,26	-R\$ 1.801.704,75
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 325.421,18	R\$ 27.545,44	R\$ 420.535,49	R\$ 0,00	R\$ 237.580,18	-R\$ 360.239,93	R\$ 0,00	-R\$ 360.239,93
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 140.088,20	R\$ 0,00	R\$ 6.230,87	R\$ 0,00	R\$ 64.967,47	R\$ 68.889,86	R\$ 552,21	R\$ 68.337,65





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 2.530,85	R\$ 4.275,00	R\$ 9.324,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 11.068,93	R\$ 11.587,45	-R\$ 22.656,38
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 83.596,90	R\$ 0,00	R\$ 125,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 83.471,58	R\$ 0,00	R\$ 83.471,58
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 2.314,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.314,85	R\$ 0,00	R\$ 2.314,85
	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
570	vinculados à Educação	R\$ 3.880,04	R\$ 0,00	R\$ 8.715,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.835,37	R\$ 0,00	-R\$ 4.835,37
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 505.949,64	R\$ 2.272.558,60	R\$ 56,16	R\$ 0,00	R\$ 48.277,31	-R\$ 1.814.942,43	R\$ 470.822,63	-R\$ 2.285.765,06
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.044.022,29	R\$ 22.248,48	R\$ 123.235,34	R\$ 0,00	R\$ 48.807,69	R\$ 849.730,78	R\$ 251.372,15	R\$ 598.358,63
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal -								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
601	Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 393.595,74	R\$ 0,00	R\$ 17.183,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 376.411,96	R\$ 34.384,70	R\$ 342.027,26
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 513,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 513,93	R\$ 0,00	R\$ 513,93
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal -								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
603	Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 509,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 509,73	R\$ 0,00	R\$ 509,73
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 463,53	R\$ 47.133,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 46.670,35	R\$ 0,00	-R\$ 46.670,35
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 350.779,19	R\$ 130.588,37	R\$ 6.018,93	R\$ 0,00	R\$ 5.440,93	R\$ 208.730,96	R\$ 350.838,05	-R\$ 142.107,09
	Transferências do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
631	Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 208.292,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 208.292,98	R\$ 0,00	R\$ 208.292,98
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 988,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 988,30	R\$ 0,00	R\$ 988,30
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 441.428,56	R\$ 5.201,42	R\$ 1.109,07	R\$ 0,00	R\$ 2.271,51	R\$ 432.846,56	R\$ 17.680,82	R\$ 415.165,74
	Transferência de Recursos dos								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
661	Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 22.461,34	R\$ 3.690,33	R\$ 723,69	R\$ 0,00	R\$ 3.459,31	R\$ 14.588,01	R\$ 10.101,71	R\$ 4.486,30
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-R\$ 7.986,05	R\$ 2.020.337,61	R\$ 53.996,11	R\$ 0,00	R\$ 7.108,85	-R\$ 2.089.428,62	R\$ 0,00	-R\$ 2.089.428,62
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 8.510.350,35	R\$ 5.993.266,77	R\$ 1.081,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.516.001,59	R\$ 61,10	R\$ 2.515.940,49
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	R\$ 750.820,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 750.820,50	R\$ 0,00	R\$ 750.820,50
	Transferências da União Referentes								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
704	a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 988.571,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 988.571,77	R\$ 0,00	R\$ 988.571,77
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 2.207.384,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.207.384,10	R\$ 0,00	R\$ 2.207.384,10
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 1.098.045,89	R\$ 0,00	R\$ 2.197,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.095.848,41	R\$ 0,00	R\$ 1.095.848,41
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 74.669,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 74.669,99	R\$ 71,79	R\$ 74.598,20
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 58.226,54	R\$ 70.477,90	R\$ 3.580,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 15.832,25	R\$ 142,27	-R\$ 15.974,52





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 75,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75,73	R\$ 0,00	R\$ 75,73
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 218.067,76	R\$ 0,02	R\$ 1.153,42	R\$ 0,00	R\$ 2.164,80	R\$ 214.749,52	R\$ 8.638,89	R\$ 206.110,63
		R\$ 17.425.063,83	R\$ 10.597.323,82	R\$ 655.268,73	R\$ 0,00	R\$ 420.078,05	R\$ 5.752.393,23	R\$ 1.156.253,77	R\$ 4.596.139,46
RPPS									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-R\$ 524.127,04	R\$ 3.571,60	R\$ 253.314,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 781.013,36	R\$ 0,00	-R\$ 781.013,36
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 598.402,15	R\$ 1.351,05	R\$ 1.991,56	R\$ 0,00	R\$ 213,95	R\$ 594.845,59	R\$ 2.486,63	R\$ 592.358,96
		R\$ 74.275,11	R\$ 4.922,65	R\$ 255.306,28	R\$ 0,00	R\$ 213,95	-R\$ 186.167,77	R\$ 2.486,63	-R\$ 188.654,40
>>>>>>	TOTAL	R\$ 21.149.895,17	R\$ 11.683.411,73	R\$ 1.279.568,68	R\$ 0,00	R\$ 1.218.506,79	R\$ 6.968.407,97	R\$ 4.362.627,66	R\$ 2.605.780,31

APLIC





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	-R\$ 3.914.602,08	R\$ 2.179.362,08	R\$ 601.857,51	R\$ 0,00	R\$ 4.277.783,70	-R\$ 10.973.605,37	R\$ 9.521.755,87	-R\$ 20.495.361,24
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 2.705.613,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.705.613,95	R\$ 9.146,00	R\$ 2.696.467,95
		-R\$ 1.208.988,13	R\$ 2.179.362,08	R\$ 601.857,51	R\$ 0,00	R\$ 4.277.783,70	-R\$ 8.267.991,42	R\$ 9.530.901,87	-R\$ 17.798.893,29
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.188.731,17	R\$ 28.211,17	R\$ 559.686,23	R\$ 0,00	R\$ 254.534,33	R\$ 346.299,44	R\$ 0,00	R\$ 346.299,44
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 134.750,87	R\$ 0,00	R\$ 3.205,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 131.545,70	R\$ 22.110,40	R\$ 109.435,30
	Transferências de Recursos do FNDE referentes								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
552	ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-R\$ 8.029,58	R\$ 4.275,00	R\$ 6.958,32	R\$ 0,00	R\$ 84.515,45	-R\$ 103.778,35	R\$ 11.641,58	-R\$ 115.419,93
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 85.030,08	R\$ 0,00	R\$ 125,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 84.904,76	R\$ 0,00	R\$ 84.904,76
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 2.301,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.301,01	R\$ 0,00	R\$ 2.301,01
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 3.880,04	R\$ 0,00	R\$ 8.715,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.835,37	R\$ 0,00	-R\$ 4.835,37





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-R\$ 1.338.870,72	R\$ 3.254.669,69	R\$ 56,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.593.596,57	R\$ 73.564,28	-R\$ 4.667.160,85
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 997.906,57	R\$ 51.775,43	R\$ 119.929,00	R\$ 0,00	R\$ 82.227,27	R\$ 743.974,87	R\$ 800.257,00	-R\$ 56.282,13
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
601	Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 397.725,01	R\$ 0,00	R\$ 17.183,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 380.541,23	R\$ 0,00	R\$ 380.541,23
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 513,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 513,93	R\$ 0,00	R\$ 513,93
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal -								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
603	Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 509,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 509,73	R\$ 0,00	R\$ 509,73
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 82.820,24	R\$ 47.133,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.686,36	R\$ 0,00	R\$ 35.686,36
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	-R\$ 15.954,91	R\$ 138.569,37	R\$ 25.549,15	R\$ 0,00	R\$ 8.431,89	-R\$ 188.505,32	R\$ 104.550,75	-R\$ 293.056,07





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 208.231,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 208.231,44	R\$ 0,00	R\$ 208.231,44
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 988,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 988,30	R\$ 0,00	R\$ 988,30
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 606.185,36	R\$ 5.201,42	R\$ 791,53	R\$ 0,00	R\$ 1.900,16	R\$ 598.292,25	R\$ 143.556,86	R\$ 454.735,39
	Transferência de Recursos dos								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
661	Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 436.437,47	R\$ 3.690,33	R\$ 422,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 432.324,47	R\$ 0,00	R\$ 432.324,47
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-R\$ 605.585,58	R\$ 2.063.350,76	R\$ 57.115,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.726.051,72	R\$ 0,00	-R\$ 2.726.051,72
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 14.731.562,31	R\$ 7.069.121,39	R\$ 1.081,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.661.358,93	R\$ 104.878,87	R\$ 7.556.480,06
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	R\$ 750.820,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 750.820,50	R\$ 0,00	R\$ 750.820,50
	Transferências da								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
704	União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 699.973,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 699.973,82	R\$ 0,00	R\$ 699.973,82
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 2.016.272,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.016.272,70	R\$ 0,00	R\$ 2.016.272,70
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 1.098.045,89	R\$ 0,00	R\$ 2.197,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.095.848,41	R\$ 0,00	R\$ 1.095.848,41
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 77.732,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 77.732,05	R\$ 3,51	R\$ 77.728,54
	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
751	Iluminação Pública - COSIP	R\$ 80.601,59	R\$ 70.477,90	R\$ 321,26	R\$ 0,00	R\$ 16.857,50	-R\$ 7.055,07	R\$ 59.990,00	-R\$ 67.045,07
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 75,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75,73	R\$ 0,00	R\$ 75,73
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 206.423,35	R\$ 12.677,52	R\$ 604,62	R\$ 0,00	R\$ 287.721,26	-R\$ 94.580,05	R\$ 51.707,21	-R\$ 146.287,26
		R\$ 21.839.078,37	R\$ 12.749.153,86	R\$ 803.943,47	R\$ 0,00	R\$ 736.187,86	R\$ 7.549.793,18	R\$ 1.372.260,46	R\$ 6.177.532,72
RPPS									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-R\$ 422.699,91	R\$ 3.571,60	R\$ 161.864,80	R\$ 0,00	R\$ 4.468,83	-R\$ 592.605,14	R\$ 0,00	-R\$ 592.605,14
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 475.048,54	R\$ 1.351,05	R\$ 1.596,41	R\$ 0,00	R\$ 285,64	R\$ 471.815,44	R\$ 243.296,49	R\$ 228.518,95
		R\$ 52.348,63	R\$ 4.922,65	R\$ 163.461,21	R\$ 0,00	R\$ 4.754,47	-R\$ 120.789,70	R\$ 243.296,49	-R\$ 364.086,19





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
>>>>>>	TOTAL	R\$ 20.682.438,87	R\$ 14.933.438,59	R\$ 1.569.262,19	R\$ 0,00	R\$ 5.018.726,03	-R\$ 838.987,94	R\$ 11.146.458,82	-R\$ 11.985.446,76

APLIC

